

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA
PAULO ROBERTO BATISTA**

O USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO ENSINO DE FILOSOFIA

CAMPO GRANDE
2020

PAULO ROBERTO BATISTA

O USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO ENSINO DE FILOSOFIA

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para obtenção de grau de mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Ensino de Filosofia.

Orientador Prof. Dr. José Carlos da Silva.

CAMPO GRANDE
2020

PAULO ROBERTO BATISTA

O USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO ENSINO DE FILOSOFIA

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, para obtenção de grau de mestre em Filosofia.

Linha de Pesquisa: Ensino de Filosofia.

Orientador Prof. Dr. José Carlos da Silva.

Aprovada em 22/07/2020.

Prof. Dr. José Carlos da Silva – PPG-PROF-FILO/ UFMS.
Orientador

Prof. Dr. Ricardo Pereira de Melo – PPG-PROF-FILO/ UFMS.
Examinador

Prof. Dr. Heitor Romero Marques – PPGDL/UCDB.
Examinador

Dedico este trabalho a todos os professores de Filosofia, pois muitas vezes são injustamente considerados uma ameaça, e acusados de serem perigosos e pejorativamente chamados de subversivos.

A Sócrates, *in memoriam*, pelas inúmeras ideias que trouxe à luz ao filosofar nos espaços públicos, e pela coragem de contrariar os valores dominantes de sua época, e mesmo condenado a morte, demonstrou não temer seus acusadores e morreu sem abrir mãos de seus valores.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pois a sabedoria e o poder a ele pertencem.

Aos meus familiares, pelo apoio e compreensão durante o período em que me dediquei à reflexão do ensino de Filosofia no Ensino Médio.

Agradeço ao meu orientador, professor Doutor José Carlos da Silva, pela motivação, atenção e empenho do seu limitado tempo ao meu projeto de pesquisa.

Aos professores do Mestrado Profissional em Filosofia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pelas contribuições significativas durante a integralização dos créditos e na banca de qualificação.

A Margareth Hokama Shinzato, pela atenção dedicada aos assuntos administrativos do programa, e a todos os funcionários da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, os quais cada um a seu modo contribuíram para minha presença na Universidade.

“Nós, professores de Filosofia, não devemos deixar de pensar em que consiste o ensino de nossa disciplina. Isto faz parte, integralmente, de nossa vocação filosófica” (Alejandro Cerletti).

BATISTA, Paulo Roberto. **O USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS NO ENSINO DE FILOSOFIA**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Orientador: Prof. Dr. José Carlos da Silva. Campo Grande, 2020.

RESUMO

A presente dissertação é o resultado da pesquisa de mestrado que teve por objeto a utilização dos espaços públicos como recurso didático para o ensino de Filosofia no Ensino Médio, visando despertar no aluno o interesse pela disciplina, daí o tema “O uso de espaços públicos no ensino de Filosofia: uma experiência a partir de Montesquieu”. A hipótese levantada foi a de que o uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia pode contribuir na superação do desinteresse do estudante pelo ensino de Filosofia em sala de aula. O lugar da pesquisa foi uma escola da rede pública de ensino do Estado do Paraná, com recorte geográfico ao município de Foz do Iguaçu, local em que o autor deste trabalho exerce docência em Filosofia; e recorte temático para a separação dos poderes em Montesquieu. A metodologia constou de pesquisa bibliográfica, implementação da proposta, aplicação de questionário, avaliação dos resultados e produção de um produto final na forma de uma sequência didática. Os resultados encontrados apontaram que o uso de espaços públicos no ensino de Filosofia desperta no estudante um interesse maior para o conteúdo a ser trabalhado no ambiente escolar, logo, acredita-se que a pesquisa pode nortear a prática docente dos professores de Filosofia a partir do uso de espaços públicos, objetivando a promoção de uma prática docente que chame a atenção do aluno para a Filosofia e crie nele uma empatia pelos temas, conteúdos e filósofos a serem estudados na escola.

Palavras-Chave: Ensino de Filosofia. Desinteresse. Espaços Públicos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Sócrates, em Praça de Atenas	71
Figura 2: Prefeitura de Foz de Iguaçu	74
Figura 3: Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.....	74
Figura 5: Prédio da Prefeitura	79
Figura 6: Gabinete do prefeito	80
Figura 7: Corredores da Câmara de Vereadores	81
Figura 8: Gabinete do vereador Anderson Andrade.....	82
Figura 9: Gabinete do Presidente do legislativo municipal.....	83
Figura 10: Professor explanando o pensamento de Montesquieu no plenário da câmara.....	84
Figura 11: Vereador Celino Fertrin	85
Figura 12: Prédio do Ministério Público Estadual	87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFPR	-	Universidade Federal do Paraná
PUCPR	-	Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
UNIP	-	Universidade Paulista.
UNIPAR	-	Universidade Paranaense.
SEED	-	Secretaria de Estado da Educação do Paraná.
IES	-	Instituição de Ensino Superior.
CEUCLAR	-	Centro Universitário Claretiano.
UEM	-	Universidade Estadual de Londrina.
UNIOESTE	-	Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
Prof-Filo	-	Mestrado Profissional em Filosofia.
APMF	-	Associação de Pais, Mestres e Funcionários.
PTD	-	Plano de Trabalho Docente.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O PENSAMENTO POLÍTICO DE MONTESQUIEU	15
2.1 Contextualização da França na época de Montesquieu	15
2.2 A constituição da Inglaterra e a separação dos poderes.....	24
3 O DESINTERESSE DO ALUNO PELA FILOSOFIA.....	33
3.1 Um dos maiores obstáculos para o ensino	33
3.2 A falta de tradição e os históricos discursos contrários à presença da filosofia como disciplina obrigatória na matriz curricular.....	38
3.3 O deslocamento do ensino de filosofia com a realidade do aluno.....	43
3.4 Os métodos de ensino adotados pelo professor	46
3.5 A deficiência da formação dos professores de filosofia nos cursos de licenciaturas	52
4 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	68
4.1 Pesquisa bibliográfica: levantamento de leitura	68
4.2 Mapeamento dos locais: definição dos espaços públicos	69
4.3 Público alvo da pesquisa.....	72
4.4 Implementação da proposta	73
5 ANÁLISE DOS RESULTADOS	76
5.1 O uso dos espaços públicos como resultado.....	76
5.2 Análise e interpretação dos questionários	88
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICES	112
APÊNDICE A – Produto Final.....	113
APÊNDICE B – Aluno 1.....	117
APÊNDICE C – Aluno 2	119
APÊNDICE D – Aluno 3	121
APÊNDICE E – Aluno 4.....	123
APÊNDICE F – Aluno 5.....	125
APÊNDICE G – Aluno 6	127
APÊNDICE H – Aluno 7	129
APÊNDICE I – Aluno 8.....	131
APÊNDICE J – Aluno 9	133

APÊNDICE K – Aluno 10	135
APÊNDICE L – Aluno 11.....	137
APÊNDICE M – Aluno 12.....	139
APÊNDICE N – Aluno 13	141
APÊNDICE O – Aluno 14	143
APÊNDICE P – Aluno 15.....	145
APÊNDICE Q – Aluno 16	147
APÊNDICE R – Aluno 17	149
APÊNDICE S – Aluno 18.....	151
APÊNDICE T – Aluno 19.....	153
APÊNDICE U – Aluno 20	155
APÊNDICE V – Aluno 21	157
APÊNDICE X – Aluno 22	158
APÊNDICE Y – Aluno 23	160
APÊNDICE Z – Aluno 24.....	162
ANEXOS.....	164
ANEXO 1 – Matriz curricular do Curso de Filosofia da PUCPR.....	165
ANEXO 2 – Matriz Curricular do Curso de Filosofia UNIPAR	169
ANEXO 3 – Matriz Curricular Curso de Filosofia CEUCLAR	172
ANEXO 4 – Matriz Curricular Curso de Filosofia UNIP	174
ANEXO 5 – Matriz Curricular Curso de Filosofia UNILA.....	176
ANEXO 6 – Matriz Curricular do Curso de Filosofia UFPR	178
ANEXO 7 – Matriz Curricular do Curso de Filosofia UEM	180
ANEXO 8 – Matriz Curricular do Curso de Filosofia UFPR	181

1 INTRODUÇÃO

Despertar o aluno para a reflexão filosófica é um trabalho inerente ao licenciado em Filosofia, porém o desinteresse do estudante secundarista por este componente curricular é apontado como um dos maiores obstáculos ao ensino da disciplina em sala de aula.

Reconhecer que os alunos não se sentem atraídos pela Filosofia é uma conclusão difícil para o professor, pois este reconhecimento pode vir acompanhado da ideia de que o docente é o responsável pela falta de motivação do estudante por sua disciplina, entretanto, não é de nosso interesse colocar esse fardo sobre o professor, embora no capítulo II veremos que o professor pode ter uma parcela da responsabilidade.

O ensino de Filosofia no Ensino Médio não é uma tarefa fácil, pois o crescente desinteresse do aluno pela escola de modo geral, soma-se à baixa carga horária semanal da disciplina no currículo escolar, o número insuficiente de horas-atividade para preparação das aulas e a concepção do aluno sobre a inutilidade da Filosofia, tornando o ensino da disciplina desestimulante para o estudante e desafiador para o professor.

A motivação para pesquisar sobre a eficácia do uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia no mestrado profissional se deu em razão de uma pesquisa iniciada pelo autor na pós-graduação *lato sensu* em “Ensino de Filosofia”, pela Universidade do Oeste Paulista, sob o título “O desinteresse do aluno pela Filosofia e as causas possíveis”, de modo que foi constatado, a partir da análise dos autores observados, que a Filosofia não faz parte do interesse dos estudantes secundaristas.

Considerando a constatação de que o desinteresse do aluno pela aprendizagem filosófica é apontado como um obstáculo para o ensino de Filosofia na escola, pretendeu-se, nesta dissertação, ajudar a construir no aluno um interesse que não existe, conforme acentua Rodrigo, ao concluir que “Na impossibilidade de contar com um interesse inicial do estudante para a Filosofia, deve-se reconhecer a necessidade de construí-lo. Mas, como criar ‘um apetite que não existe’?”

O objeto principal desta pesquisa é o uso de espaços públicos como recurso didático na sensibilização do aluno para os conteúdos filosóficos, com o intuito de despertar no estudante o ‘apetite’ pelo estudo da Filosofia. Para Gallo, um dos elementos fundamentais para contribuir na superação da dificuldade do aluno de se apropriar dos temas filosóficos é a sensibilização, a qual, segundo o autor, “trata-se [...] de chamar atenção do aluno para o tema trabalhado, criar uma empatia com ele, isto, é fazer com que o tema “afete” os estudantes”.

A partir do enunciado acima, percebemos que antes de levar o aluno a se deparar com o conteúdo filosófico em uma aula de Filosofia, é preciso lhe chamar a atenção, para que o tema, assunto ou filósofo estudado lhe pareça significativo e dialogue com a sua realidade.

Decorrente do problema a respeito do desinteresse do aluno pelo estudo da Filosofia levantou-se a hipótese de que a sensibilização que promove a discussão e o diálogo da Filosofia nos espaços públicos notórios ao filosofar, desperte no aluno o interesse e a motivação pelo aprendizado filosófico.

O plano deste trabalho visa levar a Filosofia ao aluno de forma interessante e adaptada à sua realidade, seguindo em contínuo diálogo com Gallo, o qual defende que “a Filosofia deve ser apresentada ao aluno pelo professor como uma disciplina viva e criativa, de modo que sua presença seja desejável e faça sentido para a vida cotidiana do aluno”.

Considerando o desafio do professor frente à tarefa de despertar os jovens para a aprendizagem filosófica e o valor da experiência do pensamento filosófico na formação para a liberdade e autonomia do aluno, apresentamos neste trabalho um novo caminho para chamar a atenção do estudante para os conteúdos de Filosofia que são tratados na sala de aula do Ensino Médio.

Cabe aqui esclarecer que o uso de espaços públicos no ensino de Filosofia não se trata de uma ‘visita técnica’ ou ‘visita dirigida’, como é comum nas escolas brasileiras, mas da apropriação de um espaço que favoreça a experiência filosófica, e promova nos estudantes uma abertura ao conteúdo de Filosofia a ser estudado em sala de aula.

Acreditamos que o uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia pudesse ‘afetar’ positivamente os alunos para os conteúdos selecionados pelo professor, pois a metodologia favorece apresentar a disciplina de forma viva, criativa e ‘descomplicada’, porém sem perder a complexidade filosófica dos assuntos.

Diante de inúmeras possibilidades que o professor tem para selecionar o filósofo e os conteúdos a serem estudados em uma aula de Filosofia com o uso dos espaços públicos, neste trabalho optamos pelo filósofo Charles-Louis de Secondat (18 de janeiro de 1689 - 10 de fevereiro de 1755) e o conteúdo específico sobre a separação dos poderes, em razão da observação das diretrizes curriculares da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná, que norteiam o ensino de Filosofia nas escolas estaduais paranaenses.

Sublinhamos que os mestrados acadêmicos têm por natureza própria a investigação teórica de problemas filosóficos na abordagem cronológica, por autor ou tema, logo, é um espaço privilegiado para a formação do especialista e do pesquisador, enquanto o Mestrado

Profissional em Filosofia (PROF-FILO) se ocupa da reflexão voltada à docência da Filosofia na educação básica.

Apontado os antagonismos entre as modalidades de mestrados, esclarecemos que a metodologia adotada neste trabalho buscou contemplar o caráter próprio do mestrado profissional, dessa forma os esforços aqui empenhados tiveram por objetivo a formação profissional do professor de Filosofia do Ensino Médio, e não a preparação de um especialista em Montesquieu, embora o capítulo I seja validamente dedicado a ele.

Em razão da especificidade da natureza própria do mestrado profissional em Filosofia, a metodologia de pesquisa foi dividida em duas partes: a primeira é dedicada ao levantamento de leituras e pesquisas bibliográficas sobre a tese da separação dos poderes em Montesquieu; seguida do referencial teórico a respeito do problema levantado sobre o desinteresse do aluno pela Filosofia no Ensino Médio, a partir de autores e obras pertinentes ao tema pesquisado.

A metodologia constou de pesquisa bibliográfica, aplicação prática da proposta, aplicação de questionário, avaliação dos resultados e produção de um produto final na forma de uma sequência didática. A escolha do lócus da pesquisa e o público alvo foram definidos a partir da orientação do regulamento do PROF-FILO no que se refere sobre a defesa do trabalho de conclusão de curso:

O trabalho de conclusão do curso de mestrado profissional em Filosofia do PROF-FILO, apresentado na forma de uma dissertação, versará sobre um processo planejado e implementado pelo aluno no contexto de sua prática docente como professor de Filosofia, com o objetivo alcançar resultados e suscitar discussões que motivem outras intervenções similares em favor da expansão e da melhoria do ensino de Filosofia (UFPR. Regulamento do PROF-FILO).

Como foi possível perceber, o trabalho está vinculado ao local da prática docente do aluno do mestrado profissional, logo, o público alvo da pesquisa foi uma turma da 2ª série do ensino médio de uma escola da rede pública de ensino do Estado do Paraná, no município de Foz do Iguaçu, onde o autor desta pesquisa exerce a docência em Filosofia.

No referente à bibliografia empregada neste trabalho para discorrer sobre a contextualização e a conjuntura política da França da época em que Montesquieu produziu seu pensamento filosófico sobre a liberdade política, foi analisada, ainda que brevemente, as cartas I e XXIX do livro “Cartas Persas”, de autoria do próprio filósofo, uma vez que nelas são encontradas críticas à centralização política da monarquia absolutista francesa.

Recorremos, também, às unidades IV e V do livro “História Moderna”, do historiador Kleber Eduardo Men, que trata da formação do estado francês; ao livro “História Moderna”,

do historiador Paulo Miceli, que analisa o bem estar dos privilegiados na corte francesa; e a obra “A fabricação do Rei”, de Peter Burke, que analisa a construção da imagem pública de Luís XIV.

Para a análise da obra “Espírito das Leis”, de Montesquieu, foi aplicado um recorte ao capítulo VI, do livro XI, da obra “Do Espírito das Leis”, em que o filósofo analisou a constituição da Inglaterra e proferiu sua famosa tese sobre a separação dos poderes. A análise foi complementada pelos comentários de James Madison no capítulo 47 da obra “O Federalista” em que o autor, examina e explica a separação dos poderes proposta por Montesquieu.

A respeito do ensino de Filosofia, foram aproveitadas as obras “Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o Ensino Médio”, de Lúcia Maria Rodrigo, e “Ensinar Filosofia: um livro para professores”, de Renata Lima Aspis e Silvio Gallo, os quais examinam o desinteresse dos alunos pelo componente curricular Filosofia e apontam as causas desmotivadoras, porém outros autores foram analisados em razão da contribuição que trazem para o assunto.

O trabalho ficou dividido em quatro capítulos: o capítulo I foi dedicado ao filósofo Montesquieu; o capítulo II está estruturado na análise sobre o desinteresse do aluno pela Filosofia; o capítulo III é dedicado mais precisamente aos encaminhamentos metodológicos que possibilitaram a execução da pesquisa, desde o seu início até a conclusão; a quarta parte se ocupa das análises dos resultados, a partir da implementação da proposta e da manifestação dos alunos inseridos na pesquisa, os quais se manifestaram por meio de respostas a um questionário que trata da proposta do uso de espaços públicos no ensino de Filosofia.

Não pretendemos defender neste trabalho um modelo acabado para despertar o interesse aluno para a Filosofia, pois seria muita pretensão determinar o uso dos espaços públicos como um método infalível, ideal e único, porém é certo que o resultado da pesquisa pode nortear a prática docente dos professores de Filosofia a partir da utilização dos espaços públicos em sua docência.

Como já evidenciado acima, este trabalho optou pelo conteúdo estruturante “Filosofia Política” com recorte ao conteúdo específico “separação dos poderes em Montesquieu”, porém outras intervenções similares podem acontecer, de modo que esta proposta pode ser replicada por professores de outras localidades, contemplando outras áreas da História da Filosofia, considerando que os espaços públicos podem ser acessados com facilidade em todos os municípios do território brasileiro e utilizados como recurso didático para a docência em Filosofia no Ensino Médio.

A proposta do presente trabalho pode servir de subsídio para o planejamento de aulas de Filosofia com o uso dos espaços públicos, objetivando contribuir para o aperfeiçoamento da docência em Filosofia na educação básica e a superação das diversidades encontradas pelos professores, as quais desestimulam os estudantes para o aprendizado filosófico.

2 O PENSAMENTO POLÍTICO DE MONTESQUIEU

Ao iniciar este capítulo, considera-se importante apontar a sequência de sua organização para melhor entendê-lo. No subtópico 2.1 será, primeiramente, evidenciado o contexto social, político e filosófico da França do século XVIII, pois para compreender o pensamento de Montesquieu a respeito da separação dos poderes é necessária uma imersão na conjuntura política da França de sua época.

Em seguida será realizada uma análise sucinta sobre a tripartição dos poderes, refletindo sobre a proposta montesquiana para frear o poder, uma vez que, para o filósofo, é preciso que o próprio poder coloque limites no poder.

2.1 Contextualização da França na época de Montesquieu

O período em que Montesquieu viveu (1689 – 1755) foi marcado por efervescência na cultura, na arte, na ciência, na religião, na Filosofia e na política. A França do século XVIII foi um campo fértil para a produção filosófica a partir dos questionamentos críticos dirigidos às instituições, aos costumes e a moral tradicional, logo, a contextualização da sociedade francesa na época de Montesquieu se trata de um fator relevante para a compreensão do pensamento político e filosófico montesquiano.

Embora pudéssemos aqui contextualizar a França nos mais diversos aspectos que impactaram a Europa dos séculos XVII e XVIII, será tratado apenas sobre o contexto social e político a partir do absolutismo francês, e o contexto filosófico a partir do movimento iluminista, pois não é se intenciona elaborar um capítulo sobre a história da França, mas tão somente apontar as motivações que levaram Montesquieu a pensar em um sistema político que colocasse freio na arbitrariedade do Estado e nos desmandos do rei.

No cenário político, a conjuntura da França da época se encontrava mergulhada no absolutismo monárquico, iniciado no século X e que alcançou o seu apogeu no século XVI, no governo do Rei Luís XIV. O período de transição da Idade Média para a moderna foi acompanhado dos reis tomando o poder que pertencia aos senhores feudais, assim, os nobres são despertados a desejar a coroa e alcançar o poder. A centralização do poder é uma característica própria da política absolutista francesa, conforme afirma Men (2015, p. 150), “foi na França que o absolutismo monárquico se cristalizou”. Embora a centralização do poder estivesse presente de forma semelhante em outros países ocidentais, foi na França que se observou com maior clareza a cristalização do absolutismo.

Mas o que levou o rei a exercer plenos poderes na França. Para explicar os motivos da centralização do poder na monarquia francesa, Pereira (2011, p. 40-41) esclarece que:

O que parece ter contribuído de modo marcante para o aumento do poder do Estado e dos reis franceses foi a Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Diante da invasão do território francês pelos exércitos ingleses, amplas parcelas da população francesa foram tomadas pelo pavor, o que levou à aceitação do aumento do poder tributário, político e militar do Estado e dos reis franceses. Estado e reis mais poderosos e ricos seriam, na visão dessa parte da população, a única saída para garantir a integridade e a independência da França diante dos invasores ingleses.

Considerando a citação do autor, percebemos que na França o medo levou à aceitação de um poder centralizado nas mãos do monarca, esperando dele a proteção contra os invasores ingleses. Pereira (2011) aponta que parcelas consideráveis da população francesa acreditavam que a centralização do poder econômico, político e militar fortaleceria o Estado e a monarquia, mesmo ao custo liberdade, enxergavam ali uma via única para salvaguardar a França da ameaça inglesa.

A monarquia francesa soube tirar proveito do medo de sua população e de forma gradativa foi monopolizando o poder sob o falacioso argumento de que um governo poderoso tornaria mais segura e próspera a vida do povo francês, conforme ensina Men (2015, p. 147), ao afirmar que o “Estado vai gradativamente tomando para si o monopólio de determinadas funções que antes não havia qualquer tipo de controle mais eficiente [...], utilizando-se da justificativa de que o poder fornece mais segurança e prosperidade aos seus súditos”.

Cabe recordar que o abuso do poder presente na monarquia francesa não ocorreu de forma pacífica, uma vez que houve manifestações contrárias em razão ao perigo que a centralização do poder real representava para a liberdade.

No século XV, a França foi governada pelo monarca Carlos VII, entre os anos 1422 e 1461, que foi duramente criticado pelo arcebispo da cidade de Rheims, em carta endereçada a ele, conforme destaca Elias (1993, p. 182 *apud* MEN, 2015, p. 148):

Quando os predecessores de vossa alteza tencionavam ir à guerra, costumavam convocar os três estados; convidavam representantes da Igreja, da nobreza e dos plebeus para reunirem-se com eles em suas boas cidades. Vinham e explicavam o estado das coisas, diziam o que era necessário para resistir ao inimigo, e solicitavam que os representantes reunidos se consultassem sobre a maneira como a guerra devia ser conduzida, a fim de ajudarem o rei com impostos decididos nessa discussão. Vossa alteza sempre observou esse procedimento, até que compreendeu que Deus e a Fortuna - que é mutável - a ajudaram de tal forma que tais discussões estão agora abaixo de sua dignidade. Vossa alteza impõe agora as “aides¹” e outros tributos e permite que sejam cobradas como se fossem tributos de seu próprio domínio, sem a

¹ Imposto sobre a venda de mercadorias.

anuência dos seus três estados. Antes..., o reino podia, com justiça, ser denominado ‘Royaume France’², pois costumava ser livre [franc] e gozava de todas as liberdades [franchisesetlibertés]. Hoje o povo nada mais é do que escravo, arbitrariamente tributado [taillables à voulenté³]. Se examinamos a população do reino, descobrimos apenas um décimo dos que antigamente nele viviam. Não desejo reduzir o poder de vossa alteza, mas, sim aumentá-lo tanto quanto estiver dentro de minhas forças. Não há dúvida de que um príncipe, e em especial vossa alteza, pode em certos casos tirar [tailler] alguma coisa de vossos súditos e cobrar as ‘aides’, sobretudo para defender o reino e a coisa pública [chose publique]. Mas tem que concordar em fazer isso de forma razoável. A tarefa dele não é a minha. É possível que a vossa Alteza seja soberana nas questões de justiça, e que esta seja sua autoridade. Mas no que interessa às receitas de seus domínios, o rei tem seu domínio e cada particular também possui o seu [N.B: em outras palavras, o rei deve sustentar-se com a receita de suas propriedades e domínios, sem usurpar o controle da receita de todo país]. Hoje, os súditos têm tosquiada não só a sua lã, mas também a pele, a carne e o sangue, até os ossos.

É inegável o descontentamento do bispo na citação acima, o qual por sua vez apresenta também a insatisfação dos súditos sobre os desmandos tributários do rei.

Na descrição da carta, consta evidências sobre a centralização e monopólio das funções em uma única pessoa, pois, decisões sobre os tributos que outrora cabiam aos três estados, passaram a ser exclusividade do monarca, visto que o rei não consultava mais o restante da estrutura política administrativa do governo francês.

Na carta é apontada a supressão da liberdade, a escravidão dos súditos mediante a tributação arbitrária, e o êxodo da população do reino em razão da corte sustentar a vida de luxo e glamour com a usurpação da receita do país. Na citação constata que os súditos estavam reféns do rei e dependentes do Estado.

O absolutismo francês tem seu ápice no reinado de Luís XIV da França, conforme aponta Men (2015, p. 151), “[...] Rei Luís XIV, personagem máximo do absolutismo francês, se autoproclamou ‘Rei Sol’. Sua obsessão pelo poder era tão grande que ele queria ser igualado ao sol, o astro Rei”.

Convém aqui recordar que houve pensadores que buscaram dar legitimidade às ações do Estado na vida dos homens, defendendo, inclusive, as ideias a respeito da monarquia por direito divino. Entre aqueles que defenderam que o rei era uma autoridade divina, destacamos o teólogo e bispo Jacques-Bénigne Bossuet (1627 – 1704), em que na obra “Política tirada da Sagrada Escritura”, segundo Miceli (2019), afirmou que “O trono real não é o trono de um homem, mas o trono do próprio Deus”.

Miceli (2019) discorre a respeito de Bossuet, ensinando que este defendia a monarquia por direito divino como a melhor forma de governo, logo, tal teoria agradava a monarquia,

² Reino da França.

³ Corte à vontade.

pois o rei se sentia como verdadeiro representante de Deus na terra e superior ao restante dos homens. Miceli, analisando a obra “Política tirada da Sagrada Escritura”, de Bossuet, afirma que as ideias sobre o mandato divino do rei serviram para animar o despotismo, tipo de governo que Montesquieu enxergará como perigoso e causador de temor, conforme veremos adiante na análise no capítulo VI do livro décimo primeiro da obra “Do Espírito das Leis”.

Luís XIV permaneceu no poder por setenta e dois anos, de 1643 até a sua morte, em 1675. Animado pela teoria do direito divino, que declarava que todo o Estado está no Rei, cunhou a expressão “o Estado sou Eu”, levando a entender que não havia diferença entre o público e o privado, já que as duas esferas pertenciam a uma mesma pessoa, o Rei. Neste período havia grande insatisfação contra o poder absolutista, pois enquanto o povo se encontrava mergulhado na miséria, a corte francesa gastava descontroladamente na manutenção do luxo, da sensualidade, dos prazeres e das festas.

Os desmandos de Luís XIV não passaram despercebidos por Montesquieu, que em obra de sua juventude crítica, a partir da sátira política publicada em 1721, sob o título de “Cartas Persas”, o monarca apresenta uma alta dose de reprovações contra a centralização política do Rei.

Em “Cartas Persas”, Montesquieu se utiliza de dois personagens imaginários, chamados Rica e Usbek, para tecer críticas ao modelo normativo de vida na França. O filósofo faz uso das personagens para criticar a política centralizada do governo francês largamente expressada no poder absoluto do rei, o qual reprimia severamente seus adversários com imposições arbitrárias e violentas. A sátira política presente em “Cartas Persas” se passa no final do reinado de Luís XIV, que governava sem qualquer forma de regulação por instituição ou lei, levando Montesquieu a enxergar deficiências nesse modelo de governo, em razão do governante deter poderes ilimitados.

Ilustraremos duas passagens que faz referência ao deboche contra a realeza absolutista de Luís XIV, encontradas na carta XXIV e XXXVII, da obra “Cartas Persas”, de Montesquieu. Na carta XXIV, Montesquieu procura evidenciar o poder do monarca, afirmando que o mais poderoso príncipe da Europa é o rei de França.

Não possui minas de ouro como o seu vizinho o rei da Espanha; é, porém, mais rico do que ele, porque tira a sua riqueza da vaidade dos seus súditos, mais inesgotável do que as minas. Viram no empreender ou sustentar grandes guerras sem outros fundos que a venda de títulos honoríficos, e, por um prodígio do orgulho humano, eram pagos os seus exércitos, fortificadas as suas esquadras. Além disso este rei é um grande mágico, que manda até na inteligência dos seus vassalos, fazendo-os pensar como ele quer. Se há só um milhão de escudos no seu tesouro, e tem a necessidade de dois, persuade-os de que um vale tanto quanto dois, e acreditam-lho.

Se tem que sustentar uma guerra civil, e está sem dinheiro, mete-lhes em cabeça que um pedaço de papel é dinheiro, e imediatamente se convencem disso (MONTESQUIEU, 2009, p. 43).

Percebemos que Montesquieu faz gracejo com o monarca e evidencia que, embora o rei francês não tenha minas de ouro como o monarca espanhol, ainda assim é mais rico, pois tira sua riqueza da cobrança arbitrária de tributos dos súditos, acentuando o caráter inesgotável da fonte. O autor segue zombeteando do rei e comparando-o a um mágico, porque abusando do poder que concentrava, realizava feitos inexplicáveis.

Na carta XXXVII, o filósofo Montesquieu avança nos motejos ao rei Luís XIV e zomba ironicamente do talento do rei em fazer com lhe obedecam, bem como caçoa das contradições do monarca pelo fato de contar com ministro de dezoito anos e uma amante de oitenta, conforme o trecho a seguir:

O rei de França é velho, e não há exemplo nos nossos anis de monarca que haja reinado tanto tempo. Dizem que possuem em sumo grau o talento de fazer que lhe obedecam; pelas mesmas regras governa a família, a corte e o Estado [...]. Estudei o seu caráter e achei nele contradições que não posso conciliar: por exemplo, tem um ministro de dezoito anos e uma amante de oitenta [...] (MONTESQUIEU, 2009, p. 61).

Como se pode notar, o regime absolutista da França moderna levou o governante a controlar sozinho a estrutura político-administrativa, causando o empobrecimento dos súditos e o surgimento de desigualdades sociais, política, econômica e jurídica, atingindo “dimensões inexplicáveis na França”, conforme a definição de Men (2015, p. 156).

Conforme foi possível perceber, a tirania de Luís XIV apresenta o desejo incontrollável de se manter no poder de forma ilimitada e sem nenhuma autoridade ou poder para controlá-lo. O monarca governou por sete décadas e projetava a imagem de um deus mortal a quem os súditos deveriam reverenciar e prestar obediência absoluta, pelo fato de o Rei defender, proteger e promover a paz entre os homens, conforme acentua Miceli (2019, p. 104), “durante seu reinado, encarnou como ninguém, a imagem daquele *Deus mortal* descrito por Thomas Hobbes, a quem os homens, deviam sua paz e sua defesa, e a quem deveriam votar obediência absoluta reclamada por Bossuet”.

Visando se perpetuar no poder, era preciso manter a imagem do rei sempre viva, de modo que os olhares estivessem sempre dirigidos para o monarca. Luís XIV parecia entrar na mente dos súditos, pois estava por todas as partes, seja nas esculturas, moedas, medalhas, poesia, óperas, teatro, poemas, espetáculos públicos, entre outros. Existia uma espécie de sacralização do rei, a qual insinuava a glorificação da França sobre a figura enfeitada e

adornada do monarca. Mas, afinal, qual era a intenção da fabricação da imagem pública do rei? Miceli (2019, p. 104), responde dizendo se tratar de um “[...] esquema propagandístico, entendendo-o como um plano político-ideológico destinado a seduzir, iludir e controlar o povo francês [...]”. Apoiado na teoria do direito divino, Luís XIV se mostrava representante de Deus na terra, governando com poderes ilimitados e não podendo ser questionado por nenhum outro poder, pois acima dele se encontrava somente Deus.

Considerando o exposto até aqui, observamos como os reis absolutistas governavam com poderes ilimitados e, após a morte de Luís XIV, Miceli (2019) entende que, em seu sucessor, o Rei Luís XV, evidenciamos a imagem acabada do absolutismo, conforme a declaração do monarca no ano de 1766, em resposta a petição do Parlamento de Paris:

É somente na minha pessoa que reside o poder soberano. É somente de mim que os meus tribunais recebem a sua existência e a sua autoridade; a plenitude desta autoridade, que eles não exercem senão em meu nome, permanece sempre em mim, e o seu uso nunca pode ser contra mim voltado; é unicamente a mim que pertence o Poder Legislativo, sem dependência e sem partilha; é somente por minha autoridade que os funcionários dos meus tribunais procedem; toda ordem pública emana de mim, e os direitos e interesses da nação, de que se pretende ousar fazer um corpo separado do monarca, estão necessariamente unidos com os meus e repousam inteiramente nas minhas mãos (MICELI, 2019, p. 104).

A citação acima é uma mostra evidente da inexistência da liberdade, igualdade e justiça na França do período de Montesquieu, pois a declaração de Luís XV, exposta acima, traz elementos carregados da ideia de posse na resposta à petição do parlamento parisiense, entre eles os pronomes possessivos ‘minha’, ‘mim’, ‘meu’, ‘meus’ ‘minhas’, com destaque para o ‘mim’, que aparece por cinco vezes no breve texto.

Considerando que o Rei representava toda a nação francesa e que o poder legislativo a quem cabe julgar se encontrava submetido à vontade exclusiva e inquestionável do monarca, entende-se que a justiça estava subordinada ao seu supremo entendimento e autoridade.

Embora esta seja conscientemente uma apresentação breve da conjuntura política que se encontrava a França, é inegável que a exposição de Montesquieu, no livro “Do Espírito das Leis”, seja uma forma de oposição ao regime absolutista presente na monarquia francesa. Em meio a um cenário político em que se deve obediência absoluta ao monarca e não eram permitidas manifestações contrárias ao governo, uma vez que as decisões dos reis não poderiam ser questionadas, e considerando não haver espaço para a liberdade política, surge um movimento que promoverá mudanças políticas até então inimagináveis.

O movimento em questão é o iluminismo, o qual Montesquieu participará ativamente e trará contribuições significativas para a difusão das ideias iluministas na França e no resto

da Europa. Exposto o contexto social, político, econômico e jurídico da França do século XVIII, faremos uma exposição, ainda que breve, do movimento filosófico que reivindicava, entre outros, a liberdade, conceito que Montesquieu problematizará com maestria na sua teoria sobre a divisão dos poderes.

Para tratar a respeito do iluminismo, recorreremos ao volume 4 da obra “História da Filosofia”, dos filósofos italianos Giovanni Reale e Dario Antiseri, os quais tratam, no capítulo décimo primeiro, da quarta parte da obra sobre o iluminismo e seu desenvolvimento.

No campo da Filosofia, o iluminismo detém a hegemonia filosófica na Europa do século XVIII, configurando-se como um movimento filosófico e político, resumidamente caracterizado pelo uso crítico da razão na libertação dos dogmas metafísicos, das prescrições morais, da vida supersticiosa, da desumanidade das relações entre os homens e da tirania política. Apesar de os traços do iluminismo se parecerem comuns a todas as formas apresentadas nos diversos iluminismos da Inglaterra, Alemanha e Itália, examinaremos, aqui, ainda que de forma breve, o iluminismo francês, considerando que a formação precoce de Montesquieu no iluminismo, recebida no colégio Juilly, terá grande influência em sua produção filosófica e reflexão política.

Mas, afinal, o que é o iluminismo? Immanuel Kant, filósofo prussiano, é, segundo Reale e Antiseri (2005), considerado por alguns como o maior dos iluministas. O filósofo também procurou dar uma definição, ou esclarecimento, sobre o que é o iluminismo, em alemão.

Segundo Kant (1985), o iluminismo é a capacidade de pensar por si mesmo, sem que outro faça isso por mim. Para ele, o

Esclarecimento (Aufklärung) significa a saída do homem de sua menoridade, pela qual ele próprio é responsável. A menoridade é a incapacidade de se servir de seu próprio entendimento sem a tutela de um. [...] Sapere aude⁴! Tenha a coragem de te servir de teu próprio entendimento, tal é, portanto, a divisa do Esclarecimento (KANT, 1985, p. 100).

A liberdade pregada pelo iluminismo trouxe mudanças políticas, econômicas e sociais na França moderna, e os intelectuais, apoiados pela burguesia, revelaram-se críticos do poder da igreja e das verdades reveladas pela fé, bem como do absolutismo monárquico, aspectos que serão objeto de reflexão no pensamento político e filosófico de Montesquieu.

Segundo Reale e Antiseri (2005), as doutrinas iluministas não tiveram penetração nas camadas populares europeias do século XVII, pois as massas populares manifestaram certo

⁴ Ouse saber.

estranhamento ao iluminismo. Porém suas ideias foram facilmente disseminadas entre os intelectuais e burgueses da sociedade francesa, os quais nutriam interesses comuns.

Considerando o público simpatizante das ideias iluministas, foi necessário encontrar os veículos adequados a seu público para a disseminação do pensamento dos filósofos das luzes. A esse respeito, Reale e Antiseri (2005, p. 246) relatam que “Os meios usados para acelerar a circulação das ideias iluministas foram: a) as Academias; b) a Maçonaria; c) os salões; d) a Enciclopédia; e) as cartas; f) os ensaios; g) os jornais diários e os periódicos”.

Embora existam outras formas para acelerar a circulação das ideias iluministas, a maior representatividade do espírito do iluminismo francês se encontra na coletividade da obra “Enciclopédia”, publicada entre 1751 e 1772. A “Enciclopédia”, organizada por Diderot e D’Alembert, sofreu interrupções devido às perseguições por meio de decretos que suprimiram os volumes da obra. Reali e Antiseri (2005) afirmam que a “Enciclopédia” foi considerada como um instrumento poderoso para difundir as ideias críticas de uma nova cultura, na qual foram reunidos os conhecimentos de seletos pensadores da época. Ao lado de pensadores de expressão da Europa moderna, Montesquieu se encontra no rol dos mais destacados colaboradores da importante obra iluminista, conforme a lista de Reali e Antiseri (2005, p. 256), que descrevem que “Entre os colaboradores mais destacados da Enciclopédia podemos encontrar, além de Diderot e D’Alembert, também Voltaire, d’Holbach, Quesnay, Turgot, Montesquieu, Rousseau, Friedrich Melchior Grimm e Helvétius”.

Os autores italianos ensinam que a Enciclopédia foi composta pela redação de textos em forma de verbetes que tratavam dos mais diversos conteúdos, entre eles os econômicos, políticos, teológicos, filosóficos, históricos, físico, matemáticos e mecânica.

Em relação a finalidade dos objetivos da obra considerada como o empreendimento de maior representatividade do iluminismo (REALI; ANTISERI, 2005, p. 258), destacam a descrição do verbete “Enciclopédia”, da própria obra:

O objetivo de uma Enciclopédia é o de unificar os conhecimentos espalhados sobre a face da terra e de expor o sistema e transmiti-lo aqueles que virão depois de nós, para que as obras dos séculos passados não fiquem inúteis para os séculos posteriores, para que nossos netos, tornando-se mais instruídos, possam ser ao mesmo tempo mais virtuosos e mais felizes, e para que nós não desapareçamos sem que tenhamos merecido o reconhecimento do gênero humano [...]. Percebemos que a Enciclopédia só podia ser tentada em um século filosófico e que esse século havia chegado (REALI; ANTISERI, 2005, p. 258).

O enunciado acima deixa evidente o dualismo religião e razão, pois é notável na citação a existência de uma crítica a Filosofia medieval, uma vez que nela não haveria lugar

para as reflexões dos colaboradores da “Enciclopédia”, que advogavam, entre outros, à liberdade de pensamento e de expressão, as quais estavam submetidas aos preceitos religiosos do medievo.

O enunciado aponta o século XVIII como sendo o século da Filosofia, e apropriado para questionamentos outrora impensáveis e oportuno para uma vida virtuosa e feliz. Para os iluministas, nos séculos anteriores não era possível alcançar a virtude e a felicidade, uma vez que a condição de minoridade do homem o impedia de pensar por si mesmo, considerando que o seu pensamento era ‘aprisionado’ ao pensamento religioso da sociedade teocêntrica, logo, o século filosófico chegou para libertar o homem do impedimento de fazer uso de sua própria razão, e trazer luzes a uma sociedade mergulhada nas “trevas” da superstição.

Percebe-se que o século XVIII foi um campo fértil para a difusão dos valores iluministas, destacando-se o uso da razão para alcançar a liberdade e se contrapor aos elementos que caracterizavam o antigo regime que aprisionava a sociedade a uma organização estratificada em três estados, a desigualdade jurídica e o poder absoluto do rei. A Era das Luzes, como ficou conhecido este período, baseava-se no uso da razão em detrimento das concepções teocêntricas da Idade Média, a qual submetia a Razão a serviço da Fé.

Segundo Cotrim e Fernandes (2016), os pensadores do movimento iluminista exaltaram e advogaram, entre outros valores, à defesa da liberdade, à tolerância religiosa e à igualdade, logo, compreendem-se os esforços de Montesquieu para frear o poder absoluto do Rei, o qual controlava tudo a sua volta.

Enquanto Reale e Antiseri apontam Kant como sendo o maior dos iluministas, Cotrim e Fernandes (2016) defendem que não se pode incorrer em injustiça e esquecer do papel do filósofo inglês John Locke (1632-1704), que, entre outros valores do iluminismo, difundiu o respeito pela liberdade individual, o que lhe atribuiu a consideração de ser chamado de o ‘pai do iluminismo’, conforme Cotrim e Fernandes (2016, p. 276), ao mencionarem que “Locke é apontado por muitos historiadores como o “pai do Iluminismo”.

As bases políticas do movimento iluminista se baseiam nos pressupostos advogados por John Locke, considerado ideólogo da Revolução Gloriosa, cujo processo foi responsável pela derrocada do regime absolutista na Inglaterra, na transição do século XVII para o XVIII.

Locke escreveu o livro “Segundo tratado do governo civil”, e defendia a substituição da monarquia absolutista para uma monarquia constitucional, em que a autoridade do parlamento regularia a vontade do Rei por meio da elaboração de leis que regeriam o poder do monarca.

Os pensadores europeus do século XVII propunham o estabelecimento de bases racionais no ideário político iluminista, o qual visava destrelar a política do poder autoritário e intervencionista dos monarcas absolutistas, assim Locke se destaca na defesa das liberdades individuais em contraposição ao *status quo* dos regimes absolutistas.

As ideias iluministas criticavam as instituições do Antigo Regime⁵ e defendiam a substituição do modelo de governo despótico por um modelo baseado nos princípios liberais, em que a função do governo seria assegurar aos cidadãos os direitos naturais, sendo, entre outros, o direito à vida e à liberdade, em todas as suas instâncias, como sendo direitos sagrados e inalienáveis.

Os pensadores modernos, usando do movimento iluminista, lançavam questionamentos sobre a teoria que defendia a origem divina dos monarcas, bem como criticavam o poder ilimitado do Rei. Ainda segundo os iluministas, nos governos liberais deveria haver a prerrogativa dos indivíduos se rebelarem contra todas as formas de governo tirânico que viesse a comprometer os direitos naturais, prerrogativa que nos governos absolutistas eram silenciadas com violência.

As bases do pensamento político lockeano trouxeram grande contribuição para a produção intelectual dos pensadores políticos da França do século XVIII, os quais empreenderam esforços no combate ao absolutismo da casa dos Bourbon. Entre os influenciados se encontra Montesquieu, o qual satirizou o absolutismo na França através da obra “Cartas Persas”, conforme já mencionado aqui, bem como, inspirado no modelo constitucional inglês, elaborou sua teoria sobre a separação dos poderes a partir dos pressupostos iluministas.

Passados os pormenores do contexto histórico da conjuntura política francesa do século XVIII, pode-se compreender melhor a aversão do barão de La Brède à centralização do poder nas mãos de uma só pessoa, pois, para ele, tudo estaria perdido se isso ocorresse, conforme veremos na seção seguinte.

2.2 A constituição da Inglaterra e a separação dos poderes

Nesta parte do trabalho, será abordado o capítulo VI do livro décimo primeiro da obra montesquiana “Do Espírito das Leis”, onde o filósofo Montesquieu tratou de sua célebre tese sobre a tripartição dos poderes.

⁵ Sistema político e social da França anterior à Revolução Francesa (1789).

Antes de se apropriar da teoria política de Montesquieu sobre a separação dos poderes, convém recordar que, na obra “Do Espírito das Leis”, o autor apresentou, nos dez primeiros capítulos, as distintas formas políticas conhecidas por ele, diferenciando as formas de governo e evidenciando a dinâmica própria de cada modelo.

O livro “Do Espírito das Leis” pode ser considerado uma espécie de manual de política, e um dos seus pontos bastante significativo é a distinção das três formas de governo apresentadas pelo autor, que, segundo ele, seriam a república, a monarquia e o despotismo.

Para Montesquieu, o governo republicano, monárquico e despótico é aquele em que o povo, em sua totalidade ou em parte, detém o poder soberano, no qual um só governa mediante leis ou regras fixas, e aquele em que um só governa sem nenhuma lei ou regra estabelecida, arrastando tudo segundo a sua vontade, a seu capricho, na visão de Meneguelli (2016).

A respeito da democracia, Montesquieu se vê inseguro em relação às maneiras de implantá-la e mantê-la, porém enxerga nela uma forma de governo popular a qual pode ser concebida na república. Sobre a corrupção do governo, Montesquieu defende que existe desde a sua existência, porém eleva a condição de natureza corrupta a forma de governo no qual o poder se encontra nas mãos de uma só pessoa, que governa sem as leis e desprovido de regras, pois, segundo ele, neste tipo de governo não há espaço para a liberdade, igualdade e justiça.

Montesquieu, ao analisar os princípios dos diferentes tipos de governo, apresenta uma certa simpatia pela república, pois segundo ele, a virtude é o princípio fundamental em um governo republicano, uma vez que aqueles que aplicam as leis estão também submissos a elas.

Depois de distinguir e diferenciar as formas de governo existentes, Montesquieu examinou como o governo da Inglaterra garantia a liberdade em sua constituição, distribuindo a autoridade em três poderes distintos, visando evitar a arbitrariedade violenta do governante.

Certamente, a liberdade seria para Montesquieu o cerne de sua obra, de modo que o filósofo discorre sobre os equívocos que se tem sobre a ideia de liberdade política, pois, para alguns, tal liberdade consiste apenas em fazer o que se pretende, conforme se verá em seguida.

Montesquieu tratou, no capítulo II do livro XI, de evidenciar a diversidade de significados da palavra liberdade, de acordo com ele, a liberdade é uma palavra que recebeu diversas interpretações, bem como impressiona os espíritos de muitos modos. O autor continua sua reflexão sobre a liberdade, relacionando-a com as formas diferentes de concebê-las. Para ele, existem aqueles que tomam a liberdade como o direito de destituir do poder o governante tirano, bem como há outros que enxergam a liberdade como a capacidade de

delegar os poderes por meio da eleição a um soberano a quem devam obedecer. Montesquieu apontou ainda que há alguns que concebem a liberdade pelo direito de portar armas e praticar atos violentos em seu nome, porém, para ele, “a liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem” (MONTESQUIEU, 2010, p. 167).

No capítulo IV do livro XI, o autor recorda que o homem tem por natureza abusar do poder quando lhe é confiado, pois, segundo Montesquieu (2010, p. 168), “[...] é uma experiência eterna a de que todo homem que tem poder é levado a abusar dele”, e conclui dizendo que “o poder vai em frente até encontrar limites”.

Observa-se que para Montesquieu o abuso do poder é um constante devir, uma vez que em sua observação o homem é um ato em potência ao abuso do poder, visto que o homem não para até que encontre a sua frente um limite que o faça frear. Sendo assim, é necessário limitar o poder do homem, impondo a ele limites para que não venha a cometer abuso.

A partir do modelo constitucional inglês, Montesquieu entende que “só o poder freia o poder”, daí a necessidade da autonomia dos poderes e a constituição de cada poder composta por diferentes pessoas, pois somente assim se evitaria a supressão da liberdade.

O princípio da separação dos poderes no Estado é tido como um problema filosófico e causa de antigas preocupações, conforme aponta Acquaviva (2003) em sua obra “Teoria Geral do Estado”. Para Acquaviva (2010, p. 43), “Desde que, por natural tendência, o homem passou a viver em sociedade, uma de suas maiores preocupações foi evitar o arbítrio dos governantes e seus indesejáveis efeitos, dentre estes a insegurança imposta à liberdade individual”.

Segundo o autor, “por isso, os mais antigos e respeitadores pensadores já buscavam delinear soluções para o controle do poder político” (ACQUAVIVA, 2010, p. 43).

Como se pode observar, os princípios da separação dos poderes ocuparam lugar destacado na Filosofia Política de diferentes períodos e em diferentes autores, entre os quais citamos: Aristóteles, Cícero, Locke, Bolingbroke e Montesquieu, conforme a lista de Acquaviva (2010, p. 44,):

Embora autores que sucederam a Aristóteles tenham dissertado a respeito do tema, como fez Cícero, o fato é que a separação dos Poderes só voltaria a ser analisada muito tempo depois, mais precisamente nos séculos XVII e XVIII, por John Locke, Bolingbroke e o próprio Montesquieu [...].

Entre os nomes elencados na lista de Acquaviva, merecem notoriedade a obra clássica “Política”, de Aristóteles (384-322 a.C), sobre a separação de funções do Estado e a doutrina

de John Locke (1632-1704), sobre a separação dos poderes em sua obra “Dois tratados sobre o governo”, retomada por Montesquieu, no texto célebre da obra “Do Espírito das Leis”, escrito em 1748.

O pensamento de Montesquieu, sobre a separação dos poderes é a defesa do filósofo francês contra o abuso do poder das monarquias absolutistas, o qual, à luz da razão, propõe o ‘poder para frear o poder’, pois “para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder detenha o poder” (MONTESQUIEU, 2010, p. 168).

Após o êxito alcançado com as “Cartas Persas”, Montesquieu realizou uma série de viagens pelo continente europeu e finalizou sua formação intelectual na Inglaterra, que lhe inspirou a escrever a ilustre teoria da separação dos poderes, conforme mostra Althusser (1972, p. 127), ao escrever que “Tal seria de facto, o segredo do Livro XI, concebido [...] e inspirado a Montesquieu pela revolução de Inglaterra [...]”.

O barão de Montesquieu alimentava um profundo desejo pela liberdade política na França, nos moldes observados nas instituições políticas da Inglaterra, a qual buscou colocar limites ao poder absoluto do monarca, conforme aponta Men (2015):

Um dos marcos mais discutidos sobre a história política da Inglaterra diz respeito à assinatura da Carta Magna, feita pelo rei João Sem Terra, no século XIII. Segundo afirmam alguns estudiosos, esse ato representou o momento em que a nobreza feudal se rebelou contra os gastos excessivos do rei e, por meio desse documento, buscou colocar um fim em sua falta de limite e de responsabilidade com o que era arrecadado por meio dos impostos. Em suma, para que ele continuasse governando, foi necessário ceder à pressão que os senhores feudais exerceram sobre ele e, sendo assim, podemos destacar esse evento como o primeiro ato que visou limitar a atuação do poder executivo (MEM, 2015, p. 110).

Cabe recordar que, mesmo diante deste evento, a Inglaterra não permaneceu imune ao regime absolutista, porém, em menores proporções,

Entretanto, embora tal evento seja de grande importância histórica e jurídica, não foi capaz de evitar que naquela ilha se desenvolvesse um tipo de governo absolutista – mesmo que em proporção menor do que em outros locais –, assim como ocorreu no restante da Europa (MEM, 2015, p. 110).

Como pode ser observado, a política administrativa da Inglaterra foi sendo constituída sem a centralização do poder no monarca, pois “ao contrário da Inglaterra, onde o poder real teve muitas dificuldades em obter o controle pleno sobre a população, na França isso foi muito diferente” (MEM, 2015, p. 147).

O modelo constitucional da Inglaterra causou boa impressão em Montesquieu, o qual nutriu por ele grande admiração e respeito, pois, segundo Men (2015), distanciava da centralização política da coroa francesa.

No entanto, ao contrário do que houve na Inglaterra, em que o poder do rei foi constantemente ameaçado, mesmo no período em que o absolutismo esteve mais avançado, na França, o poder central do rei soube muito bem estabelecer um controle sobre esses dois estados, nobreza e burguesia, impedindo que se criasse ali uma resistência mais eficiente, como havia ocorrido do outro lado do Canal da Mancha⁶.

Conforme foi possível observar, na Inglaterra o rei tinha o poder limitado, não sendo possível a supremacia de um poder central na mão do monarca, razão pela qual Montesquieu simpatizou com o modelo de governo.

De acordo com o assinalado, na França, o poder central do rei impedia a criação de limites ao poder real, logo, Montesquieu compreendeu que, para não haver abuso do poder, era preciso que o poder colocasse freio no poder, conforme a sentença já citada “Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder detenha o poder”, defendida por Montesquieu (2010, p. 168).

Mas de que forma o poder pode encontrar limites e garantir a liberdade política. O autor da obra “Do Espírito das Leis” recorre ao modelo constitucional inglês para dar solução a este problema, pois, embora os governos absolutistas estivessem em alta na Europa, Montesquieu (2010, p. 168), alerta que “Há também uma nação no mundo que tem como objetivo direto da sua constituição a liberdade política”.

Diante do problema levantado por Montesquieu sobre o abuso do poder, o autor procura apresentar como modelo de todo bom governo a rigorosa separação dos poderes, visando que o poder coloque limites no poder e, como foi possível perceber, a constituição inglesa foi a sua inspiração.

A partir do capítulo VI, do Livro XI, da obra “Do Espírito das Leis”, o filósofo faz uso da constituição da Inglaterra para defender a liberdade política frente aos desmandos das monarquias absolutistas, e explica que, para que haja a liberdade política, é necessário que o poder não esteja nas mãos de uma só pessoa, mas que seja distribuído nos moldes da Inglaterra, em que “há em cada Estado três tipos de poderes [...]” (MONTESQUIEU, 2010, p. 168).

⁶ Braço de mar que faz parte do oceano Atlântico e que separa a ilha da Grã-Bretanha do norte da França.

Para o autor, cada poder deve ter funções diferentes: a um fazer leis, corrigi-las ou revoga-las; a outro, os cuidados da segurança e a diplomacia para impedir invasões e guerras; enquanto ao outro caberia a punição dos crimes e o julgamento dos litígios.

Montesquieu procura deixar evidente que a descentralização do poder permite ao cidadão a liberdade, enquanto que se na mesma pessoa estiver reunido o poder executivo, legislativo e judiciário, a liberdade não existe.

Para que esta separação alcance independência e autonomia, Montesquieu advoga que a formação dos poderes deve estar isenta de pessoas de um poder ocupando lugar em outro, considerando que as interferências poderiam anular o efeito da liberdade política. Montesquieu defende que a liberdade política se deve ao fato de um cidadão não temer outro cidadão, porém, em um Estado em que o poder legislativo é atrelado ao poder executivo, o cidadão perde a sua liberdade, pois será vítima de leis tirânicas.

Montesquieu (2010, p. 169) alerta que “tampouco há liberdade se o poder de julgar não for separado do poder legislativo e do executivo”. Certamente o filósofo estava prevendo a arbitrariedade e a opressão como efeitos da centralização dos poderes de julgar, legislar e executar, logo, se ocupou de refletir filosoficamente sobre o problema do poder centralizado e a solução apresentada pelo filósofo foi sua separação.

Montesquieu enxergava com pessimismo a ideia de uma única pessoa assumir sobre si o poder, pois conforme foi possível observar na contextualização do cenário político da França do século XVIII, a supressão da liberdade política era evidente na monarquia absolutista, de modo que a tese da separação dos poderes pode ser considerada uma voz que clamava pela liberdade em meio a uma seara dominada pelo desejo de poder.

O autor analisa com preocupação o problema do poder centralizado, pois, segundo ele, “tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo de principais ou de nobres ou do povo exercesse estes três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou litígios de particulares” (MONTESQUIEU, 2010, p. 169).

O filósofo francês é categórico em afirmar que tudo estaria perdido caso uma única pessoa ou um único grupo viessem a exercer as três funções acima mencionadas.

É possível perceber que Montesquieu, não tinha uma visão moderada sobre o assunto e nem mesmo estava disposto a aceitar a possibilidade de existir liberdade política em que os poderes não estivessem separados. Pode ser dito acertadamente que, para Montesquieu, a separação dos poderes é a garantia da liberdade política, de modo que o equilíbrio entre os poderes proposto pelo filósofo é a forma de o poder deter o poder, visando a contenção do abuso pelo governante. A liberdade política na premissa de Montesquieu acontece quando a

lei protege a liberdade dos cidadãos, porém, para que isso seja possível, “é necessário um equilíbrio entre os poderes de governo” (BALERIO, 2016, p. 66).

O autor acima mencionado diz que os efeitos da limitação dos poderes proposta por Montesquieu estão nos limites que dispõe cada poder entre si como em um sistema de pesos e contrapesos, de modo que o cidadão não venha a ter a sua liberdade suprimida.

A separação dos poderes no pressuposto montesquiano é necessária para “manter em equilíbrio as forças que agem na sociedade” (BALERIO, 2016, p. 67), pois, como já observado pelo próprio Montesquieu, tudo estaria perdido se os poderes legislativo, executivo e judiciário fossem exercidos por uma só pessoa ou um só grupo.

O filósofo francês reconhece que a Inglaterra desenvolve a melhor forma de separação dos poderes, segundo ele o governo inglês conta com representantes do povo na câmara dos comuns⁷ e representantes da nobreza na câmara dos Lordes⁸.

Montesquieu acentua que o poder executivo é exercido pelo monarca inglês e seus ministros, o poder legislativo atua de forma independente, podendo o executivo vetar as iniciativas do legislativo, enquanto o legislativo tem a prerrogativa de averiguar se o executivo atuou de acordo com as leis, podendo inclusive responsabilizar os ministros se preciso for.

É possível perceber que a estrutura administrativa do governo inglês favorece o equilíbrio dos poderes, limitando a ação do legislativo e do executivo e favorecendo a liberdade política na monarquia inglesa, fato que levou Montesquieu a se referir a constituição inglesa como modelo das monarquias europeias.

A constituição do governo inglês agradou a Montesquieu, pois “essa é aos olhos do filósofo, a feliz situação da Inglaterra do século XVIII” (BALERIO, 2016, p. 68), enquanto em outras monarquias da Europa não existia a liberdade política como na Inglaterra.

Montesquieu entende que a falta da separação dos poderes é a causa da tirania e opressão dos governos déspotas europeus sobre os súditos, que suprimem a segurança do cidadão e lhe imputa o medo e a supressão do direito à liberdade política. Considerando a realidade adversa das coroas europeias em relação à Inglaterra, Baleiro justifica o apreço de Montesquieu pela organização político-administrativa do governo inglês ao dizer que “[...] só a Constituição inglesa garante, graças ao seu equilíbrio de poderes, a liberdade política dos cidadãos” (BALEIRO, 2016, p. 68).

⁷ Câmara dos Comuns do Reino Unido é a câmara baixa do Parlamento.

⁸ A Câmara dos Lordes é a câmara alta do parlamento do Reino Unido.

Importante recordar que a separação dos poderes não é uma criação de Montesquieu, mas uma análise que o autor faz sobre a estrutura organizacional da Inglaterra, a qual chama de constituição da Inglaterra, porém o termo constituição ainda não representa a concepção moderna de norma, uma vez que tal ideia teve seu advento somente com a Revolução Americana.

Montesquieu encontra na separação dos poderes uma garantia para assegurar a liberdade do cidadão, bem como apontar como o Estado deve proteger a liberdade política do homem e ainda a tem como limitadora da ação lesiva da concentração dos poderes.

A influência do pensamento montesquiano a respeito da separação dos poderes pode ser encontrada na obra “O Federalista”, de modo específico no capítulo 47, em que Madison⁹ examinará e explicará o princípio da separação dos poderes, afirmando que “o oráculo sempre consultado e sempre citado nessa matéria é Montesquieu” (MADISON, 2003, p. 299).

Baleiro (2016) acentua que Montesquieu deixou a lição de que a separação dos poderes e a segurança do cidadão perante as leis são os pilares da liberdade política. A tese montesquiana sobre a separação dos poderes foi adotada pelos revolucionários franceses de 1789, e prevista na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que define que “qualquer sociedade em que não esteja assegurada a garantia dos direitos nem estabelecida a separação dos poderes não tem constituição” (Declaração de direitos do homem e do cidadão, 1789, Art. 16º).

Conforme foi possível perceber, o apoio de Montesquieu a causa da liberdade política levou a famosa teoria sobre a divisão dos poderes a ser considerada critério para legitimar a Constituição das sociedades modernas, bem como levou os governos a tenderem para a proteção da liberdade, tal qual o filósofo encontrou na Inglaterra, pois segundo Madison (2003, p. 299), “[...] o escritor francês tinha encarado a Constituição inglesa como o verdadeiro tipo de liberdade política [...]”.

Se pode concluir atribuindo merecidamente a Montesquieu o legado de inibir os vícios que por muito tempo subverteram a liberdade política dos homens, considerando que não foram raras as vezes em que os governantes buscaram abusar do poder legislando, executando e julgando com a força de um opressor.

Embora outros pensadores tenham problematizado o assunto em outros períodos da história, como já mencionado acima, “se ele não é autor do inestimável preceito de que

⁹ Secretário de Estado e quarto presidente dos Estados Unidos da América.

falamos, pelo menos foi ele que melhor o desenvolveu e quem o recomendou de uma maneira mais efetiva a atenção do gênero humano” (MADISON, 2003, p. 299).

Considerando a importância da tese sobre a separação dos poderes em Montesquieu, enquanto professores de Filosofia é devido encontrar o melhor caminho para conduzir o aluno para a Filosofia Política montesquiana, de modo agradável e prazeroso, para que os estudantes não venham a perder o ânimo pelo assunto.

No capítulo III, será abordado as questões que inviabilizam o ensino de Filosofia na sala de aula, transformando-a em algo desinteressante e sem utilidade na visão de boa parte dos alunos.

3 O DESINTERESSE DO ALUNO PELA FILOSOFIA

O terceiro capítulo deste trabalho privilegiara, embora sucintamente, o desinteresse do aluno pela Filosofia e as causas que levam os estudantes a se desinteressarem pelo aprendizado filosófico, a partir das contribuições de autores que problematizam o ensino de filosofia no ensino médio, com destaque para a professora Lídia Maria Rodrigo e o professor Sílvio Gallo, porém sem prejuízo das considerações de outros autores sobre o assunto.

3.1 Um dos maiores obstáculos para o ensino

O objeto desta parte do trabalho é tratar acerca da falta de interesse do aluno de Ensino Médio pelo ensino de Filosofia em sala de aula. O problema levantado sobre o desinteresse do aluno secundarista pelo componente curricular Filosofia é objeto de estudo de pesquisadores da área, e apontado pela professora Lídia Maria Rodrigo como sendo um dos maiores obstáculos ao ensino da disciplina em sala de aula.

Segundo ela, “Não sem razão que os professores do Ensino Médio identificam como um dos maiores obstáculos ao ensino a falta de interesse dos alunos pela disciplina” (RODRIGO, 2009, p. 36). A citação acima é bastante preocupante, pois retrata a realidade das salas de aula do Ensino Médio brasileiro de muitas escolas, e frente às dificuldades já existentes para a presença da Filosofia na grade curricular, ainda é preciso lidar com o obstáculo da falta de interesse dos estudantes pela aprendizagem filosófica. Que motivação ou interesse pode ter o aluno de nível médio pelo estudo da Filosofia?

A pergunta acima poderia ser compreendida como um problema de cunho pedagógico, porém, é para os professores de Filosofia, um problema filosófico, que precisa de uma solução satisfatória para não prejudicar o ensino de Filosofia em sala de aula.

Certamente esta pergunta pode se estender a muitos outros licenciados em Filosofia, que durante a sua formação acadêmica foram privados do acesso aos autores que problematizam seu ensino no Ensino Médio. Este assunto será retomado mais adiante, na seção sobre os cursos de licenciatura em Filosofia.

Incomodado com a indiferença do aluno pelo ensino de Filosofia, em 2017, iniciei um curso de pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Filosofia, pela Universidade do Oeste Paulista, com o título do trabalho de conclusão de curso “Ensino de Filosofia no Ensino Médio: o desinteresse do aluno pela Filosofia e as causas possíveis”, em que foi possível, através de pesquisa bibliográfica, encontrar em alguns autores as razões que levam os

estudantes do Ensino Médio a não sentirem apreço pelo estudo de Filosofia, bem como a conhecer a vasta literatura sobre o ensino de Filosofia que não são aproveitadas em boa parte dos cursos de licenciatura das universidades que formam professores de Filosofia.

A pesquisa na pós-graduação *lato sensu* teve por objetivo investigar os motivos que levam os alunos secundaristas a não encontrarem significado pela aprendizagem filosófica na escola, além de identificar as causas que tornam a Filosofia desinteressante na sala de aula.

Diante dos resultados do trabalho acima mencionado, houve uma motivação para continuar com as pesquisas sobre o ensino de Filosofia, pois o estudo realizado desvelou motivos que levam os estudantes a se desinteressarem pelo ensino de Filosofia, logo, era preciso encontrar soluções para superar o problema da falta de interesse dos discentes pela aprendizagem filosófica na sala de aula.

A pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Filosofia, impulsionou a continuidade das pesquisas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), por meio do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO).

O propósito das linhas que seguem neste capítulo é tornar claro que o desinteresse do aluno pelo aprendizado filosófico é uma constatação acadêmica, logo, não é nossa pretensão neste capítulo exaurir tal assunto, mas tão somente alertar aos professores de Filosofia para que se atenha em considerar que, na sua sala de aula, poderá se deparar com alunos que não trazem interesse algum em aprender Filosofia, ou a filosofar e apontar o uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia como uma possibilidade didática para o professor enfrentar tal realidade.

A autora selecionada para examinar a relação do desinteresse do aluno pela Filosofia e a prática docente do professor, apresenta um currículo bastante significativo para tratar do assunto, pois tem ampla experiência no tema sobre o ensino de Filosofia.

Tratando ainda sobre o desinteresse dos estudantes do Ensino Médio pela Filosofia, recorreremos a outro importante pesquisador da área, que tem dedicado sua produção filosófica às questões que tratam sobre o ensino de Filosofia como problema filosófico.

Foram examinadas as considerações de Rodrigo (2009), no capítulo II da obra “Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o Ensino Médio”, em que a autora discorre a respeito da forma e conteúdo do ensino, problematizando sobre como e o que ensinar no componente curricular Filosofia. Para a autora, a desmotivação do aluno pelo ensino de Filosofia é reconhecida como primeiro obstáculo à prática docente do professor da disciplina. Rodrigo entende que o interesse que o professor tem pela sua área de conhecimento pode não ser o mesmo interesse dos alunos, logo, para evitar uma situação incomoda é preciso “indagar

que motivação ou interesse pode ter o aluno do nível médio pela Filosofia” (RODRIGO, 2009, p. 35).

Para a autora, o professor não deve iniciar sua atividade docente esperando encontrar nos estudantes um interesse prévio pela Filosofia, pois poderá ocorrer de não haver uma motivação ‘*a priori*’, ou mesmo certa vocação pessoal do aluno pela disciplina. Rodrigo parte do princípio de que estudar Filosofia no nível médio pode não ser uma opção pessoal do estudante, mas ele acaba sendo levado à Filosofia contra a sua vontade, pois nem todos os alunos atribuem uma significação à matéria.

Conforme foi possível perceber, a Filosofia parece não estar inclusa nos interesses dos estudantes do Ensino Médio, bem como nem sempre faz parte das necessidades dos alunos, logo, a aprendizagem filosófica em sala de aula se transforma em um obstáculo ao seu ensino, conforme aponta Rodrigo (2009, p. 36), “não é sem razão que os professores do Ensino Médio identificam como um dos maiores obstáculos ao ensino a falta de interesse dos alunos pela disciplina”.

A preocupação dos professores de Filosofia a respeito da falta de motivação dos alunos por sua disciplina é legítima, pois, conforme a citação acima, Rodrigo (2009) dá razão aos professores do Ensino Médio ao enxergarem no desinteresse do aluno um obstáculo de primeira grandeza para o ensino do componente curricular Filosofia.

Diante desta constatação, a autora levanta um problema filosófico para o ensino de Filosofia: “como trabalhar no sentido de introduzir ou levar para dentro da Filosofia alguém que não se sente minimamente tocado por ela ou que lhe é completamente indiferente”. (RODRIGO, 2009, p. 36).

Citando o professor português Rui Grácio Souza, Rodrigo (2009) vê com preocupação a constatação do docente lusitano, pois, segundo ele, o aluno da escola secundária é antifilosófico.

Não tenhamos ilusões: a nossa tarefa navega a contracorrente das necessidades culturais dos nossos alunos. Nada neles ou, pelo menos, no comum deles pede Filosofia. Damo-lhes o que não querem o que não podem querer já (é cedo demais), e ensinar Filosofia, seja qual for à concepção que desse ensino se tenha, é tentar criar um apetite que não existe (DIAS, s/d *apud* RODRIGO, 2009, p. 37).

Vemos, a partir da preocupação acima mencionada, que os alunos caminham em direção oposta ao ensino de Filosofia, pois, segundo o autor citado por Rodrigo, não existe neles um interesse prévio pela disciplina, bem como ao ensinar Filosofia em sala de aula,

oferecemos o que não desejam, uma vez que não existe um ‘apetite’ pela Filosofia nos alunos secundaristas, ou pelo menos em grande parte deles.

Diante do cenário desanimador apontado pela autora, muitos professores procuram derrubar a barreira do desinteresse do aluno com uma retórica em defesa da disciplina, porém, a tentativa é frequentemente fracassada, pois o discurso apologético em favor da Filosofia não é suficiente para despertar o interesse para quem a matéria não significa nada. Rodrigo (2009, p. 38), aponta com razão que,

A sensibilização do aluno para a Filosofia, a possibilidade de que ela se torne receptivo a ela, não é tarefa fácil, mas também não é algo impossível. Parece que o desafio, inicialmente, mais importante consiste em descobrir orifícios, aberturas, enfim, algum canal de acesso para que os não iniciados ingressem no campo filosófico.

A esse respeito, fica entendido que nossa proposta neste trabalho vem ao encontro do enunciado acima, pois se apresenta como uma entre tantas outras possibilidades que visam descobrir orifícios e aberturas que sirvam como canal para tornar os estudantes receptivos ao ensino de Filosofia.

A autora segue apontando as motivações que levam os estudantes do Ensino Médio a se sentirem desinteressados pelas aulas, porém retomaremos esse assunto na seção que trata sobre as causas que desmotivam os alunos pelo ensino de Filosofia.

Aspis e Gallo (2009), no livro “Ensinar Filosofia: um livro para professores” iniciam sua abordagem perguntando como despertar o interesse dos alunos. Ora, se há necessidade de pensar em como despertar o interesse dos alunos para o ensino de Filosofia, é certo de que existe uma falta de interesse pelas aulas da disciplina nesta etapa da educação básica.

É evidente que a juventude contemporânea se sente cada vez menos interessada pela escola, bem como esta é uma preocupação própria do campo da educação e que há algum tempo vem incomodando os pesquisadores da área.

Aspis e Gallo (2009) enxergam certa incompatibilidade entre o crescimento dos avanços tecnológicos que com facilidade chamam a atenção dos jovens ‘virtualizados’, em relação à estrutura tradicional da escola e, segundo ele, aguça discussões sobre questões voltadas à prática de ensino.

Os autores levantam uma pergunta bastante preocupante a partir da incompatível competição entre a escola e os atrativos que o mundo tecnológico exerce nos jovens alunos. “A pergunta que está por trás desta preocupação é a de como competir com todas as sedução do ‘mundo lá fora’ na hora de ensinar” (ASPIS; GALLO, 2009, p.75).

Para eles, no caso dos professores de Filosofia é considerada legítima tal preocupação a respeito da falta de interesse dos alunos pela aprendizagem filosófica por diversos motivos, buscaremos detalhá-los mais adiante.

Para os autores, a Filosofia não tem instigado os alunos a ponto de se sentirem atraídos para ela, o que pode ocasionar a falta de interesse pela disciplina e o distanciamento do aluno pela aprendizagem filosófica. Aspis e Gallo (2009) entendem que é preciso que a Filosofia afete o aluno, visando despertar nele o interesse para as aulas e torná-las mais descontraídas e interessantes. Aqui cabe recordar que tornar as aulas de Filosofia mais agradáveis e interessantes não é o mesmo que transformar o ensino de Filosofia em diálogos ou conversas, ou ainda em debates a partir de temas de interesse do aluno, mas que não levam ao trabalho do pensamento e do conceito, pois se corre o risco de vulgarizar a Filosofia, reduzindo-a a um esvaziamento de ideias limitadas a opiniões.

Os autores observam que parte dos alunos desconfia da relevância da Filosofia em suas vidas, e por isso não atribuem a devida importância, pois enxergam nela um ensino abstrato e sem sentido, elevando-a a inutilidade nos programas escolares, pois a enxergam de modo preconceituoso.

Para Aspis e Gallo (2009), o desinteresse de parte dos alunos pela Filosofia é uma preocupação legítima dos professores e deve ser levada em conta pelos docentes, pois ao desconsiderar que nem todos os alunos se interessam pela disciplina, o professor poderá encontrar dificuldades no exercício de sua prática docente.

Gallo (2012, p. 27), na obra “Metodologia do ensino de Filosofia – uma didática para o Ensino Médio”, com razão afirma que “a presença da Filosofia na escola não é um empreendimento tranquilo”, uma vez que são muitos os obstáculos para que essa presença seja possível. Para o autor, o ensino de Filosofia não acompanhado da relação dialógica com a realidade da vida e do cotidiano do aluno pode se tornar um obstáculo para o seu aprendizado e, com certeza, para sua desmotivação, pois poderá ocorrer de que a experiência filosófica ceda espaço para um ensino erudito.

Gallo (2012), citando Conte-Sponville, defende que a Filosofia não pode ser um ensino inócuo, pois nesta condição mais serviria para afastar o aluno do que para aproximá-lo, entretanto, tal assunto será melhor analisado na seção sobre os métodos utilizados pelo professor. A preocupação com o desinteresse pela Filosofia em sala de aula tem chamado a atenção de pesquisadores e levado à produção de pesquisas que investiguem o assunto mais a fundo. Santos (2009) procurou investigar o tema em uma dissertação de mestrado pela Universidade Nove de Julho, com o título “Os desafios do ensino de Filosofia na sociedade

atual”. O pesquisador justifica que a escolha do tema surgiu a partir do desconforto causado pelas queixas de professores de Filosofia sobre a falta de interesse dos alunos pelo componente curricular. O autor destaca, em sua dissertação, um testemunho próprio da sua prática docente na disciplina de Filosofia no Ensino Médio.

Segundo Santos (2009), no seu início de carreira não conseguia sentir a animosidade dos estudantes pelas aulas de Filosofia, bem como foi percebendo a dificuldade na comunicação com os alunos e identificando que as atividades propostas não eram bem recebidas. Aos poucos, o autor revela que teve a impressão de que as propostas de ensino e o convite à Filosofia não tocava os discentes em sala de aula, motivo pelo qual foi levado a compreender melhor este problema, inicialmente em uma especialização *lato sensu*, seguida de uma pesquisa de mestrado.

O que tem levado parte dos alunos do Ensino Médio a sentirem indiferença pelo ensino de Filosofia e as causas que geram o desinteresse do estudante secundarista pela disciplina de Filosofia na sala de aula serão objeto da sequência deste capítulo, buscando elencar alguns dos motivos que podem contribuir na desmotivação do aluno para o aprendizado filosófico, porém sem a intenção de encerrar o assunto, bem como se pretende relacionar motivos à culpa, pois compete aqui apenas apresentar, a partir da bibliografia analisada, o que os autores apontam como sendo motivações que promovem o desinteresse dos discentes pela filosofia.

3.2 A falta de tradição e os históricos discursos contrários à presença da filosofia como disciplina obrigatória na matriz curricular

Aqui será descrito, de forma sucinta, como a Filosofia é desconsiderada na matriz curricular do Ensino Médio no Brasil, e como a falta de tradição da disciplina nas escolas leva os estudantes a não reconhecerem utilidade em aprendê-la.

O ensino de Filosofia é sempre acompanhado de discursos contrários à sua presença como componente curricular obrigatório e também, marcado por avanços e retrocessos, presenças e ausências no currículo escolar do Ensino Médio.

A Filosofia parece incomodar ao ponto de não ser bem-vinda na matriz curricular da educação básica levando-a a sofrer constantes ataques e perseguição. Na Grécia antiga, surgiu um filósofo chamado Sócrates, que dialogava com todos sem fazer distinção de seus interlocutores, bem como questionava os valores e as crenças presentes na sociedade do seu tempo. O modo como Sócrates conduzia a Filosofia causou um certo mal-estar na sociedade

ateniense, e não demorou muito para que fosse acusado e condenado a morte. Para Cotrim e Fernandes (2009, p. 223), Sócrates,

[...] foi considerado uma ameaça social, um subversivo. Interessado na prática da virtude e na busca da verdade contrariava os valores dominantes da sociedade ateniense. Por isso, recebeu a acusação de ser injusto com os deuses da cidade e de corromper a juventude. No final do processo foi condenado a beber cicuta (veneno mortal extraído de uma planta de mesmo nome).

A morte de Sócrates é uma analogia à morte da Filosofia no Ensino Médio, a qual frequentemente é acusada e condenada a se retirar da matriz curricular, não conseguindo se consolidar em razão da ameaça que ela representa.

Como é possível perceber, a Filosofia é constantemente atacada, julgada, condenada e morta desde a sua origem, em razão de provocar os indivíduos a buscarem a verdade. A política educacional não é desprovida da instrumentalização que visa manter os homens na ignorância, logo, a Filosofia se torna incompatível com a formação dos jovens estudantes do Ensino Médio em razão do perigo que ela representa para o *'status quo'*, considerando que a Filosofia pode a partir do *'parto das ideias'*, trazer os alunos para fora da caverna e, ao contemplarem a verdade do mundo real, não se submeterem mais às ilusões enganadoras da classe dominante.

Os professores de Filosofia se sentem constantemente ameaçados pelas políticas de governo presentes no campo da educação, pois, como foi possível perceber, a natureza própria da Filosofia causa constantes discursos contrários à sua presença como disciplina obrigatória na matriz curricular que, por sua vez, ocasiona a falta de tradição da disciplina nas escolas da educação básica.

A este respeito, Aspis e Gallo (2009, p. 75), acertadamente reconhecem com preocupação a falta de tradição da Filosofia nas salas de aula do Ensino Médio brasileiro:

Consideramos bastante legítima esta preocupação no caso dos professores de Filosofia por diversos motivos adicionais que esta disciplina encontra, como atual falta de tradição desse ensino nas escolas, levando a uma desconfiança da sua importância por parte dos jovens, a sua peculiaridade de ser um estudo bastante abstrato e dissertativo, a imagem/preconceito que se tem de que a Filosofia é inútil.

A falta de tradição da Filosofia nos currículos escolares equivocadamente atesta sua inutilidade na sala de aula, bem como reforçam os discursos preconceituosos contra a disciplina e o seu ensino na escola. Os autores acima mencionados enxergam com preocupados a instabilidade do ensino de Filosofia na educação básica brasileira, pois a falta

de tradição leva os estudantes a desconfiarem de seu valor e a reduzirem a Filosofia a um conhecimento abstrato e inútil.

Sardá (2018), em artigo intitulado “A história do ensino da Filosofia no sistema escolar francês e brasileiro”, mostrou que na França a Filosofia se encontra nos currículos escolares do país há séculos, e que em apenas algumas vezes sua importância foi questionada ao longo da história. Por outro lado, a autora verificou que no Brasil o ensino de Filosofia sofre pela instabilidade, considerando suas idas e vindas no sistema escolar do país, e concluiu dizendo que na França a presença da Filosofia é estável, enquanto no Brasil, a sua presença é marcada pela instabilidade.

A instabilidade apontada pela autora demonstra o quanto a falta de tradição da Filosofia no sistema escolar do Brasil é prejudicial para o ensino da disciplina na escola, pois, constantemente, sua presença e importância são questionadas, outorgando-lhe um valor inferior frente a outras disciplinas do currículo escolar. Não é comum presenciar as manobras dos governantes e gestores da educação nacional para desqualificar e retirar o ensino de matemática ou língua portuguesa da matriz curricular, mas, com frequência, observamos aflitos as tentativas de ‘matar’ a Filosofia na sala de aula do ensino básico brasileiro.

Metaforicamente falando, as tentativas de ‘matar’ a Filosofia no sistema escolar nacional leva os autores de livros didáticos a convencerem os estudantes a respeito da utilidade de seu ensino na educação básica, enquanto na França, a presença da Filosofia no currículo escolar é encarada como natural, pois a tradição do ensino de Filosofia no sistema de ensino francês leva os alunos a não levantarem questionamentos sobre a sua presença na matriz curricular:

Podemos dizer que buscamos, através da história do ensino da Filosofia na França e no Brasil, as causas que explicavam tais representações sociais identificadas. Em geral, é nos livros didáticos brasileiros que os autores se explicam mais, justificam a utilidade da Filosofia, como se tivessem de convencer seus leitores da importância dessa disciplina. Na França, os alunos simplesmente estudam a Filosofia sem fazer semelhantes questionamentos. Nada mais natural, pois a história do ensino dessa disciplina é consideravelmente diferente nos dois países. Na França esse ensino é marcado pela estabilidade, enquanto que, no Brasil, pela instabilidade [...] (SARDÁ, 2018, p. 191).

É notável no enunciado acima como o ensino de Filosofia na França é visto como algo natural pelos estudantes, enquanto que, no Brasil, precisa ser constantemente justificada a sua presença e utilidade.

Como esperar dos discentes o interesse por uma disciplina que não tem tradição na matriz curricular e que, uma vez ou outra, aparece na legislação educacional brasileira como

necessária para o desenvolvimento da criticidade, o exercício do diálogo interdisciplinar, ou ainda como necessária ao exercício da cidadania, mas pouco reconhecida como disciplina obrigatória que promova o movimento de experiência do pensamento.

A respeito da instabilidade do ensino de Filosofia na educação básica brasileira, Sardá (2018, p. 197) esclarece que,

O ensino da Filosofia no Brasil é marcado pela instabilidade. Assim como na França, a Filosofia está ligada, no Brasil, à tradição jesuíta (SHERRINGHAM, 2006); mas, contrariamente ao que acontece na França, em nosso país esse ensino é marcado por uma longa história de “idas e vindas”.

A longa história de ‘idas e vindas’ do ensino de Filosofia na matriz curricular da educação básica do Brasil é a causa da falta de tradição e da ausência de uma presença estável da Filosofia no Ensino Médio brasileiro, bem como é o motor que move os alunos a não atribuir significado ao aprendizado filosófico em sala de aula.

Desde o ensino jesuítico a Filosofia figura nos currículos escolares do Brasil, e com a proclamação da República passou a fazer parte dos currículos oficiais, porém, no período pós-ditatorial ela foi suprimida de vez e desaparece das escolas.

Alves (2002 *apud* SARDÁ, 2018, p. 197) delimita a história do ensino de Filosofia no Brasil em três momentos distintos.

Do período colonial até a República, a Filosofia é “presença garantida” nos currículos; da Primeira República ao Golpe Civil Militar de 1964, ela é “presença indefinida”; por fim, o período ditatorial (pós-1964) é caracterizado por uma “ausência definida”.

A história do ensino de Filosofia no Brasil é marcada pela instabilidade, conforme já mencionado, também é possível, por meio do excerto acima, constatar que a sua presença passa de garantida para indefinida e, por último, como suprimida de vez das salas de aula do sistema de ensino brasileiro. É certo que em 2008 a Filosofia volta com o reconhecimento de obrigatoriedade, porém sua presença como disciplina obrigatória na matriz curricular teve curta permanência, e na atualidade se encontra diluída na Base Nacional Comum Curricular como estudos e práticas obrigatórios.

Sardá (2018) esclarece que a “presença garantida” do ensino de Filosofia se inicia no Brasil com os jesuítas e apresenta fortes traços da hegemonia da Companhia de Jesus, cuja pedagogia continuou forte até a chegada das reformas do Marquês de Pombal, enquanto a

‘presença indefinida’ foi marcada pelo período seguinte, que se estende a partir da proclamação da república, até o golpe militar de 1964.

Cabe recordar que em 1932, com o manifesto dos pioneiros da educação, quando a reconstrução da educação no Brasil atingiu os currículos escolares, desprezou-se a presença das ciências humanas na matriz curricular, e com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1961, o ensino de Filosofia perdeu a obrigatoriedade. Durante a ditadura militar, a disciplina desapareceu do currículo escolar por meio da lei nº 5.692/1971, sendo proibido o ensino de Filosofia no sistema educacional brasileiro.

As discussões pelo retorno da Filosofia ao Ensino Médio ganharam força na década de 1980, com o advento da redemocratização do país, e a criação da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF), que se constituiu em um marco na afirmação da importância da Filosofia na formação do aluno secundarista, mas embora significativa, o tempo de vida útil da SEAF foi curto.

Na década de 1990, a Filosofia manteve uma posição de saber transversal nas disciplinas do currículo, sendo vetada sua volta como disciplina obrigatória pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 1996.

A justificativa para a rejeição da Filosofia como disciplina obrigatória se apoiava na precariedade da formação dos docentes, na elevação dos gastos públicos com a contratação de professores, e a redução da Filosofia a um discurso de cunho pedagógico. Na virada do milênio, os movimentos que intensificaram as mobilizações pela obrigatoriedade da Filosofia como disciplina escolar no Brasil viveram uma ‘primavera filosófica’, pois a Filosofia se tornou disciplina obrigatória, por meio do parecer CNE/CEB 38/2006, e homologado pela resolução n. 04, de 16 de agosto de 2006, do Ministério da Educação, bem como seu reconhecimento legal na LDB, que ocorreu através da lei nº 11.684, de junho de 2008, no entanto, conforme já mencionado acima, esse retorno não se consolidou e não demorou para que a Filosofia perdesse o espaço no currículo escolar do Ensino Médio.

As dimensões históricas do ensino de Filosofia no Brasil e os constantes discursos contrários à sua presença como disciplina obrigatória na matriz curricular extinguiu a obrigatoriedade do ensino de Filosofia, desta vez pela Medida Provisória 746, de 2016.

A medida provisória mencionada acima foi convertida na Lei nº 13.415/2017, alterando as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, concebendo a Filosofia como estudos e práticas obrigatórios, porém ainda encoberto, pois embora a Filosofia não se encontre excluída da BNCC, não se tem esclarecido como seria a sua conflagração nas salas e aula do Ensino Médio, conforme esclarece a

Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF), ao afirmar que “o futuro da unidade curricular de Filosofia ainda é incerto, pois a BNCC permite que ele seja decidido nas instâncias estaduais e municipais e mesmo nas escolas”.

As propostas para a exclusão do ensino obrigatório da Filosofia no currículo do Ensino Médio reforçam os argumentos falaciosos de que a Filosofia não tem nada a oferecer para os alunos secundaristas, e contribui no aumento do preconceito do aluno pela disciplina, levando-os a não encontrarem relevância na aprendizagem de Filosofia nas salas de aula, e questionarem sobre o porquê e para que Filosofia.

Frente ao exposto nesta seção, é compreensível que a falta de tradição do ensino de Filosofia nos currículos escolares do Ensino Médio leve os discentes a se sentirem desinteressados pela sua presença na escola, pois a instabilidade gerada pela inclusão e exclusão nos quatro séculos da educação brasileira demonstra a pouca importância atribuída à Filosofia pelo sistema de ensino nacional, de modo que sua garantia e sobrevivência da como disciplina obrigatória no Ensino Médio fica comprometida. Campaner (2012, p. 14 *apud* SEVERINO, s/d, p. 5) analisa que a Filosofia se vê “de repente [...] solta no tempo e no espaço, diante da desconhecida tarefa de sobreviver por conta própria, de justificar sua própria presença e de definir sua exta contribuição, dizendo para que veio”.

A morte de Sócrates pode ser considerada uma analogia da morte da Filosofia nos currículos do Ensino Médio, pois, do mesmo modo que Sócrates foi calado com um veneno chamado cicuta, a Filosofia foi calada na história da educação brasileira por uma falácia chamada inutilidade.

3.3 O deslocamento do ensino de filosofia com a realidade do aluno

O ensino de Filosofia no Ensino Médio dialoga com os problemas cotidianos da vida dos jovens estudantes e frequentemente está reduzido a certo enciclopedismo que em nada contribuiu na mobilização do conhecimento dos alunos. Certamente o professor de Filosofia deverá recorrer aos problemas filosóficos levantados na história da Filosofia, visando conhecer os problemas enfrentados pelos filósofos e a elaboração de soluções apresentadas por eles para os problemas em questão, porém deverá haver a preocupação para que os problemas filosóficos discutidos em sala de aula não fiquem distantes da vida e da realidade dos alunos.

O ensino de Filosofia deve estar na perspectiva de quem dialoga com a vida, por isso é importante que, na busca da resolução do problema, haja preocupação também com uma análise da atualidade, com uma abordagem que remeta o estudante à sua própria realidade (PARANÁ, 2018, p. 60).

Relacionar os problemas filosóficos tratados pelos filósofos no decorrer da história da Filosofia sem remeter o problema a realidade do aluno é criar um obstáculo para o ensino de Filosofia, pois certamente o aluno não atribuirá valor significativo a uma disciplina deslocada de sua realidade.

O ensino de Filosofia muitas vezes se apresenta aos alunos como sendo de difícil compreensão e uma atividade intelectual própria dos filósofos, inacessível para os discentes e desconectada do mundo real, pois com frequência a Filosofia no Ensino Médio é reduzida a um estudo erudito, abstrato e distante dos problemas do cotidiano dos estudantes.

Nietzsche (2003, p. 212 *apud* GALLO, 2012, p. 27), afirma que a Filosofia deslocada da vida e do cotidiano do aluno se transforma em erudição, o que exige dos estudantes imprimir em seus cérebros as ideias mais loucas e impertinentes do espírito humano, e conclui afirmando que muitos concordam em dizer que o aluno não é preparado para a Filosofia, mas somente para uma prova de Filosofia, desvinculando o ensino de Filosofia da experiência filosófica a partir dos problemas da vida e realidade dos discentes.

O ensino de Filosofia que se distancia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno não consegue relacionar o conhecimento filosófico da estrutura cognitiva do estudante, de modo que, acertadamente, Rodrigo (2009, p. 37) aponta que “o desinteresse pelas aulas de Filosofia deriva, em boa parte, da falta de compreensão dos conteúdos ou do fato de que, muitas vezes, o estudante não consegue encontrar significação nesses conhecimentos”.

O ensino de Filosofia nas escolas em muitas ocasiões de forma inconsciente e involuntária é reduzido a uma exposição de ideias estranhas à vida dos alunos, uma vez que pode ocorrer de o professor tratar de problemas a respeito da *arché*, da metafísica platônica e aristotélica, da lógica de Aristóteles, da epistemologia de Platão, dos universais na Filosofia medieval, do racionalismo cartesiano, da ética kantiana, do pré-existencialismo em Nietzsche, da fenomenologia em Husserl e Heidegger, do existencialismo sartreano ou ainda da Filosofia analítica de Frege, Russel e Wittgenstein, sem relação alguma com a vida e realidade do estudante.

Os filósofos acima citados trataram de problemas carregados de complexidade filosófica e alguns são de difícil compreensão até mesmo para os professores do Ensino Médio. Como é possível perceber, a Filosofia e os problemas por ela tratados precisam

dialogar com a vida e o dia a dia do aluno, pois, desconsiderar a relação dos conteúdos filosóficos e a experiência de vida dos discentes é correr o risco de perder a atenção dos estudantes, podendo tornar a Filosofia em um discurso chato, ultrapassado e inútil.

Gallo (2012), explica que a Filosofia deve ser apresentada ao aluno pelo professor como uma disciplina viva e criativa, de modo que sua presença seja desejável e faça sentido para a vida cotidiana desse estudante.

Uma reflexão bastante significativa sobre o assunto é feita por André Comte Sponville, em uma palestra do filósofo francês dirigida a professores de Filosofia do Ensino Médio da França, quando foi afirmado pelo autor que “os professores de Filosofia esperam legitimamente da escola que ela torne o ensino de Filosofia pelo menos possível – cabe a eles torná-lo vivo” (SPONVILLE 2001, p. 135 *apud* GALLO, 2012, p. 28).

Para que o ensino de Filosofia seja possível nas salas de aula do Ensino Médio, é preciso que os professores da disciplina tragam vida aos filósofos, conteúdos e problemas filosóficos da história da Filosofia, pois seu ensino inócuo e distante serve mais para afastar o aluno do que para aproximá-lo da aprendizagem filosófica. Logo, em meio ao deslocamento da Filosofia da realidade do aluno e a desvalorização do professor, a aproximação da Filosofia da vida do estudante torna seu ensino quase que impossível no chão da escola.

Como despertar no aluno o interesse pela Filosofia, levando para a aula os problemas e soluções que apresentaram os filósofos da idade antiga, média, moderna e contemporânea é em grande medida um desafio docente. Aspis e Gallo (2009) trazem um exemplo surpreendente de como seria a reação dos estudantes diante de uma aula sobre o conhecimento a partir do racionalismo cartesiano, porém deslocado dos problemas atuais sobre o conhecimento.

Acertadamente, os autores afirmam que “enquanto assistissem a aulas como essas os alunos poderiam estar secretamente pensando ‘o que me importa o que esse francês do século XVII pensou ou deixou de pensar? Para o que na vida me serve isso?’” (GALLO, 2009, p. 78).

Destacamos que o deslocamento da Filosofia da realidade e da vida do aluno não o motiva a se interessar pela experiência filosófica, bem como não será possível conseguir o envolvimento dos estudantes com a Filosofia sem que eles se sintam tocados por ela.

É reconhecido que uma aula de Filosofia distante do cotidiano do aluno não favorece a aproximação dos discentes com a disciplina, conforme esclarecem Aspis e Gallo (2009, p. 76):

É importante pensar que o que poderá, desde o início, trazer o interesse dos alunos para as aulas é a aproximação que se possa fazer das questões a serem tratadas em nossas vidas, nossa realidade. Certamente se conseguirmos logo no começo mostrar aos alunos que a Filosofia trata das questões humanas mais fundamentais e que estas são exatamente aquelas com as quais nos debatemos quando não estamos por demais tomados pelo corre-corre do cotidiano, isto aumentará seu interesse (ASPIS; GALLO, 2009, p. 76).

Tratar das questões presentes na vida e na realidade dos alunos nas aulas de Filosofia é, com razão, um caminho pedagógico para despertar os estudantes para a Filosofia, bem como, pode-se concluir que é uma tarefa inerente ao professor aproximar os temas filosóficos da vida do aluno, visando levá-los a compreenderem que a Filosofia na escola os permite perceber que os problemas humanos presentes na história da Filosofia não são estranhos a sua realidade.

A partir do momento em que a Filosofia se revele significativa para os discentes, certamente os despertará para a experiência filosófica e os conduzirá a relacionar suas experiências pessoais de vida com os conteúdos aprendidos no componente curricular.

3.4 Os métodos de ensino adotados pelo professor

Nesta seção não será analisada as concepções e correntes teórico-metodológicas presentes na educação, mas tão somente examinar as possibilidades referentes às práticas de ensino aplicadas à Filosofia. A respeito do desinteresse do aluno pelo ensino de Filosofia, será abordada, aqui, a metodologia de ensino utilizada pelos professores na sala de aula, porém, sem a intenção de responsabilizá-los pela desmotivação dos estudantes pela Filosofia e seu aprendizado.

Certamente, existe hoje uma série de estudos, pesquisas, livros e palestras que tratam de métodos de ensino que visam despertar o interesse dos alunos pelo aprendizado, porém a especificidade da Filosofia requer do professor considerar os procedimentos metodológicos necessários a boa execução das aulas no Ensino Médio, sem, como isso, desvalorizar os métodos próprios que cada professor possui.

Segundo Antunes (2012), o que causa o desinteresse do estudante é a ausência de um método, uma vez que é impossível manter o aluno interessado em um conteúdo que lhe é apresentado como fatos desorganizados. Porém, no caso da Filosofia, é conveniente um método de ensino próprio, uma didática da Filosofia, ou ainda, uma prática de ensino em Filosofia. Estas são questões bastante discutidas academicamente, pois a forma como a

Filosofia é apresentada ao aluno em sala de aula poderá ou não despertar nele o interesse pelo conteúdo da Filosofia.

É sabido que, para qualquer que seja o componente curricular a ser ensinado, é preciso que o professor adote métodos de ensino que toquem o aluno, ou seja, que o retire da condição de desinteressado pelo conteúdo da disciplina, e crie nele condições que facilitem o aprendizado em sala de aula, entretanto, no caso da Filosofia, é preciso não se descuidar das características próprias da disciplina, a qual requer do professor competências que o habilite a encontrar a melhor forma de ensiná-la.

Aspis e Gallo, (2009, p. 75), ensinam que “atualmente os professores de Filosofia vivem o problema não só de ter de saber o que e como ensinar, mas o de apresentar a Filosofia aos jovens de forma instigante”. É possível perceber por meio desta citação que os professores não devem somente se preocupar com o conteúdo teórico, mas, também, com um método que leve a Filosofia aos alunos, de modo agradável, visando conduzir aqueles menos preocupados com a aprendizagem filosófica a encontrar sentido nas aulas.

Entre os motivos já apresentados que aguçam o desinteresse do aluno pela Filosofia, serão analisadas, aqui, as possibilidades metodológicas adotadas pelo professor em sala de aula, pois a prática de ensino inadequada para a reflexão filosófica poderá provocar no aluno o desinteresse pelo aprendizado.

Como já mencionado acima, não é nossa vontade ‘culpar’ o professor pela falta de interesse do aluno pela Filosofia, no entanto, não podemos omitir que o desinteresse deriva, em boa parte, da ausência de metodologia que desperte no estudante o ‘apetite’ pelos conteúdos de Filosofia, pois, conforme diz Rodrigo (2009, p. 37), “o professor pode ter certa cota de responsabilidade nisso, se os procedimentos de ensino que adota contribuem para alimentar o desinteresse e a indiferença”.

Justificando sua afirmação, a autora cita Tozzi, o qual apresenta o testemunho de um aluno que havia cursado Filosofia e concluía que “o professor falava para si mesmo. Eu não entendia nada; era muito abstrato para mim. Não me atrevia a fazer perguntas. Entediava-me o tempo todo. Perdi um ano” (TOZZI, s/d *apud* RODRIGO, 2009, p. 37).

Este enunciado confirma que no ensino de Filosofia é preciso considerar os métodos utilizados, pois, no exemplo levantado por Tozzi (s/d), e apresentado por Rodrigo, é percebido com clareza que não houve um processo ativo de construção do conhecimento, o que criou no aluno um certo repúdio à Filosofia, já que, segundo o estudante, ele perdeu um ano de sua vida estudando Filosofia.

O problema levantado por Tozzi, ainda convida a outra reflexão bastante importante, pois é preciso se perguntar por que o aluno não entedia nada que o professor falava. Segundo relato do próprio estudante, tudo era muito abstrato para ele.

Levar o estudante a se interessar pela Filosofia em uma aula em que ele não entende nada do que está sendo ensinado é bastante provocador para quem tem o desafio de despertar o estudante para a filosofia. Talvez, para o professor, tudo pareça estar muito claro, mas para o aluno, nem sempre a filosofia chega com clareza! Ao adentrar a uma sala de aula do Ensino Médio, o professor deve estar ciente que não cabe a ele formar filósofos, mas “habilitá-los ao exercício de uma forma de pensamento que seja competente, criativa e crítica com relação à realidade do existir” (SEVERINO, 2009, p. 27).

Sem perder de vista o desenvolvimento do amadurecimento da reflexão e do pensamento dos estudantes, é precioso o cuidado para utilizar, nas aulas de Filosofia, uma linguagem acessível, entretanto, sem evitar o exercício do filosofar a partir do contato com os filósofos do passado e do presente.

O aluno não pode ver a Filosofia como algo entediante ou como perda de tempo durante o ano letivo, porém, para que isso não venha a ocorrer, os estudantes devem encontrar, nas salas de aula do Ensino Médio, professores metodologicamente preparados para o ensino de Filosofia.

A presença de estratégias motivacionais e metodológicas que tornem as aulas significativas para os alunos no Ensino Médio contribuem para despertar neles o interesse pela disciplina, bem como favorece o aprendizado escolar e tornam as aulas de Filosofia mais atraentes.

As estratégias a serem utilizadas nas aulas de Filosofia podem ser analisadas a partir da existência das inúmeras possibilidades utilizadas pelos professores como prática de ensino, no entanto, é preciso se perguntar se todos os métodos são suficientemente adequados.

Aspis e Gallo (2009) defendem que o interesse nos alunos poderá ser despertado pela introdução de textos e imagens não filosóficas para aproximá-los da Filosofia, visando chamar a atenção aos temas a serem estudados.

Se conseguirmos posteriormente por meio de textos e imagens que não foram produzidos como Filosofia, como por exemplo, filmes, músicas, reportagens, poesia, etc., mas que tenham conteúdos que possam contribuir para a elaboração da questão a ser estudada, isto certamente contribuirá para um maior interesse dos alunos (ASPIS; GALLO, 2009, p. 76).

Os autores acima mencionados advogam que, se necessário, é preciso partir de um elemento não filosófico para chamar a atenção do aluno ao tema ou conteúdo a ser estudado, pois a abordagem inicial parecerá descomplicada da complexidade filosófica, bem como tratará de problemas do cotidiano do estudante, conforme visto na seção sobre o deslocamento da Filosofia da vida do aluno. Um exemplo bastante significativo é o uso de filmes, ou recortes deles, para atrair o aluno para a Filosofia, de forma descontraída e prazerosa, para, então, na sequência, inseri-lo nos problemas filosóficos tratados na exibição fílmica.

Tratar, em sala de aula, do problema referente à teoria do direito divino, proposta pelo filósofo e teólogo Jacques Bossuet (1627-1704), na obra “Política”, tirada da Sagrada Escritura é tradicionalmente, por meio do texto do filósofo, que problematiza sobre o poder divino do rei, o que poderá causar certa ‘imunidade’ no estudante, levando-o a se desinteressar pelo assunto, em razão da leitura textual, ou ainda, sentir-se cansado no caso de o professor adotar a aula expositiva para narrar historicamente o conceito do problema na visão de Bossuet.

Uma experiência vivida em minha prática docente para problematizar a teoria do direito divino é o uso de um recorte do filme “Morte ao Rei”, lançado em 2003, na Inglaterra. O filme aborda sobre a condenação e morte por decapitação do Rei Carlos I da Inglaterra, em meio a uma guerra civil liderada pelo Lorde General Thomas Fairfax e o General Oliver Cromwell, motivado pela centralização do poder nas mãos do monarca inglês.

Na cena que inicia no minuto 28:57 e termina no minuto 29:51, trava-se uma dura discussão entre o Rei Carlos I e o general Cromwell, que questiona o monarca sobre uma tentativa de recuperar a coroa mediante um acordo com o parlamento inglês. Em tom ríspido, Cromwell se dirige ao Rei, dizendo: “crê que todos são brinquedos? Que devem beijar a sua mão? Que devem rastejar na borda de seu manto?”. O monarca rebate em tom autoritário: “você não me entendeu, Sr. Cromwell. [...] sua mãe lhe deixou de ensinar alguma coisa quando pequeno. A maioria aprende no berço que eu sou o Rei! Por desígnio divino! Você não vai me ensinar o que é um bom governo!”.

Após a exibição do recorte fílmico, inicia-se uma discussão em que os alunos, livremente, expressam a sua opinião em relação à cena assistida, cabe recordar que, neste momento, não é exigido dos estudantes um rigor filosófico.

O assunto é retomado a partir das discussões sobre qual seria a melhor forma de governo e se os reis deveriam governar legitimados por uma escolha divina, ou caberia aos homens escolher seus governantes. O tema é relacionado com a realidade, ademais, apresentam-se, aos alunos, reportagens sobre os movimentos monarquistas contemporâneos

que pedem a volta da monarquia no Brasil, baseando-se na ‘Teoria do Direito Divino’ e no suposto golpe aplicado em 15 de novembro de 1889, o qual se suprimiu a monarquia em detrimento do regime republicano. Familiarizados com o tema, os estudantes são levados ao contato com o texto do filósofo, observando-se que esse contato acontece de forma menos entediante e acompanhado de maior interesse pelo assunto, pois houve uma prévia aproximação com a realidade e uma preparação lúdica para entrar no tema.

Após a leitura filosófica do texto, os estudantes são convidados a praticar a escrita filosófica, devendo se posicionar a respeito do problema, defendendo a suas posições por meio de argumentos.

Outra experiência bastante valorizada sobre o pensamento do filósofo Thomas Hobbes é o uso do filme “Uma noite de crimes”, lançado em 2013, em que é possível de forma bastante tranquila trabalhar a questão da violência e do medo na concepção filosófica de Hobbes, relacionando o problema com a atualidade e levantando perguntas a partir da exibição fílmica e do pensamento hobbesiano.

Os dois exemplos ilustrados acima não pretendem, de forma alguma, servir como ‘receita’ para os professores de Filosofia, pois, certamente, muitos professores, a seu modo, trabalham as produções do cinema em suas aulas de Filosofia. Pretendeu-se, apenas, ilustrar que muitas vezes, como professores de Filosofia, se deseja, no primeiro momento, que o aluno mergulhe no texto filosófico, sem antes prepará-lo para isso, bem como, em muitas ocasiões, é esperado dos alunos que desejem a Filosofia apenas ouvindo uma narrativa histórica em uma aula que não favorece a leitura, a escrita e a argumentação filosófica do estudante sobre os temas da Filosofia.

É certo, como já mencionado, que cada professor tem sua metodologia e recorre à práticas de ensino diversificadas, visando tornar as aulas de Filosofia mais descontraídas e aceitas pelos estudantes, porém, é preciso tomar cuidado para não incorrer no risco de deformar a Filosofia na tentativa de descomplicá-la.

A preocupação da vulgarização da Filosofia na busca de torná-la mais prazerosa aos alunos, levou o filósofo francês Comte-Sponville a se posicionar sobre o assunto, em uma palestra proferida à professores da educação média da França.

[...] tudo isso ameaça, é verdade, tornar em breve nosso ensino quase impossível – ou, em todo caso, sem efeito – e fazer de nossas aulas não mais um lugar de reflexão e trabalho, mas, como já se diz, de intercâmbios, de animação, de comunicação... os debates de opiniões substituíram o estudo dos textos, a impaciência presunçosa dos falsos saberes triunfaria sobre a paciência do conceito e a Filosofia se apagaria, enfim, diante de uma filodoxia... (SPONVILLE, 2001, p. 135 *apud* GALLO, 2012, pp. 28-29).

Analisando a preocupação do filósofo francês citado acima, Gallo (2012) enxerga os perigos de vulgarizar a Filosofia em nome de torná-la mais agradável, bem como o incomoda a ideia de reduzir as aulas em atividades de comunicação, animação e mera troca de ideias.

É possível justificar dizendo que a preocupação de Sponville é própria do sistema educacional francês, e que no Brasil não existe o perigo da vulgarização da Filosofia, pois os professores são habilitados para trabalhá-la em sala de aula, sem o risco de deformá-la na tentativa de despertar o interesse nos alunos. Gallo levanta essa questão, acerca do Ensino Médio brasileiro:

Não conhecemos também nós no Brasil esse risco? Não conhecemos também colegas que defendem que a aula de Filosofia deva ser um espaço de debates, a reprodução de uma ágora grega, sendo esse o sentido intrínseco da Filosofia? Mas aí, com Conte-Sponville, perguntamos: onde fica o conceito? Onde fica o trabalho do pensamento? Sem o conceito e sem o pensamento, o debate de ideias se esvazia, limita-se a debate de opiniões. E nesse contexto onde estaria a Filosofia? (GALLO, 2012, p. 29).

O enunciado acima aponta que a Filosofia, no sistema educacional brasileiro, também corre o risco de se enveredar para o campo do esvaziamento, caso a metodologia e a prática de ensino do professor seja inadequada para a docência filosófica no Ensino Médio. Um colega de profissão entrava na sala de aula com um copinho descartável repleto de papeizinhos com temas emergentes da contemporaneidade a serem sorteados pelos alunos, a fim de definirem o que seria estudado na aula em questão. Os papeizinhos traziam assuntos como: drogas, sexo, bullying, violência, política, juventude, trabalho, escola, família, esportes, arte, beleza, ética, etc. No método acima, apresentado as aulas, não são preparadas, pois ficam improvisadas a partir da ‘sorte’, de acordo com o tema sorteado, sendo possível levantar questionamentos sobre os critérios utilizados para selecionar os textos dos filósofos e como aconteceria o trabalho do pensamento.

Não cabe aqui julgar a forma como as aulas de Filosofia são levadas para a sala do Ensino Médio, mas, apontar que métodos inicialmente adotados para despertar o interesse dos alunos podem se transformar em aulas desinteressantes e cansativas. Logo, é preciso o cuidado para que as aulas de Filosofia não “sejam irremediavelmente chatas, nem um circo de debates vazios”, como aponta Gallo (2012, p. 30).

O desinteresse dos alunos pela Filosofia é, em parte, alimentado pela presença de professores em sala de aula que aceitam indiscutivelmente qualquer método como sendo válido, mesmo que ao custo da ‘deformação’ da Filosofia.

3.5 A deficiência da formação inicial dos professores de filosofia

Conforme a seção acima, se vislumbra a importância da preparação pedagógica do professor de Filosofia para atuar na docência do Ensino Médio, logo, é necessário analisar como as instituições de ensino superior (IES) estão preparando os novos professores para enfrentar uma sala de aula em que a Filosofia não faz parte do interesse de boa parte dos discentes, de modo que é possível se perguntar como as IES estão formando os professores de Filosofia para atuarem nas salas de aula das escolas brasileiras.

O assunto abordado nesta seção pode parecer desconfortável para quem atua como docente nas instituições de ensino superior nos cursos de licenciatura em Filosofia, pois pode ocorrer o equívoco de que a deficiência da formação inicial dos professores de Filosofia nos é atribuída aos professores universitários, porém, uma leitura mais atenta revelará que não é a intenção dos autores analisados nesta seção atribuir aos docentes universitários tal responsabilidade.

Embora evidenciando, nesta parte do trabalho, a deficiência da formação dos professores nos cursos de licenciatura em Filosofia nas IES, serão apresentados com justiça os avanços alcançados para superar o quadro problematizado nesta seção, pois, é devido considerar que as obras analisadas correspondem aos anos de 2008, 2009 e 2012, logo, tais considerações serviram para repensar a formação do professor de Filosofia nas IES. Embora o termo ‘deficiência’ pareça um tanto agressivo, ele está presente na reflexão da professora Lídia Maria Rodrigo, sobre os aspectos didático-pedagógicos da docência filosófica.

Para Rodrigo (2009, p. 67), “as dificuldades que os professores de Filosofia enfrentam para responder aos desafios didáticos postos pela atual inserção da Filosofia no Ensino Médio de massa começam pelas deficiências em sua própria formação inicial”.

A autora aponta que as deficiências na formação inicial dos professores de Filosofia é uma dificuldade a ser superada, uma vez que, segundo ela, um professor com formação insuficiente não atende às expectativas didáticas da Filosofia no Ensino Médio. Um detalhe no enunciado acima chama a atenção, pois é possível perceber que a preocupação da autora se concentra na formação pedagógica dos professores de Filosofia formados nos cursos de licenciatura ofertados pelas IES.

O uso do termo ‘desafio didático’ indica que a deficiência da formação dos licenciados em Filosofia se encontra no modo de como ensinar o que aprenderam nas disciplinas específicas. Segundo Rodrigo (2009), a formação do professor de Filosofia no Brasil acontece, com frequência, na fórmula 3 + 1, em que o licenciando estuda pelo período de três

anos as disciplinas específicas que o habilitarão a dominar os conteúdos filosóficos, e um ano é dedicado a formação pedagógica do futuro professor, visando sua preparação para o ensino.

A autora indica que algumas IES concentram a parte pedagógica nos últimos dois semestres do curso, enquanto outras preferem distribuir a formação pedagógica na grade curricular durante os quatro anos da graduação.

Rodrigo (2009, p. 68), aponta que nos cursos de licenciatura em Filosofia há o hábito de delegar a responsabilidade da preparação pedagógica para as faculdades de educação das IES, causando, “[...], portanto uma divisão de trabalho, ou uma dicotomia entre a formação específica e a formação pedagógica: na faculdade ou departamento de Filosofia o professor aprende “o que ensinar”, na faculdade de educação aprende como ensinar”.

É possível perceber que a formação pedagógica do licenciando em Filosofia é, em boa parte, da IES delegada a quem não exerce a docência filosófica, ficando a formação inicial do professor de Filosofia desarticulada da prática docente própria da disciplina, de modo que existe discordância e antagonismos entre o departamento de Filosofia e o departamento de educação. sobre o perfil do professor de Filosofia na educação básica, conforme acentua, com razão, Rodrigo (2009, p. 68), “não é raro que essas duas frentes de trabalho possuam concepções divergentes e até mesmo conflitantes sobre o perfil do professor de Filosofia no Ensino Médio”.

Rodrigo (2009) entende que a formação pedagógica do professor de Filosofia não é assumida com seriedade nos cursos de licenciatura, pois, segundo ela, valoriza-se, com razão, a formação específica do licenciando, porém, sem dar a atenção merecida a formação que habilitará o professor para enfrentar os desafios didáticos próprios da disciplina em sala de aula. Ofertar na graduação uma formação sólida sobre a história da Filosofia e o embasamento teórico das grandes áreas ou períodos da Filosofia é desejável e necessário para um trabalho docente significativo no Ensino Médio, todavia, de nada adiantará dominar bem a teoria sem o domínio das técnicas, estratégias e didáticas específicas da licenciatura em Filosofia.

A respeito do modo como vêm sendo formados os professores de Filosofia em boa parte das IES, Rodrigo (2009, p. 69) esclarece que,

No plano pedagógico, a formação também deixa muito a desejar; além de ficar relegada a segundo plano em relação às disciplinas específicas, costuma estar muito desarticulada da realidade escolar em que os licenciados deverão atuar e das tarefas com que terão de haver-se.

Conforme foi possível perceber, a autora afirma que a formação pedagógica dos professores de Filosofia nas IES geralmente acontece sem articulação com o que vão enfrentar

em uma sala de aula do Ensino Médio, e que são distantes das tarefas que haverão de desempenhar na sua prática docente. É encontrado em Campaner (2012) a mesma preocupação, pois, para ela, sobre as disciplinas pedagógicas nos cursos de licenciatura em Filosofia:

O professor de Filosofia dos cursos de graduação não reflete sobre essa situação. Em geral, não se preocupa com ‘métodos de ensino’ por considerar que essa discussão ou é específica do profissional da educação, ou é uma discussão menor em face da importância do conteúdo.

Certamente poderá haver quem defenda que se aprende a ser professor de Filosofia na prática, assim, nessa concepção o professor aprenderá a enfrentar os desafios da disciplina ensinando. A visão acima exposta não está de tudo equivocada, pois há legitimidade em partes, entretanto, não se deve perder de vista que é nos cursos de licenciatura que o professor deve ser preparado para exercer as tarefas próprias de um docente de Filosofia.

O professor de Filosofia deve chegar à escola sabendo o que ensinar, como ensinar, o que avaliar em Filosofia, como avaliar, como usar a literatura, o cinema, a música em uma aula de Filosofia, a usar imagens e reportagens, a selecionar os textos filosóficos e saber que textos devem ser selecionados. Estes e tantos outros desafios didáticos presentes no ensino de Filosofia deveriam ser aprendidos em sua formação inicial, em curso de licenciatura, no entanto, quase sempre a formação pedagógica é generalista e desarticulada da docência em Filosofia.

A preocupação da professora Lídia Maria Rodrigo a respeito da formação pedagógica dos professores de Filosofia nos cursos de licenciatura é compartilhada por outros autores significativos que pesquisam, escrevem e problematizam o ensino de Filosofia no Ensino Médio. Gallo (2012) traz um relato surpreendente de sua própria experiência como professor de Filosofia na educação básica, a qual pode representar a realidade de muitos outros professores da disciplina.

“Meu envolvimento com o ensino de Filosofia foi se construindo ao longo de minha trajetória profissional. Tendo atuado como professor de Filosofia no Ensino Médio e sentindo **o total despreparo para isso, apesar de ter cursado uma licenciatura na área [...]**” (GALLO, 2012, p. 11, grifo nosso).

O autor menciona que mesmo tendo passado pela formação de professor de Filosofia em curso de licenciatura, encontrou dificuldade na sala de aula para ensinar a disciplina, pois, certamente, recebeu uma sólida formação de cunho filosófico nas disciplinas específicas,

porém, a formação pedagógica apresentou deficiências que impactaram diretamente na sua prática docente como professor de Filosofia no Ensino Médio. Segundo ele, “o problema consiste no fato de que os filósofos dão **pouca ou nenhuma importância a questão do ensino**” (GALLO, 2012, p. 11, grifo nosso).

Gallo (2012, p. 12, grifo nosso) denuncia que “os cursos se preocupam em ensinar Filosofia, transmitir o legado de sua história [...]. Mas **não se importam** com a formação do professor dessa disciplina”.

O autor confirma a afirmação de Rodrigo, apresentada acima, em que a formação pedagógica do professor é delegada aos departamentos de educação das IES, sem haver relação alguma com a prática de ensino em Filosofia. Cabe recordar que não é pretensão desqualificar os departamentos de educação das IES, mas esclarecer que a formação pedagógica do professor de Filosofia é reduzida ao conhecimento das principais correntes pedagógicas, de uma didática comum a todos os cursos de licenciatura e da legislação que norteia, de modo geral, a educação no Brasil.

Gallo (2012, p. 12, grifo nosso), revela que “em meu curso de graduação tivemos uma disciplina de Didática Geral, **sem nenhuma relação com a Filosofia**. Tivemos uma disciplina de Filosofia da Educação, mas que **não focou as questões do ensino**”. Certamente a experiência do autor no seu curso de licenciatura foi à experiência de muitos acadêmicos de Filosofia pelo Brasil, logo é possível questionar o porquê os cursos de licenciatura em Filosofia não se importam com a preparação pedagógica do professor.

Podem existir múltiplas possibilidades, mas será destacada duas: a primeira é a redução de custos com professores nas IES privadas, pois é comum nos cursos de licenciatura aproveitar um único professor da área da pedagogia para, em uma única sala, lecionar a disciplina de Didática Geral para todas as licenciaturas oferecidas pela instituição. A segunda possibilidade pode estar relacionada a pouca importância dada às questões pedagógicas nos cursos de licenciatura das IES públicas e privadas, ou ainda, pela carência de professores especializados em Ensino de Filosofia para atuarem na formação dos futuros professores de Filosofia.

Os autores mencionados defendem que a formação pedagógica do professor de Filosofia deve estar articulada com sua atuação docente nas escolas, pois as especificidades do ensino de Filosofia requerem dos professores habilidades próprias para o exercício de sua profissão, ou seja, ao se encontrarem em uma sala de aula, os professores de Filosofia devem estar preparados para enfrentarem os desafios didáticos que são próprios da Filosofia.

Se a formação do professor de Filosofia for deficiente, certamente contribuirá para o desinteresse dos alunos pela Filosofia em sala de aula, pois, como já mencionado acima, os métodos inadequados utilizados pelo docente poderão afastar o estudante da aprendizagem filosófica. Ao enfrentar uma sala de aula, é esperado que o professor estivesse habilitado a lidar com o ensino de Filosofia, mas nem sempre isso acontece, pois não raras vezes a mente do professor é invadida pelas perguntas: o que ensinar em Filosofia. Como ensinar. Quais as estratégias e como avaliar. “Ora tudo isso deveria ter sido trabalhado durante o curso de licenciatura, **mas dificilmente o é**”, assinala (GALLO, 2012, p. 12, grifo nosso).

Considerando a conclusão de Gallo, o qual acredita que, em boa parte dos cursos de licenciatura em Filosofia, a preparação pedagógica do professor é deficitária, como esperar do professor uma aula que chame a atenção do aluno, com textos filosóficos bem selecionados e aplicados, com uso de imagens, filmes, reportagens e outros recursos bem empregados? Rodrigo (2009, p. 69) pode ajudar nesse entendimento, uma vez que, segundo ela,

[...] se quiser fazer um trabalho de qualidade, o professor terá de encontrar formas de superar as deficiências de sua formação inicial, buscando cursos e eventos científicos que propiciem um aprimoramento na área e, principalmente, fazendo do estudo pessoal, uma constante na sua vida profissional.

Como é possível perceber, os cursos de licenciatura não conseguem cumprir bem a formação pedagógica do professor de Filosofia, pois quase sempre ela é desacompanhada da atenção devida à questão do ensino, o que, em grande parte, prejudica o papel do professor em sala de aula e desestimula os alunos para aprender a Filosofia ou a filosofar.

Para melhor compreender como acontece a formação dos professores de Filosofia, analisamos, de forma sucinta, as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Filosofia a partir do parecer CNE/CES 492/2001¹⁰.

As diretrizes dizem respeito aos cursos de graduação em Filosofia, ou seja, contempla tanto a formação do especialista (bacharel), quanto à do professor (licenciado) e, durante o curso, espera-se dos formandos a formação do perfil abaixo exposto:

Sólida formação de história da Filosofia, que capacite para a compreensão e a transmissão dos principais temas, problemas, sistemas filosóficos, assim como para a análise e reflexão crítica da realidade social em que se insere. O licenciado deverá estar habilitado para enfrentar com sucesso os desafios e as dificuldades inerentes à tarefa de despertar os jovens para a reflexão filosófica, bem como transmitir aos alunos do Ensino Médio o legado da tradição e o gosto pelo pensamento inovador, crítico e independente (BRASIL, 2001, p. 3).

¹⁰ Conselho Nacional de Educação/Camará de Educação Superior.

É percebido que , a grosso modo, o perfil do graduado em Filosofia é constituído da preocupação com a formação específica dos temas, problemas e sistemas filosóficos da história da Filosofia, o que se considera uma preocupação legítima. Entretanto, é notório a falta de reconhecimento da importância da formação metodológica e pedagógica do professor na elaboração do perfil do formando nos cursos de licenciatura.

Sobre a formação do licenciado em Filosofia, o enunciado acima destaca que as diretrizes esperam que ele esteja habilitado para enfrentar com sucesso os desafios e as dificuldades inerentes à tarefa de despertar os jovens para a reflexão filosófica, porém, para que isso seja possível, é necessária, também, uma boa formação voltada para a docência em Filosofia na educação básica.

As diretrizes apontam no texto as competências e habilidades que os formandos deverão desenvolver na graduação, mas não é a intenção neste momento problematizar o conceito de ‘competências e habilidades’ em um curso de Filosofia, apenas demonstrar quais são as competências e habilidades que as diretrizes almejam dos formandos.

Conforme Brasil (2001, p. 3), as competências e habilidades que os cursos de formação de graduação em Filosofia deverão desenvolver em seus formandos são as seguintes:

- a) Capacitação para um modo especificamente filosófico de formular e propor soluções a problemas, nos diversos campos do conhecimento;
- b) Capacidade de desenvolver uma consciência crítica sobre conhecimento, razão e realidade sócio-histórico-política;
- c) Capacidade para análise, interpretação e comentário de textos teóricos, segundo os mais rigorosos procedimentos de técnica hermenêutica;
- d) Compreensão da importância das questões acerca do sentido e da significação da própria existência e das produções culturais;
- e) Percepção da integração necessária entre a Filosofia e a produção científica, artística, bem como com o agir pessoal e político;
- f) Capacidade de relacionar o exercício da crítica filosófica com a promoção integral da cidadania e com o respeito à pessoa, dentro da tradição de defesa dos direitos humanos;
- g) Capacidade de leitura e compreensão de textos filosóficos em língua estrangeira;
- h) Competência na utilização da informática.

Como foi possível perceber, as competências e habilidades a serem desenvolvidas nos professores de Filosofia tem o foco na formação teórica, ou seja, privilegia-se a preparação específica, enquanto o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para a questão do ensino são em parte ignoradas pelo documento.

A respeito dos conteúdos que devem compor a grade dos cursos de graduação em Filosofia, as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Filosofia elencam um conjunto de disciplinas básicas, conforme o enunciado abaixo:

O elenco tradicional das cinco disciplinas básicas (História da Filosofia, Teoria do Conhecimento, Ética, Lógica, Filosofia Geral: Problemas Metafísicos, - além de duas matérias científicas), tem se comprovado como uma sábia diretriz. Tal elenco vem permitindo aos melhores cursos do País um ensino flexível e adequado da Filosofia. Entretanto, tendo em vista o desenvolvimento da Filosofia nas últimas décadas, algumas áreas merecem ser consideradas, como: Filosofia Política, Filosofia da Ciência (ou Epistemologia), Estética, Filosofia da Linguagem e Filosofia da Mente. (BRASIL, 2001, p. 3).

Embora até aqui tenha sido observado que o documento não faz referência alguma sobre formação metodológica e pedagógica do professor em um curso de graduação, poderíamos estar nos perguntando onde estão as disciplinas que compõem a formação docente do professor?

Ressaltamos que as disciplinas básicas acima apresentadas se referem à formação tanto do bacharel, quanto do licenciado, porém, as diretrizes exigem, acertadamente, que “no caso da licenciatura, deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam” (BRASIL, 2001, p. 4).

Aqui é possível encontrar o ponto nevrálgico de nossa reflexão sobre as deficiências da formação do professor nos cursos de licenciatura, uma vez que, conforme esclarecido acima, as IES, grosso modo, ofertam a disciplina de didática geral, enquanto as diretrizes fazem a opção pela oferta de ‘didáticas próprias para a docência em Filosofia.

Talvez aqui se compreenda melhor o que os autores analisados querem dizer com deficiência da formação dos professores nos cursos de licenciatura, pois não se trata de uma crítica dirigida aos docentes da graduação em Filosofia das IES, mas dá pouca atenção dada à formação didática própria do professor de Filosofia, o que, em análise, ao enfrentar uma sala de aula, o professor se encontraria despreparado para exercer a função docente.

Considerando que as diretrizes apontam como dever das IES a inclusão de didática própria para os conteúdos filosóficos a serem trabalhados na educação básica, foi consultado o site de IES públicas e privadas que ofertam o curso de licenciatura em Filosofia, nas

modalidades EAD e presencial, no Estado do Paraná, visando analisar se a matriz curricular dos cursos ofertados, para identificar se o problema sobre a formação pedagógica deslocada do ensino de Filosofia no Ensino Médio permanece ou estão sendo contempladas nos cursos de licenciatura em Filosofia oferecidos pelas IES paranaenses.

A primeira IES a ser analisada foi a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), com *campus* em Curitiba, que oferta o curso de licenciatura em Filosofia na modalidade presencial. O curso está dividido em eixo integrado de formação pedagógica e eixo de formação específica, tendo a formação pedagógica diluída na grade curricular do 1º ao 8º período. Visando à formação pedagógica do professor de Filosofia, na PUCPR, a matriz curricular do curso de Filosofia licenciatura da Escola de Educação e Humanidades – *Campus* Curitiba, é determinado pela Resolução nº 224/2018, e tem o eixo de formação pedagógica estruturado em quatro disciplinas no primeiro período, três disciplinas no segundo período, três disciplinas no terceiro período, duas disciplinas no quarto período, uma disciplina no quinto período, duas disciplinas no sexto período, duas disciplinas no sétimo período e uma disciplina oitavo período, totalizando dezoito disciplinas a serem integralizadas no período de quatro anos.

As disciplinas do eixo de formação pedagógica do curso de licenciatura em Filosofia da PUCPR são compostas pelas disciplinas de Filosofia; sociologia da educação; prática profissional: pesquisa educacional, leitura e escrita acadêmica; ética; Filosofia da educação; prática profissional: pesquisa pedagógica, cultura religiosa, políticas educacionais e gestão da escola; prática profissional: gêneros textuais didáticos, aprendizagem e cognição; prática profissional: modelos de análise de material didático, mediação e prática pedagógica; metodologias para aprendizagem ativa; educação em direitos humanos; língua brasileira de sinais; história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e educação ambiental.

Conforme foi possível perceber, o eixo integrado pedagógico do curso de licenciatura em Filosofia da PUCPR é composto por 18 disciplinas que atendem o que dispõem as diretrizes no que se refere a inclusão de disciplinas definidas para a educação básica, porém, a matriz curricular em questão não inclui disciplinas que contemplem as didáticas próprias do ensino de Filosofia, sendo a formação do professor reduzida a uma formação geral do campo da educação.

Percebe-se que a matriz curricular é contemplada com disciplinas voltadas à prática profissional do professor, direcionadas a pesquisa educacional, pesquisa da prática pedagógica, gêneros textuais e didáticos, modelos de análise de materiais didáticos, porém, desarticulada do ensino de Filosofia, o que, em suma, caracteriza-se como uma deficiência na

formação de professores de Filosofia, conforme os autores analisados, pois não existe nenhuma relação com o ensino de Filosofia.

A segunda instituição de ensino analisada foi a Universidade Paranaense, (UNIPAR), com sede em Umuarama, que oferta a licenciatura em Filosofia na modalidade à distância. A estrutura curricular do curso de licenciatura em Filosofia está organizada por módulos e a formação pedagógica se encontra distribuída nos 16 módulos que compõem a integralização das disciplinas.

A formação voltada para o ensino é composta pela disciplina de didática; políticas educacionais; legislação e organização da educação básica; psicologia da educação; Filosofia da educação; leitura e produção de textos; fundamentos históricos, filosóficos e sociológico da educação; gestão educacional; educação especial e inclusão; tecnologias educacionais; metodologia para o ensino de Filosofia: antiguidade à modernidade; libras; currículo da educação básica; pesquisa em educação; metodologia para o ensino de Filosofia: Marx ao pós-estruturalismo; diversidade cultural e cidadania.

A grade curricular consta da presença de quatorze disciplinas voltadas para a questão do ensino, todavia, cabe destacar que a disciplina de ‘didática’ integralizada no módulo I não tem relação alguma com o ensino de Filosofia, mas apresenta um panorama, ao qual se reflete sobre as tendências pedagógicas, a relação professor e aluno em sala de aula, os objetivos educacionais e o planejamento da ação didática.

A disciplina ‘leitura e produção de textos’, presente no módulo IV, está desvinculada da leitura e escrita filosófica, dificultando o trabalho do professor em sala de aula no momento de desenvolver as habilidades de ler e escrever filosoficamente. A disciplina de ‘tecnologias educacionais’, no módulo IX, não aborda o uso das tecnologias para a prática de ensino de Filosofia, mas uma visão geral sobre o uso de tecnologias no que se refere à importância educacional para a produção de materiais didáticos na EAD, e as tecnologias da informação e comunicação e suas possibilidades para o processo educacional. Distribuída no nono módulo se encontra a disciplina de ‘metodologia para o ensino de Filosofia: antiguidade à modernidade’, no entanto, é focada nos problemas filosóficos que ocuparam a mente dos filósofos nestes três períodos, e um tópico específico sobre o iluminismo, entretanto sem nenhuma relação com os métodos de ensino empregados para ensinar Filosofia no Ensino Médio a partir da produção filosófica dos períodos antigo, medieval e moderno.

O mesmo vale para a disciplina ‘metodologia para o ensino de Filosofia: Marx ao pós-estruturalismo’, presente no módulo XIII da grade curricular do curso, pois a preocupação é o aprofundamento teórico do idealismo alemão e positivismo, a fenomenologia e

existencialismo, escola de Frankfurt e o estruturalismo e pós-estruturalismo, mas deslocado de qualquer forma de se trabalhar pedagogicamente a complexidade destes conteúdos para alunos do Ensino Médio.

Por fim, cabe esclarecer que a Universidade Paranaense foi a IES em que o autor desta pesquisa se licenciou em Filosofia, e que durante a sua formação metodológica-pedagógica não havia relação com o ensino de Filosofia, bem como nenhum professor fez uso de referências bibliográficas sobre autores que tratam do ensino de Filosofia no Ensino Médio brasileiro, mas tão somente uma abordagem geral sobre educação, ensino e aprendizagem.

Não é a intenção tecer uma crítica aos professores da UNIPAR pela ausência da relação das disciplinas pedagógicas com a docência filosófica, bem como sobre a falta de seleção e uso de obras voltadas para o ensino de Filosofia na integralização das disciplinas voltadas para este ensino, pois o corpo docente da formação pedagógica, como na grande maioria das licenciaturas em Filosofia, faziam parte do quadro de professores do curso de pedagogia, logo, é compreensível que para eles seja desconhecida a especificidade própria da docência em Filosofia e as inúmeras obras que enriquecem a formação pedagógica do licenciando.

A terceira instituição de ensino superior analisada foi o Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR), que oferece o curso de licenciatura em Filosofia na modalidade EAD, com polos de apoio nos municípios paranaenses de Curitiba, Guarapuava e Foz do Iguaçu. A CEUCLAR organiza a estrutura de sua grade curricular em semestres, e a formação pedagógica se encontra distribuída durante os seis semestres de curso. O primeiro semestre inclui a disciplina ‘dissertação filosófica’, o que, em tese, indica um momento privilegiado para preparar o professor para desenvolver nos alunos do Ensino Médio a habilidade de elaborar por escrito e de modo reflexivo o que foi apropriado dos textos filosóficos.

No quarto semestre, o licenciando em Filosofia pela CEUCLAR passa pela disciplina de ‘didática e metodologia do ensino de Filosofia’, sendo visível a preocupação com uma abordagem voltada para a preparação metodológica do professor para o ensino de Filosofia. A formação do professor de Filosofia no CEUCLAR é ainda aperfeiçoada pelo Projeto: Didática e Metodologia do Ensino de Filosofia, que é abordado no quarto semestre e conta com a duração de 50 horas.

A quarta IES privada analisada foi a Universidade Paulista (UNIP), instituição de ensino superior que oferece o curso de Filosofia na modalidade a distância, e está presente em 48 municípios paranaenses, com polos de apoio presencial. A grade curricular do curso de licenciatura em Filosofia é dividida em semestres e, entre outras disciplinas que formam o

eixo formativo pedagógico, conta com uma disciplina de ‘didática geral’ e uma disciplina de ‘didática específica: Filosofia em sala de aula’.

Visivelmente, a grade curricular parece contemplar a formação didática voltada para os desafios próprios do ensino de Filosofia no Ensino Médio, no entanto, não se teve acesso às ementas das disciplinas voltadas para o ensino de Filosofia, oferecidas nos cursos da CEUCLAR e da UNIP, o que nos permitiria avaliar melhor os objetivos e os conteúdos disciplinares.

Agora será passado a analisar as grades curriculares dos cursos de licenciatura em Filosofia oferecidos por quatro IES públicas, sendo duas federais e duas estaduais, ambas com ofertas de licenciatura em Filosofia no Estado do Paraná. Será buscado compreender se as IES públicas que oferecem curso de licenciatura em Filosofia apresentam na matriz curricular disciplinas que contemplem uma didática voltada para o ensino de Filosofia, ou fazem a opção de uma formação generalista a respeito da questão do ensino.

A primeira IES a ser examinada foi a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, (UNILA), com *campus* no município de Foz do Iguaçu. A instituição define o perfil do curso da seguinte forma:

O curso de Filosofia da UNILA tem como missão a formação de professores **aptos a lecionar na educação básica**, sobretudo no **Ensino Médio**. Tem como uma de suas metas a **preparação do formando para a docência**, por meio da conscientização a respeito da complexidade da educação contemporânea e do papel que a disciplina de Filosofia possui enquanto exercício de reflexão da sociedade (UNILA, 2019. Grifo nosso).

Conforme o enunciado acima, a UNILA tem como missão formar professores com aptidão para a docência na educação básica, entretanto, em sua matriz curricular, não consta nenhuma disciplina voltada para a didática filosófica, com exceção da disciplina ‘leitura e escrita filosófica’, no primeiro semestre. Ademais, a preparação do formando para a docência em Filosofia no Ensino Médio é composta pela disciplina de ‘história da educação’, no quarto semestre, ‘Filosofia da educação’ e ‘psicologia da educação’, no quinto semestre, ‘didática e metodologia de ensino’ e ‘prática de ensino com ênfase no currículo’, no sexto semestre, ‘prática de ensino com ênfase na avaliação’ e ‘política e legislação educacional’, no sétimo semestre, ‘libras’ no oitavo semestre, e ‘educação inclusiva’, no nono semestre.

Por outro lado, é importante recordar que a preocupação dos autores analisados sobre a deficiência da formação dos professores de Filosofia se encontra na ‘terceirização’ das disciplinas pedagógicas às faculdades de educação das IES, pois, segundo eles, a formação

fica deslocada da docência em Filosofia e relegada ao acúmulo de conhecimentos da educação geral. No caso da UNILA, a formação pedagógica dos formandos é ofertada pelo próprio curso da graduação em Filosofia, logo, deveria haver uma estreita relação entre as disciplinas pedagógicas e a prática docente do professor de Filosofia, porém não é o que indica a matriz curricular.

A segunda IES pública a ter sua grade curricular do curso de licenciatura em Filosofia analisada foi a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que distribui a formação pedagógica do licenciando em Filosofia nos oito períodos do curso. No primeiro período, é encontrada a disciplina de ‘seminários de leitura, análise e produção de textos filosóficos I’, a qual se julga ser relativamente significativa na formação do professor. No sétimo e oitavo períodos, a grade curricular contempla a disciplina de ‘docência em Filosofia I e II’ e, ainda, as disciplinas de ‘seminários de leitura, análise e produção de textos filosóficos II e III’, ‘seminário de ensino de Filosofia I e II’, e ‘metodologia do ensino de Filosofia’ como disciplinas do plano de adaptação curricular para a licenciatura.

Como foi possível perceber, a matriz curricular do curso de licenciatura em Filosofia da UFPR é bem servida de disciplinas voltadas, especificamente, para a formação do professor de Filosofia, tencionando preparar o professor para o uso adequado das didáticas e métodos específicos. Para finalizar as análises da organização estrutural da grade curricular dos cursos de licenciatura em Filosofia, examinaremos duas IES estaduais que ofertam cursos de licenciatura em Filosofia na modalidade presencial.

Será inicialmente analisada a grade curricular da licenciatura em Filosofia ofertada pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), que possui o *campus* situado no município de Maringá. O curso é constituído de oito semestres e as disciplinas voltadas para a formação pedagógica do professor se encontram divididas entre geral e específica, pois a UEM parece reconhecer a importância de oferecer disciplinas que contemplem conteúdos e técnicas próprias da docência em Filosofia, as quais são adequadas a didáticas específicas.

No primeiro ano do curso, a UEM oferta na matriz curricular a disciplina de ‘redação filosófica’, no segundo ano os formandos são levados a refletir sobre o uso dos textos dos filósofos na disciplina de ‘seminário de textos filosóficos’. É percebido que o valor concedido a formação dos licenciandos no que se refere ao uso dos textos filosóficos nas aulas de Filosofia do Ensino Médio, pois as duas disciplinas contribuem para habilitar o professor no uso de textos filosóficos no Ensino Médio. A leitura e a escrita filosófica são de grande importância no ensino de Filosofia na educação básica, logo, a presença de disciplinas que

tratam sobre a leitura e a escrita filosófica pode ser considerado um grande avanço na superação das deficiências da formação dos professores de Filosofia.

No terceiro ano, os acadêmicos da licenciatura em Filosofia da UEM são inseridos nas disciplinas de ‘didática do ensino de Filosofia’ e ‘metodologia do ensino de Filosofia’, as quais antes e durante as discussões sobre o ensino de Filosofia no sistema educativo do Brasil eram ignoradas e, até mesmo, repudiadas na estrutura curricular das IES, conforme aponta Campaner (2012, p. 33), “a inadequação das disciplinas didático-pedagógicas com relação aos cursos de graduação em Filosofia deve-se a pouca reflexão que se faz e tem-se feito a esse respeito”.

Por fim, foi analisada a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), situada no município de Toledo, que oferta o curso de licenciatura em Filosofia desde 1980. O curso tem duração de quatro anos, sua estrutura curricular é semestral e as disciplinas de natureza pedagógicas são distribuídas ao longo do curso. No primeiro semestre do primeiro ano, o curso oportuniza aos licenciandos em Filosofia o desenvolvimento das aptidões referentes à escrita e leitura filosófica na disciplina ‘propedêutica a escrita e leitura filosófica’. A ementa da disciplina acima citada prevê o seguinte:

Desenvolvimento das **habilidades de escrita e leitura, a partir de textos literários e filosóficos**. Desenvolvimento da atenção à estruturação de textos e de seus elementos. Análise da relação entre forma e conteúdo. Desenvolvimento da **prática de formação do professor de Filosofia** (UNIOESTE, 2019. Grifo nosso).

De início, percebemos que a UNIOESTE aparenta prezar pelas disciplinas didático-metodológicas inerentes ao desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia, pois a citação acima evidencia que a UNIOESTE se preocupa em preparar o professor para aptidão em lidar com os textos dos filósofos nas aulas de Filosofia do Ensino Médio. Recordamos que o professor de Filosofia não pode, em momento algum, prescindir de usar os textos filosóficos, pois “no âmbito metodológico, é desejável que as aulas de Filosofia proporcionem ao estudante a prática da leitura e da análise de textos filosóficos, da escrita” (PARANÁ, 2009, p. 7).

É esperado professores formados pedagogicamente distante da realidade da função docente em Filosofia conseguem, com facilidade, desenvolver nos alunos do Ensino Médio a prática da leitura, da análise e da escrita de textos filosóficos. É entendido que a disciplina acima enunciada e ofertada pela UNIOESTE contribui para formação adequada do professor de Filosofia, pois, pedagogicamente, ele será preparado para lidar com os textos filosóficos na

sala de aula do Ensino Médio, porém o que costuma ocorrer com frequência é que na formação pedagógica do professor de Filosofia nas IES, o formando passe por uma disciplina de compreensão de texto, que é geralmente ministrada por professores formados em Letras e totalmente desconectada dos textos filosóficos.

No primeiro semestre do segundo ano do curso, a UNIOESTE oferta a disciplina de ‘Filosofia do ensino de Filosofia’, e que entre as IES analisadas parece ser a única a ofertar a disciplina no curso de licenciatura em Filosofia. A ementa desta disciplina é assim definida pela IES:

Filosofar, ensinar e aprender Filosofia. Orientações Curriculares Nacionais. A História da Filosofia e seu ensino. Reflexões de professores filósofos sobre o ensino de Filosofia: ensinar Filosofia e ensinar a filosofar. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia (UNIOESTE, 2019, p. 8. Grifo nosso).

De modo louvável, a ementa privilegia o desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia e insere o formando na literatura de professores e filósofos que problematizam seu ensino no Ensino Médio, de modo que, para eles, as perguntas sobre o que ensinar, como ensinar, o que avaliar, como avaliar, quais estratégias usar são tratadas dentro de um curso de licenciatura em Filosofia e não aprendidas a ‘força’ nas escolas da educação básica.

É reconhecido que a ementa preza pelo contato do formando com os documentos nacionais que versam sobre o ensino de Filosofia, o que, certamente, é omitido em uma formação pedagógica de âmbito geral. Outro fator importante que a ementa apresenta é a relação da história da Filosofia com o ensino, de modo que a produção histórica da Filosofia não fique reduzida ao aprendizado teórico, mas é articulada com o ensino.

No segundo semestre do segundo ano da licenciatura em Filosofia da UNIOESTE, o aluno é levado a conhecer com profundidade os aspectos próprios do ensino de Filosofia, na disciplina ‘metodologia do ensino de Filosofia’.

A ementa desta disciplina é bastante motivadora para os professores e pesquisadores do ensino de Filosofia, pois apresenta aos formandos,

A história do ensino da Filosofia no Brasil. **As especificidades da atividade docente em Filosofia.** Filosofia para/com crianças e adolescentes. **Didáticas para o Ensino de Filosofia.** Uso das tecnologias de Comunicação e Informação na Educação. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia (UNIOESTE, 2009, p. 8. Grifo nosso).

A ementa acima citada leva a ser percebido o cuidado do curso da UNIOESTE com a preparação adequada dos professores de Filosofia, uma vez que os leva a conhecer o contexto histórico do ensino de Filosofia no sistema educacional brasileiro, bem como trata, como poucas IES, as especificidades da atividade docente em Filosofia, e reconhece o que muitos negam sobre a necessidade de uma didática para o ensino de Filosofia.

Conforme foi possível perceber, as IES públicas parecem bastante preocupadas com a questão do ensino e com uma formação pedagógica que habilite o professor de Filosofia a relacionar o conteúdo ensinado e a forma como isso é feito.

Foi iniciada essa seção trazendo as reflexões de pesquisadores da área do ensino de Filosofia que apontavam a existência de uma formação deficiente dos professores nos cursos de licenciatura em Filosofia, em razão da pouca importância ao modo de ensinar, bem como relegando-a a um segundo plano.

Rodrigo (2009) ensina que a deficiência da formação dos licenciados em Filosofia é um entre outros desafios que precisam de superação para que os professores possam ser mediadores entre a Filosofia e os alunos iniciantes do Ensino Médio, os quais ainda não possuem condições necessárias para acessarem, por conta própria, o saber filosófico.

Na conjuntura posta pelo atual Ensino Médio, cabe ao professor ser o mediador entre a Filosofia e os alunos iniciantes, que não possuem ainda as qualificações requeridas para ter acesso a esse saber por conta própria, o que supõe que ele seja capaz de traduzir em termos simples um saber especializado. Para dar conta dessa tarefa, **muitos desafios precisam ser superados**, desde as **deficiências de sua própria formação** e as carências de seus alunos [...] (RODRIGO, 2009, p. 71, grifo nosso).

Se Conclui que as constatações dos autores analisados foram relevantes para a superação das deficiências por eles apontadas, pois, conforme pode ser observado nas análises da estrutura curricular dos cursos de licenciatura em Filosofia, as IES passaram a se preocupar com os métodos de ensino e a não mais considerar essa discussão específica de professores das áreas de educação, mas próprias do curso de licenciatura em Filosofia.

Fica esclarecido que nas análises acima realizada deu-se ênfase maior nas IES que apresentaram maior acesso às informações sobre a estrutura curricular dos cursos de licenciatura por elas ofertados, e que uma atenção menor a determinada instituição não significa menosprezo, mas informações insuficientes para maior detalhamento.

Será finalizada essa seção enaltecendo o PROF-FILO, pois nele se encontra um espaço próprio para a reflexão voltada à docência da Filosofia na Educação Básica, bem como é reconhecido o louvável esforço dos professores do programa, pois, grande parte deles são

marcados pela tradição de programas de pós-graduação em Filosofia na modalidade de mestrado acadêmico, todavia, aceitaram corajosamente desbravar o mestrado na modalidade profissional, visando aperfeiçoar e preparar os professores de Filosofia para atuarem em sala de aula do Ensino Médio.

4 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

É pretendido, aqui, descrever como a pesquisa ocorreu, apresentar a bibliografia levantada, o mapeamento dos locais selecionados para implementar a proposta, determinar o público alvo e o plano de amostragem, a implementação da proposta e apontar os métodos avaliativos utilizados para alcançar os resultados esperados.

4.1 Pesquisa bibliográfica: levantamento de leitura

Kleina (2016, p. 31) define a metodologia como “a explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho”, logo, nesta parte do trabalho, será abordado o itinerário percorrido na presente pesquisa.

Em razão da especificidade da natureza própria do mestrado profissional em Filosofia, a metodologia de pesquisa foi dividida em duas partes. A primeira parte é constituída do levantamento de leitura e pesquisa bibliográfica a respeito do problema levantado sobre o desinteresse do aluno pela Filosofia no Ensino Médio, a partir dos autores e obras acima analisados, considerando que, segundo Carneiro *et al.* (2014, p. 36) “a pesquisa bibliográfica se constitui em uma excelente técnica para fornecer ao pesquisador a bagagem teórica de conhecimento, e o treinamento científico que habilitam a produção de trabalhos originais e pertinentes”.

Os autores escolhidos para compor a revisão bibliográfica sobre o ensino de Filosofia no Ensino Médio foram inicialmente selecionados pelo autor da pesquisa, porém, as disciplinas obrigatórias e optativas oferecidas pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul foram relevantes para a inserção de novos autores de expressividade no tema ensino de Filosofia no Ensino Médio.

Foram relevantes as sugestões do corpo docente a partir das atividades de ensino e pesquisa, o incentivo do orientador na participação em eventos científicos e publicação de trabalhos, bem como na orientação e colaboração do desenvolvimento da pesquisa realizada na universidade e fora dela.

Os autores Silvio Gallo; Walter Kohan; Lúcia Maria Rodrigo; Campaner; Silveira e Goto; Antônio Joaquim Severino; Guillermo Obiols; Alejandro Cerletti; Flávio Rovani de Andrade; Márcio Antônio Cardoso de Lima; Marcos Francisco Martins; Aurélio Bona Júnior; Renata Pereira Lima Aspes; Antônio Bonifácio Souza; Ranciére; Juarez Gomes Sofiste;

Jaqueline Russ; Marcos Seneda; Matew Lipmam; Vanildo de Paiva; Palácios; Maria Lúcia de Arruda Aranha e Maria Helena Pires Martins são nomes que trouxeram contribuições significativas na pesquisa sobre o ensino de Filosofia, e foram aproveitados no desenvolvimento deste trabalho, seja na análise de suas reflexões ou como suporte teórico para melhor compreensão do problema e possíveis soluções.

A metodologia adotada neste trabalho buscou contemplar o caráter próprio do mestrado profissional, então, os esforços aqui empenhados tiveram por objetivo a formação profissional do professor de Filosofia do Ensino Médio, e não a preparação de um especialista em Montesquieu.

Os autores referenciados na bibliografia desta pesquisa contribuíram para o enfrentamento dos desafios de transformar a sala de aula em um espaço de abertura para o pensamento filosófico, contemplando a fundamentação pedagógica e específica da Filosofia. Doravante, no recorte temático referente à Filosofia política a partir de Montesquieu, entre outras possibilidades de abordagem do autor, optou-se pelo conteúdo específico que trata da teoria da separação dos poderes.

Dialogando com esta opção temática, a bibliografia empregada neste trabalho para discorrer sobre ‘a divisão dos poderes’ constou da análise da conjuntura política da França, no período de Montesquieu, e da análise da constituição da Inglaterra, presente no livro XI, no capítulo VI, da obra “Do Espírito das Leis”, de Montesquieu e de autores que comentaram a famosa teoria da separação dos poderes, conforme consta no capítulo I.

Para melhor compreender o problema levantado pelo filósofo francês Montesquieu sobre os meios para frear o poder, foi analisada as cartas I e XXIX do livro “Cartas Persas”, que discorrem sobre as críticas de Montesquieu, a centralização política da monarquia absolutista e ao clero privilegiado da França, bem como à contribuição de autores, como Mem, Miceli e Burke, para compreender a contextualização política da França absolutista.

Cumprir recordar que não foi a intenção da pesquisa o aprofundamento do pensamento político de Montesquieu, mas de apontar uma nova possibilidade pedagógica do ensino de Filosofia, a partir do uso dos espaços públicos, visando despertar o interesse do estudante para o aprendizado filosófico sobre a teoria da separação dos poderes em Montesquieu.

4.2 Mapeamento dos locais: definição dos espaços públicos

Neste trabalho, se objetivou apresentar o uso de espaços públicos como recurso didático na docência em Filosofia, com base em uma experiência da separação dos poderes

em Montesquieu, considerando a viabilidade de despertar o interesse do aluno pelo aprendizado filosófico, a partir da aproximação do ensino de Filosofia às suas origens.

Pensar a possibilidade do uso dos espaços públicos como recurso didático para o ensino de Filosofia no Ensino Médio pode, em um primeiro momento, invocar a ideia de uma novidade recém-chegada para socorrer os professores da disciplina. Porém, trata-se de um retorno às fontes de seu ensino na Grécia Antiga, no período clássico e helenístico, e que se encontra em desuso na educação básica atual.

Diferente de como acontece atualmente nas escolas, a prática do exercício filosófico realizado pelo filósofo Sócrates, no século V a.C., acontecia ao ar livre, conforme acentua Aranha e Martins (2009, p. 21), que o filósofo, “Procurado pelos jovens, passava horas discutindo na praça pública. Interpelava os transeuntes [...]”.

Em conformidade com as autoras citadas a respeito do método de ensino socrático, Cotrim e Fernandes (2016, p. 222) afirmam que Sócrates “desenvolia o saber filosófico em praças públicas conversando com os jovens [...]”.

Como é possível perceber nas citações acima, o ensino de Filosofia acontecia nos espaços públicos, e o professor [Sócrates] era procurado pelos jovens [alunos], o qual denota o gosto da juventude [estudantes] pela Filosofia, logo, o ensino de Filosofia nos espaços públicos da polis [cidade] era uma prática que atraía os jovens [alunos] para a Filosofia e o filosofar.

Sócrates não se preocupou em fundar uma escola, pois deu preferência ao ensino de Filosofia em lugares públicos, dialogando com todas as pessoas, ricos e pobres, cidadãos e escravos, homens e mulheres.

Xenofonte indica que Sócrates fez a opção de desenvolver o seu trabalho filosófico nos espaços públicos, recorrendo ao uso de praças públicas e ginásios para “ensinar Filosofia”, pois, segundo ele,

Sócrates sempre viveu abertamente. Logo de manhã frequentava os passeios públicos e ginásios; antes do meio dia era visto na praça do mercado; durante o resto do dia passava precisamente pelos lugares onde a maioria das pessoas se encontrava; geralmente discursava e todos podiam ouvi-lo (XENOFONTE, 2006, p. 21).

O método de ensino socrático fascinava seus interlocutores [alunos] pela descontração com que ele abordava temas carregados de complexidade filosófica, ajudando-os a dar luz ou reconstruir suas próprias ideias a partir do diálogo crítico presente na maiêutica¹¹.

¹¹ Significado de “dar à luz”, “dar parto”, “parir” o conhecimento.

A reflexão filosófica acontecia nos espaços públicos, em meio a perguntas dirigidas aos que transitavam pelas praças públicas e ginásios, logo, podemos perceber que a prática filosófica ao ar livre envolvia os ouvintes a ponto de passarem horas se entretendo com a Filosofia, enquanto na contemporaneidade, o professor da disciplina se encontra desafiado para chamar a atenção do aluno secundarista, para uma aula de cinquenta, minutos no interior de uma escola.

Figura 1: Sócrates, em Praça de Atenas



Fonte: INSTITUTO PACKTER. Curso de formação em Filosofia. Disponível em: <Filosofiaadistancia.com.br/exposicoes/Socrates/VII.html>. Acesso em: 06 mai 2018.

Outros movimentos de reflexão filosófica ao ar livre foram promovidos na Filosofia clássica e helenística, entretanto, nos moldes de escola como o Perípatos de Aristóteles e o Jardim de Epicuro, logo, o método de Sócrates é fonte autêntica da Filosofia próxima da polis, a qual inspirou a proposta do uso dos espaços públicos, visando atrair os estudantes para a aprendizagem filosófica. A Filosofia é filha da ágora e sua origem está vinculada ao uso dos espaços públicos, então, é legítimo o professor recorrer ao uso destes espaços na sua prática docente.

4.3 Público alvo da pesquisa

As Diretrizes do Ensino de Filosofia da Secretaria de Estado da educação do Paraná concebem o ensino de Filosofia a partir de conteúdos estruturantes:

Nestas Diretrizes, opta-se pelo trabalho com conteúdos estruturantes, tomados como conhecimentos basilares, que se constituíram ao longo da história da Filosofia e de seu ensino, em épocas, contextos e sociedades diferentes e que, tendo em vista o estudante do Ensino Médio, ganham especial sentido e significado político, social e educacional (PARANÁ, 2008, p.40).

Sem esgotar a amplitude da Filosofia com sua especificidade e complexidade, o ensino de Filosofia no Ensino Médio do Estado do Paraná, sem excluir as possibilidades da abordagem histórica, estão organizados pelos seguintes conteúdos estruturantes: Mito e Filosofia; Teoria do Conhecimento; Ética; Filosofia Política; Filosofia da Ciência e Estética.

Considerando o recorte temático desta pesquisa, é importante destacar que a teoria da separação dos poderes em Montesquieu se encontra no conteúdo estruturante Filosofia Política, que é apresentado nas diretrizes curriculares de Filosofia da seguinte forma:

Filosofia Política busca compreender os mecanismos que estruturam e legitimam os diversos sistemas políticos, discute relações de poder e concebe novas potencialidades para a vida em sociedade. As questões fundamentais da política perpassam a História da Filosofia, nas obras de grandes pensadores, da antiguidade à contemporaneidade. As sociedades que transformaram o poder político em coisa pública, transparente, participável e voltado à construção do bem comum, são exceções no espaço e no tempo. Se, por um lado, a modernidade está distante do ideal da polis ateniense ou da res publica romana, por outro é preciso reconhecer que ela trouxe conquistas fundamentais, como a valorização da subjetividade e da liberdade individual. Mas, a valorização exacerbada da esfera dos interesses privados nos afastou da esfera pública e dos interesses comuns e, por isso, o modelo da representação política tem sido a forma hegemônica do retorno da democracia nas sociedades modernas. No entanto, é preciso considerar que atravessamos uma crise da representação política que coloca em questão o atual modelo dos chamados Estados democráticos liberais. Vive-se um tempo em que os direitos humanos e políticos conquistados a partir do século XVIII não garantem os direitos sociais mais elementares para a maioria das pessoas. Assim, pensar o processo da ideologização da democracia e, conseqüentemente, o formalismo jurídico que tem se sobreposto à substancialização dos direitos, às formas de dominação, bem como alternativas políticas ao que está instituído, são tarefas importantes da Filosofia política. No plano das relações internacionais, recentes acontecimentos como as guerras de invasão, as ações terroristas estatais ou não é o desrespeito aos direitos humanos, nos impõem uma série de questões sobre o sentido do poder, da soberania, da democracia, da liberdade e da tolerância. No Ensino Médio, a Filosofia Política, por meio dos textos filosóficos, tem por objetivo problematizar conceitos como cidadania, democracia, soberania, justiça, igualdade e liberdade, dentre outros, de maneira a preparar o estudante para uma ação política consciente e efetiva (PARANÁ, 2006, p. 58).

O professor de Filosofia da educação básica do Estado do Paraná elabora seu planejamento a partir dos conteúdos estruturantes, fazendo o recorte ao conteúdo específico que julgar adequado e possível, conforme acentua as diretrizes, ao defender que “Com esse objetivo, estas Diretrizes buscam justificar e localizar cada conteúdo estruturante e indicam possíveis recortes a partir dos problemas filosóficos com os quais os estudantes podem se deparar” (PARANÁ, 2006, p. 56).

Como foi possível perceber, o ensino de Filosofia no Estado do Paraná é norteado pelos conteúdos estruturantes, podendo o professor fazer recortes a partir de problemas levantados pela Filosofia. Embora as diretrizes não organizem estes conteúdos por seriação, o conteúdo estruturante Filosofia Política e o recorte para a teoria da separação dos poderes estão organizados no planejamento do professor autor da pesquisa na 2ª série do Ensino Médio.

Considerando o acima exposto, é possível compreender melhor como foi definida a escolha da amostragem a partir do público alvo, que foi constituído de discentes do Colégio Estadual Professor Mariano Camilo Paganoto, no município de Foz do Iguaçu, com recorte por amostragem de trinta e três alunos da 2ª série do Ensino Médio, com faixa etária estimada entre 15 e 16 anos e com nível sócio econômico mesclado em escala baixa e média.

4.4 Implementação da proposta

Decorrente do problema desta pesquisa e do recorte temático e geográfico definido, a implementação da proposta transcorreu com a sensibilização dos alunos nos espaços públicos considerados notórios ao filosofar a partir da reflexão filosófica sobre a teoria da separação dos poderes em Montesquieu.

Nesta fase, os alunos foram levados ao contato com a Filosofia nas dependências da Prefeitura Municipal (executivo), da Câmara Municipal de Vereadores (legislativo), e no Fórum de Foz do Iguaçu (judiciário), visando despertar o interesse e a motivação pela Filosofia, a partir de uma experiência de aprendizagem fora do espaço escolar.

Figura 2: Prefeitura de Foz de Iguaçu



Fonte: G1, OESTE E SUDOESTE. Prefeitura de Foz do Iguaçu abre inscrições de processo seletivo para estagiários. Informação postada no site do jornal Oeste e sudoeste RPC. G1 PR em 02 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/>>. Acesso em: 06 maio 2018.

Figura 3: Câmara Municipal de Foz do Iguaçu



Fonte: RIC MAIS, notícias. Disponível em: <<https://ricmais.com.br/noticias/>>. Acesso em: 06 maio 2018.

Figura 4: Fórum de Foz do Iguaçu



Fonte: RADIO Cultura Foz. Disponível em: <<https://www.radioculturafoz.com.br>>. Acesso em: 06 maio 2018.

Foi intenção implementar uma proposta de ensino para o conteúdo estruturante Filosofia Política, com recorte ao conteúdo específico “separação dos poderes em Montesquieu”, utilizando, como recurso didático, os espaços públicos do município de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, objetivando levar a Filosofia para o aluno de forma penetrante, engenhosa e descomplicada da complexidade filosófica.

A seleção e mapeamento dos locais utilizados na implementação desta pesquisa foram norteados pela definição do recorte temático e do conteúdo específico sobre a separação dos poderes, os quais favoreceram na escolha e mapeamento dos locais.

Considerando que a separação dos poderes em Montesquieu veio a se tornar uma das pedras angulares no exercício do poder democrático, a partir da autonomia dos poderes executivo, legislativo e judiciário, foram mapeadas as instituições que representam as três formas de poderes no município de Foz do Iguaçu: a prefeitura municipal, a câmara de vereadores e o fórum da comarca, os lugares definidos como favoráveis ao filosofar a partir da teoria montesquiana da divisão dos poderes.

5 Análise dos resultados

Neste capítulo, será apresentado o resultado prático da pesquisa, ou seja, uma descrição detalhada de como ocorreu a aula de Filosofia nos espaços públicos que representam a estrutura político-administrativa do município de Foz do Iguaçu, bem como nos ocuparemos de apresentar o resultado da leitura, análise e interpretação dos dados levantados a partir dos questionários aplicados aos alunos, após a experiência proposta nesta pesquisa.

5.1 O uso dos espaços públicos como resultado

O objetivo inicial foi levar os alunos a se apropriarem do problema apresentado pelo filósofo Montesquieu a respeito da supressão da liberdade política nos governos que acumulam as funções de legislar, executar e julgar, visando promover no estudante um contato inicial com o conteúdo, a partir da leitura do excerto da obra montesquiana, presente no livro didático adotado pela escola para o componente curricular Filosofia. A referência bibliográfica que apoiou o trabalho docente sobre o conteúdo “Montesquieu: a separação dos poderes”, consta no livro didático “Fundamentos de Filosofia”, de Gilberto Cotrim e Mirna Fernandes, e faz parte do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação.

O uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia a partir da experiência sobre a separação dos poderes proposta pelo filósofo Montesquieu foi antecedida pela aproximação dos estudantes a partir da leitura de três excertos, sendo eles:

Texto 01,

Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder detenha o poder (MONTESQUIEU, 2010, p. 168. Grifo nosso).

Texto 02:

Há em cada Estado **três tipos de poderes** [...]. Pelo primeiro, o príncipe ou magistrado faz leis [...]. Pelo segundo, declara a paz ou a guerra [...]. Pelo terceiro, pune os crimes ou julga os litígios dos particulares (MONTESQUIEU, 2010, 168).

Texto 03:

Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo de principais ou de nobres ou do povo exercesse estes três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou os litígios dos particulares (MONTESQUIEU, 2010, p. 169).

Na aula que antecedeu aplicação da proposta do uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia, os estudantes foram conduzidos a leitura, sem nenhum rigor filosófico, pois, as competências e habilidades da capacidade da leitura, interpretação do texto filosófico e das relações com os problemas do cotidiano frente a inquietação de Motesquieu a respeito do abuso do poder, foram desenvolvidas depois de os alunos se sentirem afetados e atraídos ao conteúdo, por meio da sensibilização dos estudantes nos espaços públicos que compreendem o poder executivo, legislativo e judiciário.

Pode parecer que a ideia de uma aula de Filosofia fora do espaço escolar seja impossível ou dificultada em razão da logística, do número reduzido de aulas, da liberação da direção da escola, entre outras justificativas legítimas, mas que podem ser superadas a partir da organização antecipada do professor. Para atingir os resultados esperados nesta pesquisa, houve uma articulação antecipada com a coordenação pedagógica e com o professor de história, que tinha três aulas de sua disciplina com a turma inserida na pesquisa, no dia da implementação da proposta.

Outro cuidado a ser observado previamente é a faixa etária dos estudantes, uma vez que, em razão de se tratar de uma aula fora do espaço escolar e os alunos serem menores de idade, é importante a anuência dos pais ou responsáveis mediante termo de autorização assinado, o qual foi elaborado pela equipe pedagógica e levado pelo estudante, com uma semana de antecedência, para que fosse devolvido com a devida autorização.

Na escola em que a pesquisa foi aplicada, ocorrem cinco aulas diárias, entre 7h30 e 11h50. As aulas do componente curricular Filosofia acontecem no terceiro e quarto horário (10h20 às 11h50), nas quartas-feiras, sendo duas aulas semanais. Considerando que a proposta visa o acesso à Prefeitura Municipal, à Câmara de Vereadores e ao Fórum da Comarca no mesmo dia, demandou o uso de uma manhã inteira, a qual corresponde ao número de cinco aulas.

Conforme mencionado em conversas adiantadas com a coordenação pedagógica e o professor de História, ficaram cedidas três aulas do componente História para a disciplina de Filosofia. O professor de história aplicou aos alunos uma atividade avaliativa sob o prisma

histórico do pensamento de Montesquieu, logo, mesmo sem a intenção inicial, tornou-se uma aula interdisciplinar.

A coordenação pedagógica ficou responsável pela contratação do transporte para o trajeto dos alunos da escola aos lugares selecionados para a aula, tendo o custo total de R\$ 120,00, dividido entre os 24 alunos que participaram da aula, cabendo a cada estudante a importância de R\$ 4,80 para o pagamento do transporte.

O valor do transporte foi passado com antecedência para que os alunos pudessem, em tempo hábil, providenciar o valor envolvido, porém, cabe recordar que nenhum aluno seria impedido de participar da aula pela falta do recurso financeiro, pois a escola conta com o orçamento da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), o qual pode ser utilizado para este fim, desde que solicitado antecipadamente e aprovado pelo conselho escolar. Contudo, não houve necessidade da solicitação, pois os alunos fizeram o pagamento das custas do transporte.

Cabe ressaltar, aqui, a importância do Plano de Trabalho Docente (PTD) na implementação da proposta, pois nada fora dele pode ser aplicado com legitimidade na prática pedagógica do professor. O PTD é o instrumento que norteia a organização do ensino e aprendizagem dos alunos durante o ano letivo, nele deve constar os registros sobre o que o professor pretende na prática. O PTD orienta e direciona o trabalho docente do professor a partir da proposta pedagógica de sua disciplina, de modo que em sua elaboração para o II trimestre letivo de 2019 da 2ª série 'A', do Colégio Estadual Professor Mariano Camilo Paganoto, constou a previsão do uso dos espaços públicos para o ensino de Filosofia no registro dos encaminhamentos metodológicos para o desenvolvimento da aula, que versou sobre o conteúdo específico Montesquieu: a separação dos poderes.

Após a organização prévia dos elementos necessários para a implementação da proposta, a aula de Filosofia com a utilização dos espaços públicos aconteceu no dia 03 de julho de 2019, com saída do Colégio Estadual Professor Mariano Camilo Paganoto às 7h45 e retorno às 11h30. O trajeto foi constituído do deslocamento da escola à Prefeitura Municipal, seguido de deslocamento à Câmara de Vereadores e, por fim, o deslocamento até o Fórum da Comarca.

O percurso entre a escola e a Prefeitura é de, aproximadamente, 9 km, e durou cerca de 15 minutos para fazer o trajeto com o ônibus fretado. A primeira reflexão sobre o pensamento de Montesquieu relacionado a separação dos poderes aconteceu na Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, local em que os alunos tiveram a oportunidade de conhecer o poder executivo.

Na porta de acesso ao prédio e às dependências da Prefeitura foi realizada a leitura do texto que apontava a finalidade da divisão dos poderes: “Para que não se possua o abuso do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder detenha o poder” (MONTESQUIEU, 2010, p. 168).

A partir do texto filosófico, houve uma discussão inicial na porta do prédio da Prefeitura sobre a expressão ‘preciso que o poder detenha o poder’.

Figura 5: Prédio da prefeitura



Fonte: o autor (2019)

Nesta ocasião, o chefe do executivo se encontrava com agenda em Brasília, logo, os alunos foram recepcionados pela assessoria do prefeito e conduzidos ao gabinete do gestor municipal.

No gabinete do prefeito, os alunos fizeram a experiência de ocupar a cadeira do governante do município e refletir sobre o papel do poder executivo a partir da leitura fragmentada do texto filosófico retirado do capítulo VI, da obra “Do Espírito das Leis”, em que Montesquieu recorda a estrutura política do governo inglês: “Há em cada Estado três tipos de poderes: o poder legislativo, o poder executivo do direito das gentes e o poder executivo das que dependem do direito civil” (MONTESQUIEU, 2010, p. 168).

A experiência filosófica dos alunos partiu da reflexão sobre o risco de numa mesma pessoa se concentrar o poder legislativo e o executivo, pois o governante poderia criar e executar leis tirânicas e opressoras, a ponto de suprimir a liberdade dos cidadãos.

No gabinete do prefeito, um aluno levantou um problema bastante significativo e recorrente na estrutura político-administrativa municipal. É possível o executivo não interferir no legislativo, sabendo que um número considerável de vereadores tem cargos comissionados no poder executivo? A discussão foi bastante acalorada, pois os debates se deram em torno de que dificilmente um vereador que tem seus cabos eleitorais “mamando nas tetas da prefeitura¹²” teria uma atuação independente em relação ao executivo.

Figura 6: Gabinete do prefeito



Fonte: o autor (2019)

Seguindo a programação da aula, foi realizado o percurso da Prefeitura Municipal à Câmara de Vereadores, a pé, considerando que o trajeto atinge, aproximadamente, 280 metros, e foi realizado em cinco minutos. As sessões ordinárias na casa de leis acontecem nas terças e quintas-feiras, dessa forma, foi preferível implementar a proposta em um dia que não estivesse acontecendo às sessões ordinárias, para melhor aproveitar os espaços da casa e realizar a aula sem interrupções.

¹² Expressão utilizada pelo aluno para se referir a alguém que está tirando vantagem.

Na Casa de Leis, os alunos foram conduzidos a construir a aprendizagem a respeito do poder legislativo, e tiveram a oportunidade de aproximar a ideia dos debates políticos televisionados para a realidade.

Figura 7: Corredores da câmara de vereadores



Fonte: o autor (2019)

Os alunos visitaram gabinetes de vereadores e conheceram o papel dos assessores parlamentares que se encontravam em serviço na câmara. Cabe recordar que os estudantes desconheciam a existência do assessor no mandato dos vereadores, bem como não conheciam sobre a função que exerciam, logo, foram realizados os devidos esclarecimentos, os quais levaram os estudantes a construírem uma aprendizagem antes não existente.

Figura 8: Gabinete do vereador Anderson Andrade



Fonte: o autor (2019)

Como já evidenciado acima, a Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu tem duas sessões ordinárias semanais, e se optou pela aplicação da proposta em dia sem sessão, porém, o presidente do legislativo, Beni Rodrigues, acompanhado dos vereadores Celino Fertrin, José Edson de Oliveira “Narizão” e João Miranda estavam na casa de leis e receberam os estudantes.

Os alunos foram convidados pelo presidente da Câmara para conhecerem o seu gabinete e dirigiu a eles algumas palavras, visando incentivá-los a participar da vida pública e a perseverarem nos estudos: “No futuro, vocês podem estar aqui também, sendo vereadores [...]” motivou o presidente da casa. Na mesma ocasião, o presidente do legislativo incentivou

os alunos a prosseguirem nos estudos: “O Colégio de vocês é de excelente qualidade, e eu acredito que todos têm capacidade de ir longe. Basta se esforçar, estudar e ter comprometimento”.

Figura 9: Gabinete do Presidente do legislativo municipal



Fonte: o autor (2019)

Após conhecerem as instalações da Câmara e os gabinetes dos vereadores, os alunos foram conduzidos ao plenário¹³ da casa, para assistirem a um vídeo institucional sobre o papel do poder legislativo e filosofar a partir do texto do filósofo Montesquieu.

No plenário, os alunos foram levados novamente ao contato com o texto filosófico de Montesquieu, a partir da leitura do fragmento do qual consta: “quando na mesma pessoa ou no mesmo corpo de magistratura o poder legislativo é reunido no poder executivo, não há liberdade” (MONTESQUIEU, 2010, p. 169).

Partindo da leitura do texto, houve um momento de reflexão e debate entre os alunos sobre a ausência da liberdade nos governos em que o poder legislativo e o poder executivo se encontram reunidos nas mãos de uma única pessoa.

Questões sobre o poder legislativo foram levantadas e alguns estudantes confidenciaram não fazerem ideia do que se tratava o poder legislativo e, muito menos, sabiam relacionar as funções dos legisladores com o pensamento montesquiano, de modo que, nesta oportunidade, foi possível a construção coletiva desta aprendizagem.

Entre outros problemas possíveis referente ao poder legislativo, discutiu-se sobre a legitimidade dos legisladores (vereadores, deputados estaduais, federais e senadores) julgarem

¹³ Local onde acontecem as sessões ordinárias e extraordinárias.

o chefe do executivo, considerando existir relações de interesse entre as partes. Outra questão levantada e problematizada a respeito do poder legislativo foi sobre para quem os legisladores legislam. Para o povo? Em causa própria? Para os grupos que supostamente financiam campanhas? Ou ainda para atender aos interesses do executivo?

Neste momento, foi possível observar que os alunos se interessavam pelas questões levantadas por Montesquieu e que o problema da centralização do poder ainda hoje trazia consequências desastrosas se concentradas na mão de uma única pessoa ou grupo. Percebeu-se que Montesquieu parecia estar se dirigindo diretamente aos estudantes quando da leitura dos fragmentos tirados do livro “Do Espírito das Leis”, e que a complexidade filosófica do pensamento montesquiano se diluía na realidade vivida naquele momento e lugar.

Figura 10: Professor explanando o pensamento de Montesquieu no plenário da câmara



Fonte: o autor (2019)

Encerrando a exposição do pensamento de Montesquieu sobre o poder legislativo, os alunos tiveram a oportunidade de se assentar nas cadeiras dos vereadores, fazer uso da tribuna

e dirigir perguntas [filosofar] ao vereador Celino Fertrin. Neste momento, pode-se dizer que os estudantes foram levados à experiência inicial da Filosofia, em que era comum entre os cidadãos as discussões e os debates sobre os problemas da cidade nos espaços públicos.

Análoga à juventude ateniense nos diálogos com Sócrates, os alunos indagavam e levantavam dúvidas que tinham e, mesmo em meio a ausência de referenciais éticos e morais no cenário político brasileiro, a política, ao menos por um momento, contagiava as jovens almas dos estudantes secundaristas do Colégio Estadual Professora Carmelita.

Figura 11: Vereador Celino Fertrin



Fonte: o autor (2019)

Encerrado as reflexões sobre o poder legislativo no espaço público da Câmara Municipal, os alunos foram conduzidos ao Fórum da Comarca de Foz do Iguaçu, em um trajeto de 3,9 km, que foi realizado pelo transporte contratado, que aguardava nas proximidades da casa de leis.

O deslocamento da Câmara de Vereadores até o Fórum da Comarca durou nove minutos, e a chegada às dependências do poder judiciário aconteceu às 10h30. Os funcionamentos das atividades do Fórum, em Foz do Iguaçu, iniciam às 12h, dessa forma, as discussões sobre o papel do poder judiciário aconteceram no rol de entrada do prédio e foi precedido da leitura de um fragmento da obra montesquiana, na qual Montesquieu ensina que

“Pelo terceiro, pune os crimes ou julga os litígios dos particulares. Chamaremos este último de poder de julgar [...]” (MONTESQUIEU, 2010, p. 169).

A partir do contato com o texto do filósofo, os estudantes foram conduzidos a construir a aprendizagem a respeito do poder judiciário e levantar questões sobre o poder de julgar através das perguntas: O que é justiça? O direito deve ser justo? O conceito de justiça é relativo? O que é justo para mim é justo para todos?

A respeito da autonomia do poder judiciário frente ao poder executivo, os alunos se inquietaram a respeito da composição do Supremo Tribunal Federal (STF), pois, os magistrados são indicados pelo chefe do executivo federal, o que, em tese, transforma a indicação em uma escolha política, logo poderia ocorrer uma orientação político-partidária nas decisões emitidas pelos magistrados do STF, de modo que autonomia entre os poderes poderia estar comprometida, pois as decisões dos ministros poderiam atender aos interesses do executivo federal.

As discussões avançaram mediante a afirmação de Montesquieu (2010, p. 169), de que “[...] o poder de julgar, pode destruir qualquer cidadão com suas vontades particulares”. Neste momento, os alunos puderam compreender que, no espaço público onde se encontravam, os juízes decidiam sobre a vida das pessoas no interior dos tribunais.

Na Vara de Família, a vida da criança está nas mãos do juiz de direito ao decidir a respeito das demandas de guarda judicial. A decisão sobre criança deve ficar com o pai ou com a mãe poderia não representar a vontade da criança. Na Vara da Infância e Juventude, o juiz de direito, entre outros, decide sobre as demandas de acolhimento institucional. A colocação de uma criança em uma casa de acolhimento institucional, antes chamadas de abrigos, é poderia não ser a melhor decisão, bem como a retirada de uma criança do poder familiar poderia não ser a medida mais adequada, pois outras medidas para o fortalecimento da família poderiam se enquadrar melhor.

Nas varas criminais, cabe ao juiz de direito condenar ou inocentar o acusado, logo é possível questionar se a justiça sempre é certa em suas decisões, logo poderia ocorrer de pessoas inocentes serem condenadas e pessoas culpadas serem inocentadas e com efeitos irreversíveis nos lugares onde a pena de morte é moralmente aceita.

Questões sobre a competência jurídica para decidir sobre quem vive e quem morre, e se ao condenar um acusado à morte, a justiça foi feita forma questões tratadas neste momento da aula.

Concluindo as reflexões sobre o poder de julgar, levantou-se uma última questão sobre a imparcialidade do juiz, bem como foi levantada discussões sobre as crenças políticas, ideológicas, filosóficas e religiosas na interferência das decisões judiciais.

Com base nas reflexões filosóficas a respeito do poder de julgar, os alunos foram levados a aprofundar a afirmação do filósofo Montesquieu, de que os cidadãos podem ser destruídos pelas vontades particulares daqueles que tem o poder de julgar.

Como foi possível perceber, uma série de problemas podem ser levantados a partir da reflexão sobre o poder de julgar, e novos conceitos podem ser criados a partir da experiência filosófica em que o aluno é levado a fazer.

Do Fórum da Comarca, os estudantes foram conduzidos ao prédio do Ministério Público Estadual, que se encontra a 200 metros de distância, em que, nesta ocasião, foi esclarecido o papel do promotor de justiça e feitas as considerações finais para o encerramento da aula.

Figura 12: Prédio do Ministério Público Estadual



Fonte: o autor (2019)

Ao encerrar a aula, os alunos retornaram ao ônibus, que aguardava ao lado do prédio do Fórum, para o retorno à escola. A distância entre o fórum da comarca e a escola é de, aproximadamente, 12 km, e o trajeto durou cerca de 10 minutos.

A chegada na escola aconteceu no tempo previsto e os estudantes foram conduzidos à sala de aula para responderem ao questionário referente à pesquisa, o qual será tratado no próximo capítulo.

Cabe recordar que a experiência do uso dos espaços públicos a partir da separação dos poderes em Montesquieu, serviu para sensibilizar os alunos para o tema em questão, e que nesta etapa foram consideradas as impressões dos alunos no momento da aula, sem exigir deles nenhum rigor filosófico, pois, a proposta é, justamente, em um primeiro momento chamar a atenção para o conteúdo proposto. A partir da abertura já existente sobre a separação dos poderes em Montesquieu, os estudantes foram, então, levados a desenvolver as habilidades de leitura, análise, interpretação e escrita filosófica sobre o pensamento político do filósofo.

5.2 Análise e interpretação dos questionários

O questionário foi o instrumento escolhido para o levantamento de dados da pesquisa, em razão de favorecer sua coleta e sua interpretação, e foi criado a partir do objetivo da pesquisa e apresentado ao orientador, em reunião presencial, para as suas considerações, correções e contribuições, as quais foram bastante importantes para a versão final do instrumento.

O universo da pesquisa foi composto pelas respostas de vinte e quatro discentes, e o questionário é considerado o meio que deu norte a pesquisa, sendo que sua elaboração procurou compreender as questões relativas à percepção dos alunos quanto ao uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia. O perfil da amostragem dos entrevistados compreendeu a participação de dez alunas e quatorze alunos, enquanto a faixa etária apresentou dez alunos, com a idade de quinze anos, e quatorze, com a idade de dezesseis anos.

Nesta seção, serão apresentadas as informações coletadas a partir dos questionários aplicados aos alunos inseridos na experiência do uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia.

A partir de uma conversa prévia com os estudantes, ficou convencionado que o questionário seria anônimo, visando preservar a identidade dos entrevistados, para que houvesse maior liberdade para responder às perguntas, de forma espontânea e sincera. Em razão de os alunos não estarem nominados pelo motivo acima exposto, a identificação, no momento da transcrição das respostas, aparecerá como aluno 01 até aluno 24.

O questionário foi composto de sete questões abertas, visando levantar informações que pudéssemos analisar a fim de interpretar a reação dos alunos frente a experiência do uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia. As perguntas um e dois, tiveram por objetivo a descrição do perfil dos estudantes entrevistados, a partir da idade e gênero. A terceira questão procurou identificar se o uso dos espaços públicos, que compõe os três poderes do município de Foz do Iguaçu, favoreceram ou não no aprendizado sobre a separação dos poderes em Montesquieu. A questão quatro indagou dos alunos se o uso dos espaços públicos que compõe os três poderes do município de Foz do Iguaçu aproximou ou não o estudante das questões tratadas em sua vida e sua realidade.

A quinta questão perguntava aos alunos se o uso dos espaços públicos que compõe os três poderes do município de Foz do Iguaçu desconstruiu a ideia que reduz a construção do conhecimento ao modelo tradicional de ensino com cadeiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz. A questão seis pode ser considerada o epicentro do questionário, pois identifica se a proposta do uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia despertou, ou não, o interesse dos alunos pela aprendizagem filosófica.

Por fim, a sétima pergunta solicitou que os estudantes apontassem conteúdos da Filosofia e um espaço público da cidade onde moram que fosse favorável ao ensino de Filosofia e ao filosofar.

Para ilustrar o resultado dos questionários, será feita uma apresentação descritiva das respostas dos alunos, a partir da pergunta dirigida, seguida da explicação interpretativa dos dados. Conforme já exposto acima, os alunos serão identificados por um número simbólico, em razão dos questionários serem de natureza anônima, a pedido dos próprios.

Pergunta 03: O uso dos espaços que compõem os três poderes no município de Foz do Iguaçu, utilizados na aula de Filosofia sobre a separação dos poderes, favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Aluno 01 – Não necessariamente. O conteúdo já havia sido compreendido, então a visita técnica foi interessante para exemplificação do conteúdo.

Aluno 02 – Sim, pois uma aula sem estar na sala de aula favorece o aprendizado.

Aluno 03 – Sim, pois não é muito cansativo. Foi bem legal.

Aluno 04 – Sim, pois além das aulas teóricas dentro das salas de aula, vimos na prática como funciona a divisão dos poderes.

Aluno 05 – Sim. Apreendi sobre coisas que eu não sabia. Não sabia que muitas notícias que ia para a TV passava pela câmara.

Aluno 06 – Sim, pois na prática fica mais fácil aprender sobre a matéria.

Aluno 07 – Sim, pois quando você vai ao local apreende com atenção.

Aluno 08 – Sim, pois aprender em sala de aula é bom, mas poder tirar as dúvidas pessoalmente é ainda melhor.

Aluno 09 – Sim, o vereador não parava de falar.

Aluno 10 – Sim, eu aprendi bastante sobre os 3 poderes. Consegui tirar todas as minhas dúvidas.

Aluno 11 – Sim, pois conseguimos ver realmente como funciona a separação dos poderes.

Aluno 12 – Sim, porque lá os próprios vereadores puderam nos explicar como funciona a discussão sobre as leis, e as melhorias e mudanças que são feitas na cidade.

Aluno 13 – Sim, porque além de nos prender a atenção, foi melhor para o nosso aprendizado.

Aluno 14 – Sim, favoreceu. Com isso aprendi muito além do que na sala de aula.

Aluno 15 – Sim, pois o professor promoveu uma atividade bem diferente que as atividades comuns em sala de aula e com isso eu sei que tudo que estudamos era realmente realizado na vida real.

Aluno 16 – Sim, excelentíssimo professor, acredito que tudo na vida é mais fácil na prática do que na teoria.

Aluno 17 – Sim, favoreceu no aprendizado utilizar espaços como esse. Nos ajuda a compreender melhor o conteúdo.

Aluno 18 – Sim, o jeito mais fácil de aprender é na prática, sendo assim, conhecendo os órgãos públicos mais importantes na sociedade.

Aluno 19 – Sim. Quando temos a oportunidade de ir até o ambiente onde o conteúdo estudado na sala é aplicado conseguimos fixá-lo muito melhor.

Aluno 20 – Sim, me ajudou a visualizar melhor cada um dos poderes.

Aluno 21 – Sim, pois adquiri conhecimentos nos quais eu não sabia, sobre prefeitura etc.

Aluno 22 – Sim, pois com essa visita técnica nós alunos apreendemos várias formas de governo no país.

Aluno 23 – Sim. Pelo conteúdo que exploramos fora da sala de aula. É bom se ter mais conhecimento de todo o contexto da política.

Aluno 24 – Não respondeu.

Com base nos dados apresentados, percebe-se que, dos 24 alunos entrevistados, um não respondeu à pergunta, enquanto outro assinalou que a proposta não contribui, necessariamente, com o seu aprendizado, pois segundo o aluno 01, “o conteúdo já havia sido compreendido”, porém na justificativa de sua resposta ele afirma que a aula “foi interessante para exemplificação do conteúdo”.

O aluno 04, por sua vez, manifestou que a experiência o levou à compressão dos três poderes e ao entendimento da proposta de Montesquieu sobre a necessidade de os poderes serem separados e independentes. O aluno 07 relatou que o uso dos espaços públicos o ajudou a manter a atenção no tema estudado, logo, é percebido que o recurso adotado sensibilizou o estudante para a Filosofia, pois, segundo ele, o espaço público lhe oportunizou maior atenção que o ambiente escolar.

Outra constatação importante consta nas respostas dos alunos 13 e 14, segundo o primeiro, o uso dos espaços públicos para o ensino de Filosofia a partir da separação dos poderes em Montesquieu o ajudou a “ver realmente como funciona a separação dos poderes”, enquanto o segundo declarou que “com isso aprendi muito além do que na sala de aula”. Percebe-se, na declaração do aluno 14, que o uso dos espaços públicos para o ensino de Filosofia o levou a elevar o aprendizado a partir da proposta.

A resposta do aluno 15 é bastante significativa para a pesquisa, pois nela é possível perceber que o aluno soube diferenciar positivamente a aula proposta na pesquisa com “as aulas comuns em sala de aula”. Para o aluno 17, “favoreceu no aprendizado utilizar espaços como esse”, de modo que sua resposta aprova o uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia.

O aluno 19 trouxe uma resposta bastante interessante, para ele, o uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia ajudou a fixar melhor “o conteúdo estudado na sala”. Por fim, o aluno 21 descreveu que a experiência o levou a construir um conhecimento a respeito do poder executivo, que ele não tinha.

Conforme foi possível perceber na terceira pergunta, 95,8% dos alunos que responderam o questionário afirmaram que o uso de espaços públicos no ensino de Filosofia, a partir da separação dos poderes, favoreceu no aprendizado do conteúdo, logo, pode-se concluir que a proposta marcou positivamente os estudantes.

Pergunta 04: O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu, utilizados na aula de Filosofia sobre a separação dos poderes, aproximou o ensino de Filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno, de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Aluno 01 – Sim, pois visitar os locais fez com que a política tratada no conteúdo se tornasse algo real, não apenas teoria.

Aluno 02 – Sim, pois eles andam lado a lado.

Aluno 03 – Sim, eu apreendi mais do que ficasse na sala de aula.

Aluno 04 – Sim. Fugimos um pouco do ‘padrão’ de sempre estar em uma sala.

Aluno 05 – Sim. Foi muito importante para aumentar nosso aprendizado.

Aluno 06 – Não respondeu.

Aluno 07 – Sim, porque os três andam lado a lado.

Aluno 08 – Sim. Agora possuo mais noção da utilidade de cada poder, e acho que aulas como esta são muito esclarecedoras.

Aluno 09 – Sim, porque é interessante em ir nesses lugares andam lado a lado.

Aluno 10 – Sim, pois tivemos contato com isso na sala e também na prática.

Aluno 11 – Sim. Foi um jeito diferente de aprendermos o conteúdo.

Aluno 12 – Sim. Porque lá, na conversa sobre o tema usamos exemplos de nossos bairros onde poderia ser feito melhorias como os três poderes tomam decisões.

Aluno 13 – Sim. Nós ficamos curiosos em conhecer esses locais e também pudemos esclarecer dúvidas.

Aluno 14 – Sim, Com a visita até esses locais podemos ver como é decidido as leis do nosso município.

Aluno 15 – Sim, pois eu consegui ter uma visão diferente do que eu entendia sobre o conteúdo.

Aluno 16 – Sim. Isso acabou estimulando os alunos a aprender a matéria, mesmo até não percebendo isso professor.

Aluno 17 – Sim. Isso cria um pensamento criativo no aluno para compreender sua sociedade.

Aluno 18 – Sim. Foi uma experiência muito instigante e criativa.

Aluno 19 – Sim, pois tivemos a oportunidade de conhecer pela 1ª vez esses espaços e nele aprendermos. Fixamos o conteúdo teórico passado em sala de aula de forma menos maçante, pois lá tivemos apenas uma conversa com os vereadores, mas que foi muito enriquecedora do ponto de vista pedagógico.

Aluno 20 – Sim, a visita me aproximou da política e da indagação sobre ela.

Aluno 21 – Sim. Foi muito bom ir nesses locais para o nosso conhecimento.

Aluno 22 – Sim. Pois além de serem interessantes esses lugares, eles também são importantes para o Brasil e também mostram que eles estão lado a lado.

Aluno 23 – Sim, porque assim teremos mais cuidado com quem iremos votar para tentar deixar nossa cidade cada vez mais.

Aluno 24 – Sim, porque isso ajudou a vermos que lá não é o que a mídia tanto fala e isso ajuda a termos um pensamento diferente.

A quarta pergunta teve a intenção de identificar se o uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia favorecia na aproximação da disciplina nas questões da vida e da realidade dos alunos, visando apresentá-la de forma instigante, viva e criativa. Conforme é percebido nas respostas, o ensino de Filosofia nos espaços públicos contribui na superação do deslocamento da Filosofia com o dia a dia do estudante.

O aluno 01 declara que o uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia fez com que “a política tratada no conteúdo se tornasse algo real”, deixando evidente que o conteúdo não ficou deslocado da vida do estudante, pois, para ele, a separação dos poderes em Montesquieu deixou de ser uma tese do século XVIII para se tornar um assunto de nossa época. O aluno 04 demonstrou, em sua resposta, que o uso dos espaços públicos na aula de Filosofia sobre Montesquieu oportunizou a saída do mundo teórico dos livros para um lugar que trata do mesmo problema, porém de modo vivo, real, na sua resposta o estudante declarou que “fugimos um pouco do ‘padrão’ de sempre estar em uma sala”.

A percepção do aluno 8 é bastante inspiradora para nós, professores, uma vez que, segundo o aluno, “agora possuo mais noção da utilidade de cada poder [...]”, ora, o que ele está afirmando é que o uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia, a partir do pensamento montesquiano, o aproximou da noção de utilidade dos poderes, e concluiu em sua resposta que “[...] aulas como esta são muito esclarecedoras”, ou seja, trata de um assunto complexo da Filosofia, porém de modo descomplicado.

O aluno 12 deixa evidente em sua resposta que a experiência sobre o pensamento político de Montesquieu nos espaços públicos dialoga com sua realidade, “porque lá, na conversa sobre o tema usamos exemplos de nossos bairros”, ou seja, nos espaços públicos que representam os poderes, foi possível relacionar a tríplice divisão dos poderes com a realidade dos bairros da cidade. O aluno 14 evidenciou que o uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia lhe ampliou a visão sobre a separação dos poderes em Montesquieu, segundo ele, “eu consegui ter uma visão diferente do que eu entendia sobre o conteúdo”, logo, se compreende que a experiência da aula nos espaços públicos aproximou a Filosofia da vida dos alunos.

“Isso acabou estimulando os alunos a aprender”, afirmou o aluno 16. A resposta é bastante significativa, uma vez que, segundo o discente, a aproximação do conteúdo filosófico

da vida do estudante provocou nele o estímulo em apreender. O aluno 19, por sua vez, revelou em sua resposta que desconhecia os espaços que compõe os poderes executivo, legislativo e judiciário do município onde mora, e que, ao conhecer, aprendeu, segundo ele, “de forma menos maçante”, e concluiu sua justificativa dizendo que “do ponto de vista pedagógico”, a experiência foi enriquecedora.

A resposta do aluno 20 é, também, surpreendente, pois, para ele, o uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia “me aproximou da política e da indagação sobre ela”. Certamente ele não se preocupava sobre as questões políticas da vida em sociedade, porém, ao se confrontar de forma viva com a realidade político-administrativa do município onde mora, através de uma aula de Filosofia sobre a separação dos poderes, foi levado a romper o distanciamento que tinha da política, como também passou a indagar sobre ela.

A descrição do aluno 22 revela que a aproximação dos estudantes do conteúdo tratado na aula de Filosofia sobre a separação dos poderes é interessante a partir da presença nos lugares de que o conteúdo aborda, bem como reconhece que as discussões de Montesquieu sobre o assunto “são importantes para o Brasil”, assim, percebemos que o aluno conseguiu transpor o pensamento político de Montesquieu para a realidade de sua existência, sem o enxergar como um amontoado de informações sem utilidade, pensadas por um filósofo do século XVIII.

Por fim, o aluno 24 demonstrou que a aula de Filosofia sobre a separação dos poderes nos espaços públicos instiga os estudantes a “termos um pensamento diferente”, ou seja, cumpre o papel fundante da Filosofia no Ensino Médio, que é pensar de um modo diferente do que é imposto pelo “*status quo*”.

Considerando as respostas acima transcritas, 100% dos alunos entenderam que o uso dos espaços que compõem os três poderes no município de Foz do Iguaçu, utilizados na aula de Filosofia sobre a separação dos poderes, favoreceu na aproximação do conteúdo frente às questões tratadas na vida e na realidade do estudante, embora suas justificativas não estejam na totalidade acompanhadas de rigor argumentativo.

A partir dos comentários selecionados das respostas dos alunos, fica concluído que a proposta demonstra a viabilidade de o professor recorrer ao uso dos espaços públicos, visando superar o deslocamento do ensino de Filosofia da realidade e da vida do estudante.

Pergunta 05: O uso dos espaços que compõem os três poderes no município de Foz do Iguaçu, utilizados na aula de Filosofia sobre a separação dos poderes, desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Aluno 01 – Sim, pois visitando o local é possível ter uma visão mais “real” do conteúdo.

Aluno 02 – Sim, pois contribuiu para o interesse do aprendizado.

Aluno 03 – Sim, pois nós saímos daquela mesmice de sempre e nos ajudou a aprender mais.

Aluno 04 – Sim. Pois com uma boa explicação podemos aprender em qualquer lugar.

Aluno 05 – Sim, porque uma aula mais produtiva desperta o interesse do aluno.

Aluno 06 – Não e sim. Melhorou e [trecho ilegível] mais é mais pela cabeça dos jovens.

Aluno 07 – Não, pois fora da escola também se adquire conhecimento.

Aluno 08 – Acho que se pode construir aprendizado em qualquer lugar que o aluno esteja.

Aluno 09 – Não, porque tem outros lugares que você pode entender o [trecho ilegível] poder.

Aluno 10 – Não, sim aproximou cada vez mais na cabeça dos jovens.

Aluno 11 – Sim, nós vimos na prática o funcionamento dos poderes.

Aluno 12 – Sim, porque isso gera mais interesse nos alunos, é uma aula mais dinâmica e descontraída.

Aluno 13 – Sim. O conhecimento não é só feito em sala de aula, sempre achei que fosse melhor aulas fora da sala.

Aluno 14 – Não, as vezes ficar em sala pode ser mais produtivo.

Aluno 15 – Sim, pois eu entendi muito mais conteúdo que na aula prática.

Aluno 16 – Sim. Pude aprender realmente sobre os três poderes e finalmente pegar gosto pela matéria.

Aluno 17 – Não. O aprendizado em sala é bom, mas espaços como esse só fortalecem mais os conteúdos em sala.

Aluno 18 – Sim. Depois disso comecei a estudar mais sobre esses assuntos.

Aluno 19 – Sim, pois apenas conversando com os vereadores e ouvindo as falas do professor dentro destes espaços aprendemos muito mais facilmente do que dentro de sala.

Aluno 20 – Sim, pode-se aprender em qualquer lugar, porém é mais interessante e melhor inculcado se for em um lugar do cotidiano das pessoas.

Aluno 21 – Sim, pois a dinâmica nos desperta mais interesse.

Aluno 22 – Não, pois há lugares que são importantes para o aprendizado.

Aluno 23 – Sim, pois o lugar não é o mesmo. O conhecimento adquirido é diferente do que temos no colégio.

Aluno 24 – Sim, porque lá não é a mesma coisa. Porque lá além de estudar nós vimos às coisas como realmente eram.

A quinta pergunta procurou identificar se os estudantes enxergaram, na proposta da aula sobre a separação dos poderes nos espaços públicos do executivo, legislativo e judiciário, que se apresentou como possibilidade de aprendizagem diferente daquela costumeira sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz.

As respostas dos alunos 07, 10, 17 e 22 são contraditórias, pois, como é possível perceber, ambos relataram que não desconstruiu a ideia do conhecimento construído com exclusividade no espaço escolar, porém, na justificativa, demonstram o contrário. Certamente, os alunos não compreenderam bem o enunciado, razão pela qual a justificativa não condiz com a resposta. Todavia, a interpretação seguirá rigorosamente a resposta do aluno.

Por sua vez, o aluno 14 foi enfático em afirmar que o uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia não desconstruiu nele a ideia sobre a exclusividade do ambiente escolar na aprendizagem do aluno, já que, segundo ele, “[...] as vezes ficar em sala pode ser mais produtivo”. O aluno 02 demonstrou que a experiência contribuiu para “o interesse do aprendizado”, logo, entendemos que o uso dos espaços públicos o afetou positivamente, levando-o a se interessar pelo aprendizado filosófico. Na percepção do aluno 03, a aprendizagem filosófica no uso dos espaços públicos é um recurso positivo, “pois nós saímos daquela mesmice de sempre e nos ajudou a aprender mais”, declarou o estudante.

De acordo com o aluno 05, a experiência da aula nos espaços públicos se apresenta mais produtiva e, segundo ele, favoreceu para despertar no aluno o interesse pelo conteúdo estudado. A resposta do aluno 12 parece atender bem às expectativas da pesquisa, segundo ele, o ensino de Filosofia nos espaços públicos “gera mais interesse nos alunos”. Conforme foi possível perceber, segundo o aluno 12, o interesse dos alunos foi despertado a partir do uso dos espaços do executivo, legislativo e judiciário, bem como tornou o ensino de Filosofia “uma aula mais dinâmica e descontraída”.

A percepção do aluno 16 é surpreendente, uma vez que, assim como a resposta do aluno 12, a dele também atende bem o que se esperava da aplicação de nossa proposta. Para ele, a experiência do uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia o levou a “aprender realmente sobre os três poderes e finalmente pegar gosto pela matéria”. A declaração do aluno acima mostra que é possível aprender de modo real um conteúdo filosófico, bem como afirmou que, finalmente, pegou gosto pela Filosofia. Por sua resposta, suspeita-se que ele

estudou a 1ª série do Ensino Médio sem atribuir significado à disciplina, já que, segundo ele, foi a partir da sensibilização feita nos espaços públicos que foi levado a “finalmente pegar gosto pela matéria”. Esse ‘finalmente’ parece representar algo que ele esperava e ainda não havia chegado em sua vida escolar. Para o aluno 18, o ensino de Filosofia, realizado diferentemente dos moldes tradicionais, o levou a se interessar mais pelas questões tratadas por Montesquieu sobre a separação dos poderes. Para ele “Depois disso comecei a estudar mais sobre esses assuntos”. É notório que, depois de passar pela experiência de uma aula de Filosofia fora do espaço escolar, o aluno 18 passou a se dedicar mais ao aprendizado referente ao tema abordado na proposta.

A resposta do aluno 19 é bastante significativa, pois mostra como o uso dos espaços públicos pode ser favorável na hora de escolher um método para chamar a atenção dos estudantes para os conteúdos a serem estudados, pois, diferentemente do modelo vigente, “dentro destes espaços aprendemos muito mais facilmente do que dentro de sala”, revelou o aluno em sua resposta.

Por fim, o aluno 23 justificou que a visão de aprendizagem reduzida ao espaço escolar foi, para ele, desconstruída, já que “o conhecimento adquirido é diferente do que temos no colégio”. Fica evidente que a proposta da aula em ambiente distinto do comum, impactou positivamente os alunos, levando-os a perceber que é possível construir conhecimento filosófico nos espaços públicos favoráveis ao filosofar. Conforme foi possível perceber, a sala de aula composta de carteiras, livros, quadro, giz, entre outros elementos próprios do ambiente escolar, torna-se uma mesmice na vida do aluno, de modo que a rotina da escola pode interferir negativamente no rendimento do estudante, logo, o uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia pode contribuir na superação da rotina escolar.

Os resultados levantados a partir da quinta pergunta apontam que 70.8% dos alunos entrevistados disseram que desconstruíram a visão do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz, enquanto 29,2% disseram não, embora haja casos, como já mencionado acima, que a justificativa é contraditória ao não reconhecimento de que a experiência não tenha desconstruído neles a ideia do conhecimento construído exclusivamente no espaço escolar.

Pergunta 06: O uso dos espaços que compõem os três poderes no município de Foz do Iguaçu, utilizados na aula de Filosofia sobre a separação dos poderes, contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo, ou uma aula tradicional restrita à escola e à sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Aluno 01 – Sim, contribuiu, pois dessa forma o conteúdo ficou mais interessante para os alunos.

Aluno 02 – Sim, por causa que uma aula fora da sala favoreceu mais para o aprendizado e mostra interesse pelos conteúdos.

Aluno 03 – Não, pois como falei acima é bem melhor que saíamos de nossa zona de confronto.

Aluno 04 – Sim. Pois é algo novo para mim, logo se torna algo mais atraente e interessante.

Aluno 05 – Sim, foi muito atraente para o meu aprendizado.

Aluno 06 – Sim. Desperta [trecho ilegível] do interesse pelo estudo.

Aluno 07 –. Sim, porque sendo uma visita é mais atraente pelo motivo de ir em um lugar que ainda não fomos.

Aluno 08 – Com certeza. Ver com os próprios olhos sobre o que estamos estudando é muito mais empolgante.

Aluno 09 – Sim, porque é interessante participar dessas aulas.

Aluno 10 – Sim, pois desperta muito o interesse do conteúdo.

Aluno 11 – Sim, a visita contribuiu para deixar o conteúdo mais “fácil” e interessante.

Aluno 12 – Não, contribuiu sim para o interesse dos alunos, pois nos foram apresentadas oportunidades para discutir juntos outros temas sociais e apresentar projetos.

Aluno 13 – Sim, porque dentro da sala e da escola sempre começa a desgastar e nos faz perder o interesse em todos os assuntos.

Aluno 14 – Ambas são boas, as vezes é bom [trecho ilegível] ficou sempre no automático é chato e cansativo.

Aluno 15 – Sim, pois é muito mais divertido realizar atividades fora da sala de aula.

Aluno 16 – A aula prática é mais estimulante pelo fato de ser diferentes e acabar com as coisas monótonas.

Aluno 17 – Sim, esta técnica de ensino é bem mais atraente do que uma aula normal.

Aluno 18 – Com certeza a aula prática é bem mais motivadora e ainda ajudou a tirar a tensão da sala.

Aluno 19 – Com certeza foi muito mais instigante que uma aula normal, pois normalmente são muito chatas.

Aluno 20 – Sim, contribuiu porque aprendemos na prática a função de cada poder hoje em dia.

Aluno 21 – Sim, com toda certeza é bem mais atraente.

Aluno 22 – Sim, pois há várias coisas que pode nos interessar no futuro.

Aluno 23 – Depende do aluno e do interesse dele, em particular sim, pois nenhum conteúdo é tão interessante se você não tiver a devida curiosidade.

Aluno 24 – Sim, porque lá foi uma aula bem mais legal, além de aprender nós brincamos um pouco.

O aluno 01 apontou que “o conteúdo ficou mais interessante para os alunos”, enquanto o aluno 2 declarou que “uma aula fora da sala favoreceu para [...] o interesse pelos conteúdos”. O aluno 4 manifestou que nunca passara por experiência semelhante, e declarou que era algo novo para ele e, concluindo sua resposta, afirmou que o uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia “se torna algo mais atraente e interessante”. Conforme foi possível perceber na transcrição das respostas dos alunos acima, o ensino de Filosofia nos espaços públicos se apresentou como algo novo, atraente e interessante. Ora, ouvir de alunos do Ensino Médio que uma aula de Filosofia o atraiu e lhe interessou é algo que não os professores não estão acostumados, porém, a experiência no uso dos espaços públicos parece se apresentar como um meio eficiente para despertar no estudante o interesse pela disciplina.

O aluno 8 relatou que se sentiu empolgado ao participar de uma aula de Filosofia nos espaços públicos. Já para o aluno 9, “é interessante participar dessas aulas”, enquanto para o aluno 11, a experiência “contribuiu para deixar o conteúdo mais ‘fácil’ e interessante”. Cabe recordar que as declarações do aluno acima revelam que o ensino de Filosofia nos espaços públicos descomplicou o aprendizado, todavia, sem perder a complexidade filosófica. Entende-se que a proposta atinge positivamente aos alunos que, com frequência, julgam o ensino de Filosofia como algo difícil de aprender, uma vez que trata de problemas que, para eles, apresenta um grau de dificuldade que culmina no desinteresse pela disciplina.

O aluno 13 revelou que o ambiente escolar e a sala de aula acabam os desgastando e os levam a se desinteressarem pelos conteúdos filosóficos, conforme ele mesmo pontuou a respeito do modelo tradicional: “nos faz perder o interesse em todos os assuntos”. Seguindo a mesma conclusão, o aluno 14 acenou que o uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia contribuiu para despertar nele o interesse pela disciplina, pois, a Filosofia exclusivamente na sala “ficou sempre no automático é chato e cansativo”. A declaração do aluno 16 indica que se sentiu estimulado para o aprendizado filosófico, uma vez que aprender Filosofia nos espaços públicos é algo “diferente” e, de acordo com ele, acaba “com as coisas monótonas”.

Percebemos pelas respostas dos alunos acima que, para eles, as aulas de Filosofia se apresentavam de forma chata e até cansativa, e que, por sua vez, causavam neles monotonia. A informação trazida pelo aluno 17 parece responder bem ao drama dos estudantes a respeito

da exclusividade do ensino de Filosofia nas salas de aula. Para ele, “esta técnica de ensino é bem mais atraente do que uma aula normal”. Embora o termo ‘técnica’ não seja o mais apropriado, importa aqui o reconhecimento do aluno de que, para ele, existiu uma diferença entre o ensino de Filosofia nos espaços públicos e no ambiente escolar.

O aluno 18 manifestou que a experiência se revelou motivadora e ainda contribuiu para “tirar a tensão da sala”. Para o aluno 19, a aula de Filosofia nos espaços públicos “foi muito mais instigante que uma aula normal”, pois, para ele, as aulas ‘normais’ “normalmente são muito chatas”. O aluno 20 relatou que teve a oportunidade de aprender na prática quais são as atribuições de cada instância de poder, de modo que ficou concluído que a experiência a qual os alunos foram submetidos contribuiu para despertar neles o interesse pelo ensino de Filosofia.

As respostas apresentadas pelos estudantes apontam que a proposta do ensino de Filosofia nos espaços públicos contribuiu, de modo significativo, para despertar o interesse pela Filosofia, uma vez que, conforme foi possível perceber, os estudantes se mostram receptivos à Filosofia e atraídos pelo modo diferente de inseri-los na aprendizagem Filosofia.

A pergunta de número sete teve por objetivo provocá-los a apontarem temas e lugares em que fosse possível filosofar a partir dos espaços públicos sugeridos por eles.

Pergunta 07: Outros conteúdos ou temas da Filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da Filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Aluno 01 – Desigualdade social, observando as escolas públicas e privadas. Gordofobia, observando os tamanhos de roupa que tem nas lojas.

Aluno 02 – Sim, temos a matéria de história. As cataratas.

Aluno 03 – Poderíamos ir na capela ou no gramadão.

Aluno 04 – Sim, como a fé e a religião nos templos e igrejas.

Aluno 05 – Sim. O cemitério é um bom lugar. Templo budista, polo astronômico.

Aluno 06 – Sim, com certeza, [ilegível].

Aluno 07 –. O templo Budista, religião.

Aluno 08 – Com certeza. Acho que seria interessante uma visita ao polo astronômico e a importância da astronomia em nossa cultura.

Aluno 09 – Sim, lugares onde ficamos e entendemos as coisas.

Aluno 10 – Sim, pois assim vai interessar mais os alunos a conhecer.

Aluno 11 – Sim, fé e razão. Igreja e museu.

Aluno 12 – Sim. Por exemplo sobre desigualdade social. Observar as comunidades e condomínios ou escolas públicas e particulares.

Aluno 13 – Sim. Eu particularmente adoraria falar sobre a vida e a morte no hospital ou cemitério.

Aluno 14 – Sim. A Filosofia é ampla em conteúdo. Podemos ir ao cemitério dar valor e pensar na morte. Na Mesquita ou no templo budista também.

Aluno 15 – Sim. Podemos ir em igrejas para discutir a questão da fé.

Aluno 16 – Obviamente. Todo local onde há uma organização pode ser estudado. Em minha opinião tudo é organizado a partir da vida e este ciclo tem fim na morte. Então acredito que poderia ser no cemitério. Obrigado por enriquecer nosso conhecimento, e a cada aula nos intrigar sobre Filosofia.

Aluno 17 – Sim, abordar outros conteúdos em sala é uma forma muito boa de ensinar, por exemplo em lugares públicos.

Aluno 18 – Obviamente. Sobre a morte e a importância da vida, cujo seria no cemitério.

Aluno 19 – Sim, por exemplo a questão da fé e da razão dentro das igrejas e templos religiosos como o templo budista.

Aluno 20 – Sim. Esperança hospital do câncer.

Aluno 21 – Sim Seria legal no templo budista e praças.

Aluno 22 – Sim. Igreja e budismo, onde podemos distinguir as crenças.

Aluno 23 – Sim. Por exemplo sobre as culturas diferentes, como [ilegível] templo budista, ou hospital dependendo do conteúdo [ilegível].

Aluno 24 – Sim. As igrejas.

Conforme foi possível perceber nas respostas dos alunos, é notável a indicação de lugares religiosos que se repetem inúmeras vezes. Isso acontece em razão da realidade geográfica do município de Foz do Iguaçu, o qual conta com uma pluralidade étnica que contribui para a existência de manifestações diversas da religiosidade.

Os alunos que foram entrevistados, indicaram conteúdos e/ou temas da Filosofia relacionados com as desigualdades sociais, fé e razão, ciência, esperança, morte e cultura. A respeito dos lugares, os estudantes apontaram comunidades de periferias, condomínios fechados, escolas públicas, escolas privadas, capela, igreja, templo budista¹⁴, mesquita¹⁵, polo

¹⁴ O Templo Budista Chen Tien, em Foz do Iguaçu, foi construído em 1996 por comunidades chinesas da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

astronômico¹⁶, hospital, cemitério e museu¹⁷ como espaços públicos que poderiam ser acessados para tratar de problemas filosóficos.

Com base nas respostas dos alunos, pode ser pensado o tema sobre a desigualdade social a partir do pensamento político de Rousseau e Marx, os quais se ocuparam com o problema da desigualdade social e podem contribuir com os conceitos a respeito do assunto. As aulas podem ser desenvolvidas no entorno de escolas públicas e privadas, comunidades carentes e condomínios fechados, levando os estudantes a fazer relações entre as realidades antagônicas, a fim de se abrirem para o assunto.

O tema Fé e Razão pode se tornar mais vivo e criativo a partir da inserção dos estudantes nos espaços religiosos apontados por eles, pois favorecerá para mergulhá-los no pensamento filosófico de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino durante a Idade Média, os quais buscaram conciliar ambas. Os estudantes podem ser conduzidos aos templos religiosos para despertar neles o interesse pelo tema Fé e Razão, uma vez que, a partir da experiência no espaço religioso, poderá ocorrer uma abertura maior para tratar do assunto com mais profundidade em sala de aula.

As indicações dos alunos sobre a morte e a esperança podem, inicialmente, serem abordadas no cemitério e no hospital, visando contribuir na aproximação do estudante nas reflexões realizadas pelos filósofos do período helenístico, que discorreram sobre a morte e a imperturbabilidade da alma, de modo que é possível se perguntar se diante da morte e do sofrimento na doença, é possível alcançar a ataraxia. O uso destes espaços deverá acontecer com cuidado, pois poderá haver, entre os estudantes, aqueles que se sentem desconfortáveis com a ideia de estarem nestes ambientes, mas é esperado que uma boa preparação e organização é suficiente para a participação na aula.

O Polo Astronômico é um espaço favorável para trabalhar a Filosofia da ciência. Para Pereira (s/d), “a Filosofia da ciência é um tópico importante e que, muitas vezes, causa resistência nos estudantes”. Frente a resistência apontada por Pereira, o uso do espaço do Polo Astronômico é uma estratégia bastante significativa para introduzir os alunos nos conteúdos sobre a relação da Filosofia com a ciência, sendo possível levá-los a se sentirem atraídos pelas descobertas de Galileu, o qual construiu seu próprio telescópio e o aprimorou para fins astronômicos.

¹⁵ A comunidade islâmica de Foz do Iguaçu se empenhou na construção da Mesquita, cuja pedra fundamental foi lançada em 1981.

¹⁶ O Polo Astronômico é um espaço de ciências com foco na astronomia, com atuação voltada para o turismo, há divulgação científica e um laboratório de atividades educacionais.

¹⁷ O Ecomuseu, primeira iniciativa da América Latina desta tipologia, compreende o território de atuação da Itaipu como espaço museológico.

O museu sugerido pelos alunos se trata do espaço museológico construído pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, e pode trazer grande contribuição para as aulas de Filosofia, sendo um espaço de aprendizagem para instigar os estudantes a compreenderem a importância da cultura. Pode-se levar os alunos a refletir, com profundidade, o pensamento do filósofo Michel de Montaigne sobre o relativismo cultural, a partir dos elementos, crenças, costumes, tradição, práticas sociais, entre outras.

Como é possível perceber, a experiência do uso de espaços públicos a partir do conteúdo Filosofia política no pensamento de Montesquieu, pode ser estendido a outros conteúdos do componente curricular Filosofia, visando contribuir na construção do conhecimento dos estudantes.

Os temas e lugares por eles apontados partem da percepção reduzida que os alunos trazem da Filosofia, logo, esta é razão para que os temas e espaços sugeridos por eles sejam restringidos a poucas possibilidades, todavia de grande relevância, pois, frente ao desinteresse de parte dos alunos pela Filosofia, é enxergado neles certo despertar para o conhecimento filosófico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de espaços públicos no ensino de Filosofia: uma experiência a partir da separação dos poderes em Montesquieu, foi o tema deste trabalho, o qual se justificou pelo desinteresse de parte dos alunos pelo ensino de Filosofia, e pela intenção de chamar a atenção dos estudantes para os conteúdos filosóficos a partir de uma experiência de ensino que os colocasse nos lugares que se relacionam com o pensamento filosófico do autor estudado.

Considerando o desafio do professor frente à tarefa de despertar os jovens para a aprendizagem filosófica e o valor da experiência do pensamento filosófico na formação para a liberdade e autonomia do aluno, se entende como relevante uma investigação que se utiliza de um recurso em desuso para o professor chamar a atenção do aluno para os conteúdos de Filosofia que são tratados na sala de aula do Ensino Médio.

No decorrer da pesquisa, foi elaborada, implementada e analisada uma proposta curricular para o conteúdo estruturante Filosofia Política, com recorte ao conteúdo específico “separação dos poderes em Montesquieu”, utilizando como recurso didático os espaços públicos que compreendem os três poderes da cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, visando despertar o aluno para a aprendizagem filosófica.

Ao concluir a pesquisa, foi possível apresentar os espaços públicos da cidade como recurso a disposição do professor para o ensino de Filosofia, visando aproximá-la das questões tratadas na vida e na realidade do aluno, de forma instigante, viva e criativa, bem como apresentar os espaços públicos como lugar favorável à construção do conhecimento e à produção de um produto final, na forma de sequência didática, para a Filosofia Política, a partir de Montesquieu.

O desfecho da pesquisa aponta que a proposta chamou a atenção dos estudantes, levando-os a se interessar pela aprendizagem filosófica, pois, conforme apresentado nos resultados, houve êxito na implementação da proposta, bem como a coleta de dados dos alunos inseridos na pesquisa apontou que a proposta do uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia favoreceu o aprendizado do aluno, aproximou a Filosofia das questões tratadas na vida e na realidade dos estudantes, desconstruiu a visão da construção do conhecimento exclusiva a sala de aula e levou o estudante a despertar o interesse pela aula de Filosofia.

Em decorrência do problema expresso na pergunta: o que pode ser feito para contribuir na superação do desinteresse do aluno pelo ensino de Filosofia? conclui-se que a pesquisa se apresentou como uma entre outras respostas existentes para a superação da falta

de interesse do aluno pelo componente curricular Filosofia, pois na visão dos alunos a proposta agradou e cumpriu seu objetivo.

Ficou evidente que a proposta da pesquisa promoveu a discussão e o diálogo da Filosofia nos espaços públicos, despertando, nos alunos, uma prévia disposição de ânimo para a aprendizagem filosófica, a partir da separação dos poderes em Montesquieu, logo o uso dos espaços públicos no ensino de filosofia é um recurso que pode ser adotado pelos professores para tratar de assuntos e problemas filosóficos com os alunos.

O uso dos espaços públicos no ensino de Filosofia ‘afetou’ positivamente os estudantes para o conteúdo trabalhado, uma vez que a proposta visou apresentar a Filosofia ‘descomplicada’ da complexidade filosófica, de modo que sua presença se tornasse desejável e fizesse sentido para a vida cotidiana dos estudantes inseridos na pesquisa. O instrumento de dados utilizado para coletar as informações foi o questionário, que foi aplicado aos alunos após passarem pela experiência do ensino de Filosofia nos espaços públicos que representam os três poderes, o qual após a interpretação das respostas fica entendido que cumpriu o que se esperava.

Cabe lembrar que este estudo apresentou dificuldades e limitações, entre elas o baixo número da amostra, um único conteúdo, um único espaço e um único município inserido na pesquisa, bem como pela especificidade do mestrado profissional, como dificuldade durante a pesquisa, pois tanto os discentes quanto os docentes do programa desbravaram caminhos antes não percorridos, uma vez que como já mencionado, os programas de pós-graduação em Filosofia eram, até então, em nível de mestrado acadêmico, o qual é caracterizado como lugar próprio da preparação do pesquisador, enquanto o mestrado profissional se define pela capacitação profissional.

É recomendado que novas pesquisas sejam realizadas visando preencher as lacunas deixadas em aberto neste trabalho, as quais certamente apresentariam um resultado mais satisfatório se realizadas em um programa de doutorado, preferencialmente profissional, que demandaria tempo maior para ampliar a amostra, o público alvo, os conteúdos, os espaços públicos e a natureza própria da expansão da reflexão voltada à docência da Filosofia na Educação Básica.

Objetivando contribuir para o aperfeiçoamento da docência em Filosofia na educação básica e na superação das condições adversas que nutrem nos estudantes resistência ao ensino de Filosofia, apresentando o produto final como possível subsídio para o planejamento de aulas de outros professores de Filosofia, bem como recordamos que outras possibilidades temáticas e de espaços públicos podem ser exploradas pelos professores, observando os

diferentes espaços públicos presentes nos municípios brasileiros e as diretrizes curriculares próprias de cada Estado.

REFERÊNCIAS

- ADAS, Sérgio. **Propostas de trabalho e ensino de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 2012.
- ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Teoria Geral do Estado**. 3. Ed. Barueri, SP: Manole, 2010.
- ANÁLISE DO ENSINO DE FILOSOFIA: Pedagogia. Informação postada no site do Portal Educação. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/analise-do-ensino-de-Filosofia/21470>>. Acesso em: 05 mai. 2018.
- ANTUNES, Celso. **Introdução à educação**. São Paulo: Paulus, 2014.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução a Filosofia**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2013.
- ASPIS, L. Renata; GALLO Silvio. **Ensinar Filosofia: um livro para o professor**. São Paulo: Atta, 2009.
- BALLERIO, Stefano. **Montesquieu: Os homens, o espírito e as leis**. São Paulo: Salvat, 2016.
- BARROS, Fernando R. de Moraes. **Estética filosófica para o Ensino Médio**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BATTESTIN, Cláudia; DUTRA, C. Jorge da. Organizadores. **Diálogos entre Filosofia e educação**. Rio Grande: FURG, 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 12, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes curriculares para os cursos de Filosofia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES122002.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2018
- BRASIL. Ministério da Educação. **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: Filosofia: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programas do Livro. FNDE, **Guias de livros didáticos PNLD 2015 - Ensino Médio**. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/5940-guia-pnld-2015>>. Acesso em: 06 mai. 2018
- BURKE, Peter. **A fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CAMPANER, Sônia. **Filosofia ensinar e aprender**. São Paulo: Livraria Saraiva, 2012.
- CARNEIRO, Silvio; LINDBERG Christian. **BNCC: A experiência fragmentada do saber e o ensino de Filosofia**. Disponível em: <<http://anpof.org/portal/index.php/es-ES/artigos-em-destaque/1582-bncc-a-experiencia-fragmentada-do-saber-e-o-ensino-de-Filosofia-2>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

CARVALHO, Daniel; CARNEIRO, Rafael; MARTINS, Helen Fernanda Alves. **Ciências humanas e suas tecnologias**. Secretaria de Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.133 p. (Orientações curriculares para o Ensino Médio; v. 3).

CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO. **Filosofia licenciatura**. Disponível em: <<https://claretiano.edu.br/graduacao/Filosofia/foz-do-iguacu/encontro-uma-vez-por-semester-aos-sabados>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

CERLETTI, Alejandro. **O ensino de Filosofia como problema filosófico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Iniciação a Filosofia**. 2. ed. Ática, 2013.

FERNANDES, Cláudio. **Três Poderes**. Informação postada no site Mundo Educação, Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/politica/tres-poderes.htm>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

FONTES, Carlos. **Ensino da Filosofia**. Informação postada no site Portal Educação. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/ensino-da-Filosofia/1788>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

GALLO, Silvio; KOHAN, Walter Omar. **Filosofia no Ensino Médio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GALLO. **Metodologia do ensino de Filosofia uma didática para o Ensino Médio**. Campinas: Papirus, 2012.

G1, OESTE E SUDOESTE. Prefeitura de Foz do Iguaçu abre inscrições de processo seletivo para estagiários. Informação postada no site do jornal Oeste e sudoeste RPC. G1 PR em 02 abr. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **O federalista**. Belo Horizonte: Líder, 2003.

INSTITUTO PACKTER. Curso de formação em Filosofia. Disponível em: <Filosofiaadistancia.com.br/exposições/Sócrates/VII.html>. Acesso em: 06 mai. 2018.

KLEINA, Claudio. **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Curitiba: Iesde Brasil S/A, 2016.

KOHAN, Walter O. *et al.* (Org.). **Filosofia: Caminhos para o seu ensino**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

KOHAN, Walter O. **Políticas do ensino de Filosofia**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LIMA, Márcio Antônio Cardoso. **O ensino de Filosofia: e suas contradições**. Governador Valadares: Univale, 2002.

MARÇAL, Jairo. (Org.). **Antologia de Textos Filosóficos**. Curitiba: SEED, Pr., 2009.

MEIER, Celito. **Filosofia**: por uma inteligência da complexidade. 2. ed. Paz, 2013.

MENEGUELI, Rafaela. **Análise do livro**: Do Espírito das Leis. Disponível em: <<https://rafamenegueli.jusbrasil.com.br/artigos/333177323/analise-do-livro-do-espirito-das-leis>>. Acesso em: 11 Jan. 2020.

MICELI, Paulo. **História Moderna**. 1. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2019.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

OBIOLS, Guillermo. **Uma introdução ao ensino de Filosofia**. Ijuí: Unijuí, 2002.

PACKTER, Instituto. **Curso de formação em Filosofia**. Disponível em: <Filosofiaadistancia.com.br/exposicoes/Socrates/VII.html>. Acesso em: 05 mai. 2019

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Sugestões de aula**. Documento postado no site Dia a dia educação. Disponível em: <<http://www.Filosofia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=233>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes curriculares da educação básica História**. Paraná: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008.

PARECER CNE/CES 492/2001. **Diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Filosofia**. 2001.

PEREIRA, José Flávio. A Sociedade moderna na França. In: PEREIRA, José Flávio.(org.). **Tempos Modernos**: economia, política, religião e arte. Maringá: EDUEM, 2011. p. 39-50.

PEREIRA, Wigvan. **Estratégias para o ensino de Filosofia**. Informação postada no site Brasil Escola, Disponível em: <<https://educador.brasilescola.uol.com.br/estrategias-ensino/Filosofia.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

PEREIRA, Wigvan. **Princípio da separação de poderes**. Informação postada no site UOL, Brasil Escola. Disponível em: <<https://educador.brasilescola.uol.com.br/estrategias-ensino/Filosofia.htm>>. Acesso em: 07 set. 2018.

PEREIRA, Wigvan. **Sugestões para trabalhar Filosofia da ciência em sala de aula**. Informação postada no site UOL, Brasil Escola. Disponível em: <<https://educador.brasilescola.uol.com.br/estrategias-ensino/Filosofia.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ. **Resolução 224/2018 – CONSUN**. Disponível em: <<https://www.pucpr.br/cursos-graduacao/Filosofia-licenciatura/>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. Brasil Escola. **Sugestões para aulas de Filosofia: espaços para a construção do conhecimento**. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/informatica/artigos/48358/google-analytics>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

RADIO CULTURA FOZ. Disponível em: <<https://www.radioculturafoz.com.br>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

RIC MAIS, notícias. Disponível em: <<https://ricmais.com.br/noticias/>>. Acesso em: 06 mai. 2018.

RODRIGO, Lídia Maria. **Filosofia em sala de aula**: teoria e prática para o Ensino Médio. São Paulo: Autores associados, 2009.

SARDÁ, Daniela Nienkotter. **A história do ensino de filosofia no sistema escolar francês e brasileiro**. Revista História da Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 56, p. 187-206, 2018.

SARTORATO, Eduardo. **Pesquisa Bibliográfica**. Goiânia, 16 jun. 2004. Disponível em: <<http://pesquisabibliografica.blogspot.com.br>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

SOFISTE, Juarez Gomes. **Sócrates e o ensino de Filosofia**: Investigação dialógica: Uma pedagogia para a docência de Filosofia. Petrópolis: Vozes, 2007.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Três Poderes**. Informação postada no site Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/politica/tres-poderes.htm>>. Acesso em: 07 set. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. **Disciplinas**. Disponível em: <<http://www.dfl.uem.br/index.php/disciplinas-ofertadas/estrutura-curricular>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Disciplinas da estrutura curricular**. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portalunioeste/prograd-outros/cursos-campus-todos/toledocampus?campi=0&curso=TOO0035>. Acesso em: 29 dez. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA. **Sobre o curso**. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/graduacao/Filosofia/sobre>. Acesso em: 29 dez. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Edital n. 001/2017**: Mestrado Profissional em Filosofia seleção de alunos. Prof-Filo. Turma 2018-2020. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-filo/files/2016/09/EDITAL-2017-PROF-FILO.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Histórico**. Prof-Filo Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-filo/historico/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **O que é um mestrado profissional?** Prof-Filo. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-filo/o-que-e-um-mestrado-profissional/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Área de concentração e linhas de pesquisa**. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-filo/area-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa/>> Acesso em: 05 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Disciplinas**. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-filo/disciplinas/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **O Prof-Filo**. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-filo/prof-filo/>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Processo seletivo**. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-filo/processo-seleativo/>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Público-Alvo**. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-filo/publico-alvo/>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Regulamento do Mestrado profissional em Filosofia-PROF-FILO**. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/prof-filo/files/2016/05/Regulamento-PROF-FILO-1.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **RESOLUÇÃO n. 78/10-CEPE**. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/Filosofia/files/2016/02/Res78-10CEPE-Filosofia.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2019.

UNIVERSIDADE PARANAENSE. **Licenciatura em Filosofia**. Disponível em: <<https://ead.unipar.br/graduacao/Filosofia/>>. Acesso em: 29 dez. 2019.

UNIVERSIDADE PAULISTA. **Filosofia licenciatura**. Disponível em: <https://www.unip.br/Ead/ensino/graduacao/licenciatura_Filosofia>. Acesso em: 29 dez. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Produto Final

SEQUÊNCIA DIDÁTICA	
Instituição: Colégio Estadual Professor Mariano Camilo Paganoto	
Disciplina: Filosofia	Série/ano: 2ª A
Professor: Paulo Roberto Batista	
Tema da aula: A separação dos poderes em Montesquieu.	
Data de aplicação da regência: 03 de julho de 2019.	Número de aulas: 04
Objetivo: Desenvolver competências e habilidades do aluno no exercício de liberdade da própria capacidade de ler, interpretar, levantar hipóteses, fazer relações, descobrir pressupostos e destacar argumentos a partir da reflexão sobre a separação dos poderes em Montesquieu nos espaços públicos que compreendem os poderes executivo, legislativo e judiciário.	
Conteúdo Estruturante: Filosofia Política. Conteúdo específico: A separação dos poderes em Montesquieu.	
Metodologia: Aula expositiva: Apresentar aos estudantes a teoria política defendida por Montesquieu sobre a separação dos poderes a partir de três excertos do livro XI, capítulo VI da obra 'Do Espírito das Leis'. Sensibilização: Após a exposição inicial sobre o problema tratado pelo filósofo os alunos são conduzidos a prefeitura municipal, câmara de vereadores e fórum da comarca para aprofundar o pensamento do autor nos espaços públicos que representam os três poderes. Problematização: Tudo estaria perdido se o mesmo homem exercesse os três poderes.	

Investigação: levar o aluno a buscar em Montesquieu elementos que visam a solução do problema.

Conceituação: levar o aluno a recriar os conceitos encontrados ou mesmo a criar novos conceitos a partir do contato com o pensamento de Montesquieu sobre a separação dos poderes.

Recursos didáticos:

Livro didático e transporte para o trajeto da escola aos espaços públicos.

Avaliação:

Leitura, debate e escrita.

O instrumento avaliativo será composto de leitura do texto filosófico fragmentado em três excertos, debate tomando uma posição, defendendo a posição argumentativamente e escrita a partir da elaboração de uma dissertação.

Referências:

COTRIM, Gilberto; FERNANDES Mirna. **Fundamentos de filosofia** /4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Martin Claret, 2010.



<https://www.politize.com.br/separacao-dos-tres-poderes-executivo-legislativo-e-judiciario/>

Montesquieu: a separação dos poderes.

Objetivos

Apresentar aos estudantes a teoria política defendida por Montesquieu na obra *O Espírito das Leis*, pela qual os poderes devem ser autônomos.

Levar os alunos a compreenderem a quem compete legislar, administrar e julgar a partir do pensamento montesquiano sobre as três espécies de poder.

Apontar o problema levantado por Montesquieu sobre a necessidade de os poderes manterem-se autônomos e constituído por pessoas diferentes.

Contato com o filósofo.

O objetivo é a apropriação do aluno ao texto filosófico a partir da excertos da obra e promover a capacidade da leitura e interpretação na intenção de levar o estudante a fazer relações com os problemas do cotidiano frente a inquietação do filósofo estudado.

Texto 01: "Para que não se possa abusar do poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder detenha o poder" (Montesquieu. *Do Espírito das Leis*. p. 168).

Texto 02: "há em cada Estado três tipos de poderes [...] pelo primeiro, o príncipe se faz leis" faz leis [...] pelo segundo, declara paz ou guerra [...], pelo terceiro, pune os crimes ou julga os litígios dos particulares" (Montesquieu. *Do Espírito das Leis*. p. 168-169).

Texto 3: "Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo de principais ou de nobres ou do povo exercesse estes três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou os litígios dos particulares" (Montesquieu. *Do Espírito das Leis*. p. 169).

Referências

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES Mirna. *Fundamentos de filosofia* /4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Diante do problema sobre o abuso do poder, Montesquieu procura apresentar como modelo de todo bom governo a rigorosa separação dos poderes, visando que o poder coloque limites no poder.

A partir do capítulo VI, do Livro XI, "Do Espírito das Leis", o filósofo faz uso da constituição da Inglaterra para defender a existência da separação do poder do Estado em três poderes.

Para Montesquieu, cada poder deve ter funções diferentes, a um fazer leis, corrigi-las ou revogá-las, a outro os cuidados da segurança e a diplomacia para impedir invasões e guerras, enquanto o outro caberia a punição dos crimes e o julgamento dos litígios.

Para que a separação dos poderes alcance independência e autonomia, Montesquieu, advoga que a formação dos poderes deve estar isenta de pessoas de um poder ocupando lugar em outro poder, pois as interferências poderiam causar danos irreparáveis.

O uso dos espaços públicos.

Para oportunizar aos alunos um ingresso desejável e prazeroso sob a separação dos poderes após a exposição inicial sobre a tese montesquiana, propomos ao professor que haja uma sensibilização a partir do uso dos espaços públicos da prefeitura municipal (executivo), câmara municipal (legislativo) e fórum do município (judiciário).

Não se trata de uma visita técnica, mas de utilizar os espaços públicos da cidade como recurso didático com fins pedagógicos, visando levar os alunos a conhecerem 'in loco' as três espécies de poderes, compreenderem a quem compete administrar, legislar e julgar e problematizarem o assunto.



<https://www.britannica.com/biography/Montesquieu>

Charles - Louis de Secondat, nasceu em 18 de janeiro de 1689 na cidade de Bordeaux, na França, e ficou conhecido como o Barão de Montesquieu.

ATIVIDADE

Desenvolvimento da habilidade de leitura e escrita

Após a leitura dos três textos selecionados, elabore uma dissertação com base no tema: "a separação dos poderes", relacionando o pensamento político de Montesquieu com a realidade a partir das questões filosóficas abaixo: a) No Brasil existe autonomia dos poderes? Existe liberdade onde não há a separação dos poderes? Quais as consequências do abuso do poder?

Material complementar

Montesquieu. **Cartas Persas**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

Filme: **O Absolutismo: A Ascensão de Luís XIV**, 1966 · Drama/Filme histórico · 1h 42m.



APÊNDICE B – Aluno 1

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: feminino

2). Indique sua idade 15

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Não necessariamente. O conteúdo já havia sido
compreendido, então a visita técnica foi inte-
ressante para a exemplificação do conteúdo.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, pois visitar os locais fez com
que a política tratada no conteúdo se
torasse algo real, não apenas teoria.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim, pois visitando o local é possível ter uma visão mais "real" do conteúdo.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Sim, contribuiu, pois dessa forma o conteúdo ficou mais interessante para os alunos.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Desigualdade social, observando as escolas públicas e privadas, Gardóbio, observando os tamanhos de roupa que tem nas lojas.

APÊNDICE C – Aluno 2

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: Feminino

2). Indique sua idade 15

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Não necessariamente. O conteúdo já havia sido compreendido, então a visita técnica foi interessante para a exemplificação do conteúdo.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, pois visitar os locais fez com que a política tratada no conteúdo se tornasse algo real, não apenas teoria.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim, pois visitando o local é possível ter uma visão mais "real" do conteúdo.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Sim, contribuiu, pois dessa forma o conteúdo ficou mais interessante para os alunos.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Desigualdade social, observando as escolas públicas e privadas, Gerdorobia, observando os tamanhos de roupa que tem nas lojas.

APÊNDICE D – Aluno 3

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: MASCULINO

2). Indique sua idade 26

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

SIM, PORÉM NÃO FOI MUITO CONSISTENTE, FOI BEM
LEGAL.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

SIM, EU APREDI MAIS DO QUE SE FICASSE NA
SALA DE AULA.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim, pois nos saímos da qualificação de
sempre nos ajudou a aprender mais.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Não, pois como falei acima é bem melhor
que saímos da nossa zona de conforto.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Podemos ir na capela ou no Gram
ão.

APÊNDICE E – Aluno 4

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: Masculino

2). Indique sua idade 16 anos

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, pois além das aulas ^{teóricas} ~~teóricas~~ dentro das salas de aula, vimos na prática como funciona a divisão dos três poderes.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, fugimos um pouco do "padrão" de sempre estar em uma sala.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim, pois com uma boa explicação podemos aprender em qualquer lugar.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Sim pois é algo novo para mim, logo se torna algo mais atraente e interessante.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Sim como a fé e religião nos templos e igrejas.

APÊNDICE F – Aluno 5

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: Masculino

2). Indique sua idade 35/36

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim. Aprendi sobre coisas que eu não sou-
ria saber que muito mais que a parte IV
por ser pelo ensino

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim. Foi muito importante para aumentar
meu conhecimento

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim porque uma aula mais produtiva
desperta o interesse do aluno

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Sim. Sim muito mais por uma aprendizagem

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Sim. Desempenho e um bom lugar Templo
Budista, Polo Esportivo

APÊNDICE G – Aluno 6

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: Masculino

2). Indique sua idade 16

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, pois os conteúdos ficam mais fáceis para aprender e reter.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, pois a aula tratada de uma forma mais viva e criativa.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim, a sala de aula desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Sim, despertou o interesse pelo conteúdo.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Sim, por exemplo, a filosofia da justiça.

APÊNDICE H – Aluno 7

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: masculino

2). Indique sua idade 16

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, porque quando não sei a local, não aprendo com atenção.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, porque ao estudar tudo a lado.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Não, pois fora da escola também se adquire conhecimento.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Sim, porque sendo uma visita é mais atrativo pela matéria do (ser) isso em lugares que ainda não frequentamos.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

O tempo livre, a religião.

APÊNDICE I – Aluno 8

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: masculino

2). Indique sua idade 16

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim. Pois, aprender em sala de aula é bom,
mas poder tirar as dúvidas pessoalmente é
ainda melhor.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim. Ligava para a mais noção da utilidade
de cada poder, e acho que aulas como esta são
muito esclarecedoras.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Certo que pode-se construir aprendizado em qualquer lugar que o aluno esteja.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Com certeza. Ter com as próprias olhos sobre o que estamos estudando é muito mais empolgante.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Com certeza. Certo que seria interessante uma visita ao Polo Astronômico e a importância da astronomia em nossa cultura.

APÊNDICE J – Aluno 9

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: masculino

2). Indique sua idade 16

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim; porque sim; o vereador não parava de falar.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim; porque é interessante em os meus sonhos porque andam lado a lado

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

*Não; porque tem outros lugares que você pode interagir
e cada poder*

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Sim; porque é interessante participar dessas aulas

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

*Sim; lugares onde ficamos e interagimos as
coisas*

APÊNDICE K – Aluno 10

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: feminino

2). Indique sua idade 16 anos

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim eu aprendi bastante sobre os 3 poderes
consegui tirar tudo de minha duvida

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim pois tivemos contato com isso, um sab
e tomá-lo na prática

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim, sim abriu-se cada um mais na sala
da filosofia

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Sim pois desperta muito o interesse do
conteúdo

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Sim. Pois assim vai interessar mais os alunos
a conhecer

APÊNDICE L – Aluno 11

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: feminino

2). Indique sua idade 16 anos

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, pois conseguimos ver realmente como funciona
a separação dos três poderes

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, por uma jeito diferente de aprendermos o
conteúdo

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim, nós vemos na prática o funcionamento dos poderes

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Sim, a visita contribui para despertar o conteúdo mais "prático" e interessante

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Sim, "fé e razão" igreja e museu

APÊNDICE M – Aluno 12

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: feminino

2). Indique sua idade 16

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, porque lá os próprios vereadores puderam nos explicar como funciona a discussão sobre as leis, e as melhorias e mudanças que são feitas na cidade.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, porque lá, na conversa sobre o tema, usamos exemplos de nossos bairros, onde poderia ser feita melhorias e como os três poderes tomam essas decisões.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim, porque isso gera mais interesse nos alunos, e uma aula mais dinâmica e descontraída.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Não, contribuiu sim para o interesse dos alunos, pois nos foram apresentadas oportunidades para discutir juntos outros temas sociais e apresentar projetos.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Sim. Por exemplo sobre desigualdade social; observa as comunidades e as condomínios, ou as escolas públicas e as escolas particulares.

APÊNDICE N – Aluno 13

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: Feminino

2). Indique sua idade 16 anos

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim; Porque além de nos prender a atenção, foi melhor para
nosso aprendizado

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim; Nós realmente ficamos curiosos em conhecer esses locais e
também podemos esclarecer dúvidas.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim; O conhecimento não é só feito em sala de aula, sempre achei que fosse melhor aulas fora de sala.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Sim; porque aula dentro da sala e da escola sempre começa a desgastar e nos faz perder o interesse em todos os assuntos.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Sim; Eu particularmente adoraria falar sobre a vida e a morte, no hospital ou no cemitério.

APÊNDICE O – Aluno 14

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: masculino

2). Indique sua idade 16

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, favoreceu, com o uso oportuno e eficiente
além do que na sala de aula.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, com a vida até nos locais
educacionais como é descrito os eus
de nosso município

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

não, as vezes ficar em sala pode ser mais produtivo.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Amos são boas, as vezes é bom variar ficar sempre no mesmo lugar não é bom e chato e cansativo.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Sim, a filosofia é ampla em conteúdo, podendo ir ao limite das coisas, andar na mata, na montanha ou no tempo praista também.

APÊNDICE P – Aluno 15

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: masculino

2). Indique sua idade 15 anos

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, pois o professor promoveu uma atividade bem diferente que as atividades comuns em sala de aula e com isso eu vi que tudo o que estudamos era realmente realizado na vida real

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, pois eu consegui ter uma compreensão diferente do que eu entendia sobre o conteúdo

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim, pois eu entendi muito mais conteúdos que na sala prática

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Sim, pois é muito mais divertido, realiza atividades fora da sala de aula.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Sim, podemos ir em parques para discutir a questão da fé

APÊNDICE Q – Aluno 16

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: Masculino

2). Indique sua idade 15

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, ~~estou~~ excelente professor, acredito que
tudo na vida é mais fácil na prática do que
na teoria.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim. Isso acaba estimulando os alunos a aprender
a matéria, mesmo até não percebendo isso
professor.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim. Pode aprender realmente sobre os três poderes e finalmente parar de ficar pela matéria.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Na aula prática é mais estimulante, pela fato de ser diferente e acabar com as coisas monótonas.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Ultimamente. Sobre a vida onde há uma orquestra, pode ser estudada. E em minha opinião tudo é orquestra a partir da vida e este ciclo tem fim na morte, então acredito que poderia ser no cemitério.

Ultimamente por enriquecer nosso conhecimento, e a esta aula nos inspirar sobre filosofia e.

APÊNDICE R – Aluno 17

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: Masculino

2). Indique sua idade 15

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, favoreceu no aprendizado
utilizar espaços como esse nos
ajuda a compreender melhor
o conteúdo estudado

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, isto cria um pensamento
criativo no aluno para com
prender sua sociedade.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Não, o aprendizado em sala é bom, mas espaços como esse só fortalecem mais os conteúdos em sala.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Sim, esta técnica de ensino é bem mais atraente do que uma aula normal.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Sim, abordar outros conteúdos em sala é uma forma muito boa de ensinar, por exemplo em lugares públicos.

APÊNDICE S – Aluno 18

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: Masculino

2). Indique sua idade 15 anos

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, o jeito mais fácil de aprender é na prática, sendo assim, considerando os órgãos públicos mais importantes na sociedade.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, foi uma experiência "muito instigante e criativa."

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim, depois disso comecei a ~~me~~ estudar mais sobre esses assuntos.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Concentro a aula mais e é bem mais motivadora e atraente e ainda ajuda a tirar a tensão do dia.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Claramente sobre a morte e a importância da vida, cujo seria no cemitério.

Obrigado por enriquecer nosso conhecimento, e a cada aula nos inspira sobre a filosofia
😊

APÊNDICE T – Aluno 19

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: masculino

2). Indique sua idade 15

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim. Quando temos a oportunidade de ir até o ambiente onde o conteúdo estudado na sala é aplicado conseguimos fixar-lo muito melhor.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, pois tivemos a oportunidade de conhecer por 1ª vez esses espaços e (assim) melhor aprendemos, fixamos, o conteúdo teórico passado em sala de aula de forma menos monótona, pois foi através dessa experiência com os resultados, mas que foi muito enriquecedora do ponto de vista pedagógico.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim, pois quando conversando com os vereadores e ouvindo as falas do professor dentro destes espaços aprendemos muito mais facilmente do que dentro de sala.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Com certeza foi muito mais interessante que uma aula normal, pois normalmente são muito chatos.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Sim, por exemplo a questão de Fé e Razão, dentro das igrejas e templos religiosos como o templo budista.

APÊNDICE U – Aluno 20

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: feminino

2). Indique sua idade 15

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, me ajudou a visualizar melhor a
separação dos poderes.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, a minha me aproximou da poli-
tica e da investigação sobre ela.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim, pode se aprender em qualquer lugar, porém é mais interessante e melhor pensado se for em um lugar de cativante das pessoas.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Cativante porque aprendemos a fazer a prática a função de cada poder hoje em dia.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Sim, esperança Hospital de Câncer.

APÊNDICE V – Aluno 21

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: Feminino

2). Indique sua idade 15

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, pois adquiri conhecimento nos quais eu não sabia, sobre prefeitura e etc.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, foi muito bom ir nesses locais, para mais conhecimento

APÊNDICE X – Aluno 22

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: Feminino

2). Indique sua idade 19

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, pois com essa visita técnica nós
alunos aprendemos várias formas de
governo no país.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, pois além de ser interessante esses
lugares eles também são importantes para
o Brasil e também mostram que eles
estão lado a lado.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Não, pois há lugares na qual ~~as~~ são importantes para o aprendizado.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Sim, pois há várias coisas que pode nos interessar no futuro

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Sim. Teoria e Budismo, onde podemos distinguir as crenças.

APÊNDICE Y – Aluno 23

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: Feminino

2). Indique sua idade 16

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, pelo conteúdo que exploramos fora da sala de aula e não se tornou mais compreensível de todo o contexto da política.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, porque assim torna mais fácil com quem se tem mais para entender melhor como tudo funciona.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Sim, pois o lugar não é o mesmo e com isso as
relações e o tipo de aprendizagem são diferentes.

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Depende do aluno e dos interesses dele, em parti-
cular sim, pois mesmo conteúdo é tão interes-
sante se você tiver o olhar curioso.

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Sim, por exemplo sobre as culturas diferentes, como as
das tribos indígenas, ou um pouco sobre a filosofia
de Kant e a aplicação.

APÊNDICE Z – Aluno 24

Questionário

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de dissertação do Mestrado Profissional em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

O questionário é anônimo, não devendo por isso colocar a sua identificação em nenhuma das folhas nem assinar o questionário.

Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicita-se que respondam de forma espontânea e sincera a todas as questões.

1). Indique seu sexo: masculino

2). Indique sua idade 15

3). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes favoreceu ao aprendizado do conteúdo? Justifique sua resposta.

Sim, porque lá ele entende como é que o
professor fala e os alunos que são iguais de
outros lugares.

4). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes aproximou o ensino de filosofia das questões tratadas na vida e na realidade do aluno de forma instigante viva e criativa? Justifique sua resposta.

Sim, porque isso ajuda mais a vermos que
lá não é o que o mundo tanto
fala e isso ajuda nos a termos um
pensamento diferente.

5). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes desconstruiu a visão reduzida do conhecimento construído exclusivamente na sala de aula com carteiras enfileiradas, caderno, livro, quadro e giz? Justifique sua resposta.

Não, porque lá não é a mesma coisa
porque lá além de estudar nós vivemos em
coisas como realmente vamos

6). O uso dos espaços que compõe os três poderes no município de Foz do Iguaçu utilizados na aula de filosofia sobre a separação dos poderes contribuiu para despertar o interesse pelo conteúdo ou uma aula tradicional restrita a escola e sala de aula é mais motivadora e atraente? Justifique sua resposta.

Não, porque lá foi uma aula bem mais
legal além de aprendermos nós vivemos um
momento

7). Outros conteúdos ou temas da filosofia podem ser enriquecidos com o uso dos espaços públicos da cidade onde moramos? Aponte um conteúdo ou tema da filosofia e indique um espaço público para filosofar?

Não, Os Iguaçu

ANEXOS

ANEXO 1 – Matriz curricular do Curso de Filosofia da PUCPR



Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Conselho Universitário

RESOLUÇÃO Nº 224/2018 – CONSUN

APROVA A ALTERAÇÃO DA MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE FILOSOFIA – LICENCIATURA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES – CAMPUS CURITIBA, A VIGORAR A PARTIR DE 2019. (*)

O Presidente do Conselho Universitário, no uso de suas atribuições estatutárias e tendo em vista o Parecer nº 146/2018 – CAMGRAD, aprovado pela Câmara de Graduação na sessão de 12 de novembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a alteração da matriz curricular do Curso de Filosofia – Licenciatura da Escola de Educação e Humanidades – Câmpus Curitiba, a vigorar a partir de 2019.

Art. 2º Determinar a estrutura curricular do curso como segue:

CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA
ESCOLA DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

EIXO INTEGRADO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA

1º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
1	Filosofia		4	0	4	80	60	60	0
2	Sociologia da Educação		2	0	2	40	30	60	0
3	Prática Profissional: Pesquisa Educacional		0	2	2	40	30	0	60
4	Leitura e Escrita Acadêmica		4	0	4	80	60	60	0
TOTAL			10	2	12	240	180		

2º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
5	Ética		2	0	2	40	30	60	0
6	Filosofia da Educação		2	0	2	40	30	60	0
7	Prática Profissional: Pesquisa da Prática Pedagógica	3CD	0	2	2	40	30	0	60
TOTAL			4	2	6	120	90		

3º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
8	Cultura Religiosa		2	0	2	40	30	60	0
9	Políticas Educacionais e Gestão da Escola		4	0	4	80	60	60	0
10	Prática Profissional: Gêneros Textuais Didáticos		0	2	2	40	30	0	60
TOTAL			6	2	8	160	120		



Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Conselho Universitário

PUCPR

GRUPO MARISTA

4º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
11	Aprendizagem e Cognição		4	0	4	80	60	60	0
12	Prática Profissional: Modelos de Análise de Materiais Didáticos		0	2	2	40	30	0	60
TOTAL			4	2	6	120	90		

5º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
13	Mediação e Prática Pedagógica		4	0	4	80	60	60	0
TOTAL			4	0	4	80	60		

6º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
14	Metodologias para Aprendizagem Ativa		2	0	2	40	30	60	0
15	Educação em Direitos Humanos		2	0	2	40	30	60	0
TOTAL			4	0	4	80	60		

7º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
16	LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)		2	0	2	40	30	60	0
17	História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena		2	0	2	40	30	60	0
TOTAL			4	0	4	80	60		

8º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
18	Educação Ambiental		2	0	2	40	30	60	0
TOTAL			2	0	2	40	30		

EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

1º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
19	Mitologia		2	0	2	40	30	60	0
20	História da Antiguidade Clássica		4	0	4	80	60	60	0
21	Fundamentos do Pensamento Filosófico		4	0	4	80	60	60	0
22	História da Filosofia Antiga		4	0	4	80	60	60	0
23	Teoria do Conhecimento I		2	0	2	40	30	60	0
TOTAL			16	0	16	320	240		

2º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
24	Prática Profissional: Pesquisa no Ensino de Filosofia	7CD	0	2	2	40	30	0	60
25	Retórica e Oratória		2	0	2	40	30	60	0
26	Teoria do Conhecimento II		2	0	2	40	30	60	0
27	Fundamentos de Lógica		2	0	2	40	30	60	0
28	História da Filosofia Patrística e Medieval		4	0	4	80	60	60	0
29	Fundamentos de Sociologia		4	0	4	80	60	60	0
TOTAL			14	2	16	320	240		

3º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
30	Prática Profissional: Análise de Material Didático de Filosofia	10CD	0	2	2	40	30	0	60
31	Filosofia Política I		4	0	4	80	60	60	0
32	Fundamentos da Antropologia		4	0	4	80	60	60	0
33	História da Filosofia Moderna I		4	0	4	80	60	60	0
34	Tópicos de Ética I		4	0	4	80	60	60	0
TOTAL			16	2	18	360	270		



Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Conselho Universitário

PUCPR

GRUPO MARISTA

4º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
35	Prática Profissional: Elaboração de Material Didático de Filosofia		0	2	2	40	30	0	60
36	História da Filosofia Moderna II		4	0	4	80	60	60	0
37	Filosofia da Ciência		4	0	4	80	60	60	0
38	Filosofia Geral: Problemas Metafísicos		4	0	4	80	60	60	0
39	Tópicos de Ética II		4	0	4	80	60	60	0
TOTAL			16	2	18	360	270		

5º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
40	Prática Profissional: Planejamento, Pesquisa e Leitura de Textos Filosóficos I		0	4	4	80	60	0	60
41	Estágio Supervisionado I	RP1200HR	0	6	6	120	90	0	30
42	Metodologia do Ensino de Filosofia		2	0	2	40	30	60	0
43	História da Filosofia Contemporânea I		4	0	4	80	60	60	0
44	História da Arte		2	0	2	40	30	60	0
TOTAL			8	10	18	360	270		

6º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
45	Prática Profissional: Planejamento, Pesquisa e Leitura de Textos Filosóficos II		0	4	4	80	60	0	60
46	Estágio Supervisionado II	41CD	0	6	6	120	90	0	30
47	História da Filosofia Contemporânea II		4	0	4	80	60	60	0
48	Estética		2	0	2	40	30	60	0
TOTAL			6	10	16	320	240		

7º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
49	Prática Profissional: Produção e Apresentação da Pesquisa em Filosofia I		0	2	2	40	30	0	60
50	Estágio Supervisionado III	46CD	0	8	8	160	120	0	30
51	Filosofia da Arte		2	0	2	40	30	60	0
52	Filosofia da Linguagem e da Mente		4	0	4	80	60	60	0
53	Bioética		2	0	2	40	30	60	0
TOTAL			8	10	18	360	270		

8º PERÍODO

Ordem	Disciplinas	Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
54	Prática Profissional: Produção e Apresentação da Pesquisa em Filosofia II		0	3	3	60	45	0	60
55	Estágio Supervisionado IV	50CD	0	7	7	140	105	0	30
56	Sabedoria Oriental		2	0	2	40	30	60	0
57	Pensamento Contemporâneo		4	0	4	80	60	60	0
TOTAL			6	10	16	320	240		

Disciplinas (*)		Requisito	AT	AP	CRED	HA	HR	MT	MP
Eletivas (**)			0	0	16	320	240	0	0
Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento (***)			0	0	0	200	200	0	0
Projeto Comunitário (****)			0	2	2	40	30	0	60
TOTAL			0	2	18	560	470		

TOTAL GERAL			128	56	200	4200	3200		
--------------------	--	--	------------	-----------	------------	-------------	-------------	--	--

Rua Imaculada Conceição, 1155 Prado Velho CEP 80215-901 Curitiba Paraná Brasil
Tel.: (41) 3271 1515 www.pucpr.br



Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Conselho Universitário

PUCPR

GRUPO MAJISTA

Ordem: Ordem das disciplinas na matriz

AT: Aulas Teóricas

AP: Aulas Práticas

Cred: Créditos

HA: Total de Horas/Aula

HR: Total de Horas Relógio

MT: Modulação Teórica

MP: Modulação Prática

Requisito: PR = Pré-requisito, CR = Co-requisito, CD = Co-requisito Direcional, RP = Requisito Posição (CT = Créditos, % = percentual de HR, h = total de horas relógio), RE = Requisito Especial.

* Componentes Curriculares a serem cumpridos ao longo do curso.

** Para cursar uma disciplina eletiva, devem ser atendidos os seus requisitos.

*** Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento devem ser cumpridas conforme regulamento próprio do curso.

Dentre as disciplinas optativas, é ofertada a disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

**** Projeto comunitário deve ser cumprido conforme regulamento institucional.

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Sala de Sessões do Conselho Universitário em Curitiba, aos doze dias do mês de novembro de dois mil e dezoito.


Waldemiro Gremski
PRESIDENTE

ANEXO 2 – Matriz Curricular do Curso de Filosofia UNIPAR

29/12/2019

Licenciatura em Filosofia - Graduação a Distância Unipar

**MÓDULO 1**

Ética

Didática I

MÓDULO 2

Políticas Educacionais, Legislação e Organização da Educação Básica

Metodologia da Pesquisa

MÓDULO 3

Psicologia da Educação (Adolescência e Aprendizagem)

Filosofia da Educação

MÓDULO 4

Filosofia Antiga

Leitura e Produção de Textos

MÓDULO 5

Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação

Teoria do Conhecimento



Gestão Educacional I (Ambientes Educativos Não Escolares)

MÓDULO 7

Educação Especial e Inclusão Social

Noções de Estética e História da Arte

MÓDULO 8

Filosofia Moderna

Noções de Lógica

MÓDULO 9

Filosofia da Religião

Tecnologias Educacionais

Metodologia para o Ensino de Filosofia - Antiguidade à Modernidade

MÓDULO 10

Filosofia Contemporânea - Século XIX

Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS

MÓDULO 11

Filosofia da Linguagem

Filosofia Política



MÓDULO 12

Filosofia Contemporânea – Século XX

Currículo da Educação Básica

Estágio Supervisionado em Filosofia II

MÓDULO 13

Pesquisa em Educação

Metodologia para o Ensino de Filosofia - Marx ao Pós-Estruturalismo

MÓDULO 14

Diversidade Cultural e Cidadania

Filosofia da História

MÓDULO 15

Estágio Supervisionado em Filosofia III

MÓDULO 16

Gestão Educacional II (Ambientes Educativos escolares)

Estágio Supervisionado em Filosofia IV

ANEXO 3 – Matriz Curricular Curso de Filosofia CEUCLAR

30/12/2019

Impressão - Matriz Curricular | Claretiano - Rede de Educação

Impressão - Matriz Curricular

Filosofia

3 encontros no semestre, aos sábados

Período	Disciplina	Carga horária
1º Semestre	Antropologia, Ética e Cultura	60
1º Semestre	Dissertação Filosófica	60
1º Semestre	Lógica Clássica	90
1º Semestre	Paideia: Tópicos de Filosofia e Educação	90
2º Semestre	Comunicação e Linguagem	60
2º Semestre	Fundamentos da Educação	90
2º Semestre	História da Filosofia Antiga e Medieval	90
2º Semestre	Lógica Simbólica	60
3º Semestre	Ética e Filosofia Política	90
3º Semestre	História da Filosofia Moderna	90
3º Semestre	Políticas da Educação Básica	60
3º Semestre	Projeto - Ética e Filosofia Política	50
3º Semestre	Projeto - História da Filosofia Moderna	50
3º Semestre	Psicologia da Educação	60
4º Semestre	Didática e Metodologia do Ensino de Filosofia	90
4º Semestre	Estética	60

4º Semestre	Filosofia da Ciências Sociais	60	
4º Semestre	História da Filosofia Contemporânea	90	
4º Semestre	Projeto - Didática e Metodologia do Ensino de Filosofia	50	
4º Semestre	Projeto - História da Filosofia Contemporânea	50	
5º Semestre	Filosofia da Linguagem e Filosofia da Mente	90	
5º Semestre	Fundamentos da Educação Inclusiva	60	
5º Semestre	Metodologia da Pesquisa Científica	60	
5º Semestre	Projeto - Filosofia da Linguagem e Filosofia da Mente	50	
5º Semestre	Projeto - Tópicos de Filosofia Contemporânea	50	
5º Semestre	Tópicos de Filosofia Contemporânea	90	
6º Semestre	Estágio Curricular Supervisionado	400	
6º Semestre	Filosofia nas Américas	60	
6º Semestre	Língua Brasileira de Sinais	60	
6º Semestre	Problemas Metafísicos	90	
6º Semestre	Projeto - Problemas Metafísicos	50	
6º Semestre	Projeto - Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência	50	
6º Semestre	Teoria do Conhecimento e Filosofia da Ciência	90	
-	Atividades Acadêmico-científico-culturais	200.0	
-	Trabalho de Conclusão de Curso	60.0	

ANEXO 4 – Matriz Curricular Curso de Filosofia UNIP

GRADE CURRICULAR

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMESTRAL
A Ética em Espinosa	60
Atividades Complementares	200
Ciências Sociais	30
Comunicação e Expressão	30
Descartes e a Filosofia Moderna	60
Didática Específica - Filosofia em sala de aula	30
Didática Geral	30
Direitos Humanos	30
Dualismo religioso	60
Educação Ambiental	30
Empirismo Moderno	60
Escolástica Cristã	30
Estágio Curricular	400
Estética	60
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	30
Estudos Disciplinares	60
Fenomenologia e Existencialismo	60
Filosofia Antiga Aristóteles	60
Filosofia Antiga	60
Filosofia da Linguagem	60
Filosofia da Religião	60
Filosofia Integrada	30
Filosofia Interdisciplinar	30
História do Pensamento Filosófico	60
Homem e Sociedade	30
Idealismo	60

Interpretação e Produção de Textos	30
Introdução à Educação a Distância	20
Introdução à Filosofia da Ciência	60
Kant	60
Língua Brasileira de Sinais	30
Maquiavel Povo e Governo do Povo	60
Materialismo e Marxismo	60
Metodologia do Trabalho Acadêmico	30
Métodos de Pesquisa	30
Optativa	20
Planejamento e Políticas Públicas de Educação	30
Prática de Ensino: Integração Escola-Comunidade	30
Prática de Ensino: Introdução à Docência	30
Prática de Ensino: Observação e Projeto	30
Prática de Ensino: Reflexões	30
Prática de Ensino: Trajetória da Práxis	30
Prática de Ensino: Vivência no Ambiente Educativo	30
Práticas como Componente curricular	400
Pré-Socráticos	60
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	30
Rousseau e o Contrato Social	30
Teoria do Conhecimento	60
Trabalho de Curso	30
Carga Horária Total	2.930 horas

Coordenador: Renato Bulcão

Observação: o PPC está disponível também nos polos de apoio presencial.

ANEXO 5 – Matriz Curricular Curso de Filosofia UNILA

Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Graduação

UNILA
Universidade Federal da Integração Latino-Americana

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE FILOSOFIA – LICENCIATURA

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITOS (PR) / CORRELACIONTOS (CC)	CREDITOS	CARGA HORÁRIA (HORAS-ABA)	TOTAL			
			TEÓRICA	PRÁTICA TECNICO-CIENTÍFICA	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (OBRIGATORIO)	ESTÁGIO OBRIGATORIO	
1º SEMESTRE							
FUNDAMENTOS DE AMÉRICA LATINA I		4	68	0	0	-	68
PORTUGUÊS/ESPAANHOL ADICIONAL BÁSICO		6	102	0	0	-	102
INTRODUÇÃO A FILOSOFIA		4	53	0	17	-	68
HISTÓRIA DA FILOSOFIA ANTIGA I		4	34	0	34	-	68
LEITURA E ESCRITA FILOSÓFICA		4	34	0	34	-	68
TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		22	209	0	85	0	374
2º SEMESTRE							
FUNDAMENTOS DE AMÉRICA LATINA II		4	68	0	0	-	68
INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CENTRÍFICO		4	68	0	0	-	68
PORTUGUÊS/ESPAANHOL ADICIONAL INTERMEDIÁRIO I	(pr) Português / Espanhol Adicional Básico	6	102	0	0	-	102
HISTÓRIA DA FILOSOFIA MEDIEVAL		4	68	0	0	-	68
METAFÍSICA		4	68	0	0	-	68
TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		22	374	0	0	0	374
3º SEMESTRE							
FUNDAMENTOS DE AMÉRICA LATINA III	(pr) Fundamentos de América Latina I e II	2	34	0	0	-	34
ÉTICA E CIÊNCIA		4	68	0	0	-	68
HISTÓRIA DA FILOSOFIA MODERNA I		4	68	0	0	-	68
PROBLEMAS DA FILOSOFIA LATINO-AMERICANA		4	68	0	0	-	68
EDUCAÇÃO AMBIENTAL		2	37	0	17	-	34
FILOSOFIA POLÍTICA		4	68	0	0	-	68
TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		20	323	0	17	0	340
4º SEMESTRE							
HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA I		4	68	0	0	-	68
TEORIA DO CONHECIMENTO		4	68	0	0	-	68
ÉTICA		4	68	0	0	-	68
FILOSOFIA COLONIAL		4	68	0	0	-	68
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO		4	68	0	0	-	68
TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		20	340	0	0	0	340
5º SEMESTRE							
LÓGICA		4	34	0	34	-	68
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO		4	68	0	0	-	68
ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA E COLONIALISMO		4	68	0	0	-	68
HISTÓRIA DA FILOSOFIA ANTIGA II		4	68	0	0	-	68
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO		4	68	0	0	-	68
OPATIVIA I		4	68	0	0	-	68
TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		24	374	0	34	0	408
6º SEMESTRE							
ONTOLOGIA		4	68	0	0	-	68
EPISTEMOLOGIA DAS CIÊNCIAS - HUMANAS, SOCIAIS E NATURAIS		4	68	0	0	-	68
DIAGNÓSTICA E METODOLOGIA DE ENSINO		4	34	0	34	-	68
FILOSOFIA LATINO-AMERICANA		4	68	0	0	-	68
PRÁTICA DE ENSINO - CURRÍCULO		2	17	0	17	-	34
OPATIVIA II		4	68	0	0	-	68
TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		22	323	0	51	0	374
7º SEMESTRE							
PENSAMENTO DOS POVOS INDÍGENAS		4	68	0	0	-	68
HISTÓRIA DA FILOSOFIA MODERNA II		4	51	0	17	-	68
PRÁTICA DE ENSINO - AVALIAÇÃO		2	17	0	17	-	34
FILOSOFIA DA MENTE		4	51	0	17	-	68
POLÍTICA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL		2	17	0	17	-	34
DESCOLONIZAÇÃO EPISTÊMICA		4	51	0	17	-	68
TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		20	255	0	85	0	340

8º SEMESTRE							
TEC I		4	34	0	34		68
ESTÉTICA		4	37	0	37	-	68
FILOSOFIA DA LINGUAGEM		4	33	0	37	-	68
LIBRAS I		3	37	0	37	-	34
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATORIO I		10	-	-	-	170	170
DISCIPLINA LIVRE		4	68	0	0	-	68
TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		29	107	0	119	170	476
9º SEMESTRE							
HISTÓRIA DA FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA II		4	68	0	0	-	68
EDUCAÇÃO INCLUSIVA		2	37	0	37	-	34
GÊNERO E RELAÇÕES INTERCULTURAIS		2	37	0	37	-	34
TEÓRIAS DO PODER		4	68	0	0	-	68
TEC II		4	37	0	37	-	68
LIBRAS II	III Libras I	2	37	0	37	-	34
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATORIO II		20	-	-	-	340	340
TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		38	204	0	102	340	644
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES							
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES		15	-	-	-	-	255
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO							
HORA-AULA	HORA-RELÓGIO	MÍNIMA EXIGIDA PELO MEC (HORA-RELÓGIO)					
8927	1273	1200					
TOTAL CARGA HORÁRIA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (HORA-RELÓGIO)		411	MÍNIMA EXIGIDA PELO MEC (HORA-RELÓGIO)		400		
TOTAL ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES (HORA-RELÓGIO)		213	MÍNIMA EXIGIDA PELO MEC (HORA-RELÓGIO)		200		
TOTAL ESTÁGIO OBRIGATORIO (HORA-RELÓGIO)		425	MÍNIMA EXIGIDA PELO MEC (HORA-RELÓGIO)		400		

ANEXO 6 – Matriz Curricular do Curso de Filosofia UFPR

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO • RESOLUÇÃO Nº 78/10-CEPE

6-26

ANEXO I PERIODIZAÇÃO RECOMENDADA - Licenciatura						
Código	Disciplina	C.H. Semanal				Pré e co-requisitos
		AT	AP	EST	TOT	
1º Período						
HF 300	Introdução à Filosofia I	04			04	
HF397	Seminários de Leitura, Análise e Produção de Textos Filosóficos I	04			04	
HF305	Filosofia Geral I	04			04	
HF362	Lógica I	04			04	
2º Período						
HF336	História da Filosofia Antiga I	04			04	HF300 ou HF397 ou HF305 ou HF362
HF329	História da Filosofia Moderna I	04			04	HF300 ou HF397 ou HF305 ou HF362
HF376	Ética I	04	02		06	HF300 ou HF397 ou HF305 ou HF362
	Optativa	04			04	
3º Período						
HF308	Filosofia Política I	04	02		06	HF300 ou HF397 ou HF305 ou HF362
HF343	História da Filosofia Patrística e Medieval I	04	02		06	HF300 ou HF397 ou HF305 ou HF362
HF383	Teoria do Conhecimento I	04	02		06	HF300 ou HF397 ou HF305 ou HF362
	Optativa	04			04	
4º Período						
HF322	Filosofia da Linguagem I	04	02		06	HF300 ou HF397 ou HF305 ou HF362
HF355	História da Filosofia Clássica Alemã I	04	02		06	HF300 ou HF397 ou HF305 ou HF362
HF348	História da Filosofia Contemporânea I	04	02		06	HF300 ou HF397 ou HF305 ou HF362
	Optativa	04			04	
5º Período						
HF369	Estética I	04	02		06	HF300 ou HF397 ou HF305 ou HF362
HF315	Filosofia da Ciência I	04	02		06	HF300 ou HF397 ou HF305 ou HF362
	Optativa	04			04	
ET053	Psicologia da Educação	02	02		04	
EM200	Didática	02	02		04	
6º Período						
HF390	Teoria das Ciências Humanas I	04	02		06	HF300 ou HF397 ou HF305 ou HF362
	Optativa	04			04	
	Optativa	04			04	
EP 073	Política e Planejamento da Educação Brasileira	02	02		04	
EP 074	Organização do Trabalho Pedagógico	01		03	04	
ET 054	Estágio Supervisionado em Processos Interativos na Educação	01		03	04	
7º Período						
	Optativa	04			04	
	Optativa	04			04	
ET 083	Comunicação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS/Fundamentos da Educação Brasileira	02	02		04	
HF045	Monografia de Licenciatura I	04		03	07	HF300 ou HF397 ou

/EM 109						HF305 ou HF362
EM 107	Docência em Filosofia I	01		06	07	ET053 ou EM200 ou EP073, e HF045/EM109 (co-requisito)
8º Período						
	Optativa	04			04	
	Optativa	04			04	
HF046/EM 110	Monografia de Licenciatura II	04		06	10	EM107
EM 108	Docência em Filosofia II			06	06	HF045/EM109 e EM107, e HF046/EM110 (co-requisito)

ELENCO DE DISCIPLINAS OPTATIVAS COMPLEMENTARES

Código	Nome	CHT	CHP	EST	TOTAL	Pré-requisito
CF027	Introdução a Física	04	02	00	06	-----
CF365	História da Física	04	00	00	04	-----
HC106	Epistemologia das Ciências Sociais	04	00	00	04	-----
HC120	Sociologia da Cultura	04	00	00	04	HC307
HC125	Sociologia do Conhecimento	04	00	00	04	HC307
HC134	Teoria Crítica da Sociedade	04	00	00	04	HC307
HC255	Sociologia da Arte	04	00	00	04	HC307
HC256	Sociologia da Religião	04	00	00	04	HC307
HC278	Sociologia e Literatura	04	00	00	04	HC307
HC294	Cultura e Política	04	00	00	04	HC191
HC304	Teoria Contemporânea da Democracia	04	00	00	04	HC191
HC305	Sociologia e Psicanálise	04	00	00	04	HC307
HE007	Língua Alemã Instrumental I	00	04	00	04	-----
HE008	Língua Alemã Instrumental II	00	04	00	04	-----
HE020	Língua Espanhola Instrumental I	00	04	00	04	-----
HE021	Língua Espanhola Instrumental II	00	04	00	04	-----
HE036	Língua Francesa Instrumental I	00	04	00	04	-----
HE037	Língua Francesa Instrumental II	00	04	00	04	-----
HE049	Língua Inglesa Instrumental I	00	04	00	04	-----
HE050	Língua Inglesa Instrumental II	00	04	00	04	-----
HE063	Língua Italiana Instrumental I	00	04	00	04	-----
HE064	Língua Italiana Instrumental II	00	04	00	04	-----
HE069	Língua Alemã Instrumental III	00	04	00	04	-----
HE070	Língua Alemã Instrumental IV	00	04	00	04	-----
HE071	Língua Espanhola Instrumental III	00	04	00	04	-----
HE072	Língua Espanhola Instrumental IV	00	04	00	04	-----
HE074	Língua Francesa Instrumental III	00	04	00	04	-----
HE075	Língua Francesa Instrumental IV	00	04	00	04	-----
HE076	Língua Inglesa Instrumental III	00	04	00	04	-----
HE077	Língua Inglesa Instrumental IV	00	04	00	04	-----
HE078	Língua Italiana Instrumental III	00	04	00	04	-----
HE079	Língua Italiana Instrumental IV	00	04	00	04	-----
HF033	Tópicos Especiais de Metafísica I	04	00	00	04	HF300ouHF397 ouHF362ouHF305
HF034	Tópicos Especiais de Metafísica II	04	00	00	04	HF300ouHF397 ouHF362ouHF305
HF035	Tópicos Especiais em Fenomenologia I	04	00	00	04	HF300ouHF397 ouHF362ouHF305
HF036	Tópicos Especiais de Fenomenologia II	04	00	00	04	HF300ouHF397 ouHF362ouHF305
HF037	Tópicos Especiais em Filosofia Analítica I	04	00	00	04	HF300ouHF397 ouHF362ouHF305

ANEXO 7 – Matriz Curricular do Curso de Filosofia UEM

SERIAÇÃO DAS DISCIPLINAS

SÉRIE	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA						
		SEMANAL				ANUAL	SEMESTRE	
		TEOR.	PRÁT.	NÃO PRESENCIAL	TOTAL		1º	2º
1ª	História da Filosofia Antiga I	3	1	1	5		85	
	Introdução à Filosofia	3	1	1	5		85	
	Língua Grega I	4			4		68	
	Políticas Públicas e Gestão Educacional	3	1		4		68	
	Sociologia	4			4		68	
	História da Filosofia Antiga II	3	1	1	5			85
	Língua Grega II	4			4			68
	Lógica I	3	1	1	5			85
	Psicologia da Educação	3	1		4			68
	Redação Filosófica	2	2		4			68
2ª	Estética	3	1	1	5		85	
	Ética e Moralidade	3	1	1	5		85	
	Filosofia Política I	3	1	1	5		85	
	História da Filosofia Medieval I	3	1	1	5		85	
	Lógica II	3	1	1	5		85	
	Filosofia Política II	3	1	1	5			85
	História da Filosofia Medieval II	3	1	1	5			85
	Optativa I	4			4			68
	Seminário de Textos Filosóficos	3	1	1	5			85
	Teoria do Conhecimento I	3	1	1	5			85
3ª	Didática do Ensino da Filosofia	3	2		5		85	
	História da Filosofia Moderna I	3	1	1	5		85	
	Estágio Supervisionado de Filosofia I				7		119	
	Optativa II	4			4		68	
	Teoria do Conhecimento II	3	1	1	5		85	
	Estágio Supervisionado de Filosofia II				7			119
	Epistemologia	3	1	1	5			85
	História da Filosofia Moderna II	3	1	1	5			85
	Metodologia do Ensino de Filosofia	2	2		4			68
	Optativa III	4			4			68
4ª	Filosofia da Linguagem	3	1	1	5		85	
	História da Filosofia Contemporânea I	3	1	1	5		85	
	Optativa IV	4			4		68	
	Estágio Supervisionado de Filosofia III				8		136	
	Estágio Supervisionado de Filosofia IV				7			119
	Filosofia Geral: Problemas Metafísicos	3	1	1	5			85
	História da Filosofia Contemporânea II	3	1	1	5			85
	Optativa V	4			4			68
Atividades Acadêmicas Complementares							240	
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO							3.419	

ANEXO 8 – Matriz Curricular do Curso de Filosofia UFPR

29/12/2019

Toledo - Portal Unioeste

Descrição	Carga Horária (horas)	Oferta	Série	Ementa
Formação Independente	0	Semestral	-	...
Filosofia Política I	68	Semestral	1º ano 1º semestre	Filosofia Política grega. Igreja e política na Idade Média. A ruptura do pensamento clássico.
História da Filosofia Antiga I	68	Semestral	1º ano 1º semestre	Contextualização histórica. Mito. Surgimento da filosofia. Filosofia pré-socrática. Uno e múltiplo. Movimento e realidade. Aparência e realidade. Conhecimento e opinião. Problema das Ideias. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Introdução à Filosofia	68	Semestral	1º ano 1º semestre	A filosofia e seus problemas. As diferentes concepções, sentidos e relevância da filosofia. Filosofia: suas áreas e seus conceitos. Filosofia: sua história e caracterizações. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Lógica I	68	Semestral	1º ano 1º semestre	Proposição e argumento. Validade e verdade. Reconhecimento de argumentos. Lógica silogística. Diagramas de Venn. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Propedêutica à Escrita e Leitura Filosófica	68	Semestral	1º ano 1º semestre	Desenvolvimento das habilidades de escrita e leitura, a partir de textos literários e filosóficos. Desenvolvimento da atenção à estruturação de textos e de seus elementos. Análise da relação entre forma e conteúdo. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Filosofia Geral: Problemas Metafísicos I	68	Semestral	1º ano 2º semestre	O conceito de metafísica (origem e desenvolvimento de sua acepção). Metafísica enquanto filosofia primeira. A questão do fundamento: Ente supremo, Subjetividade. Desenvolvimento da prática do professor de filosofia.
História da Filosofia Antiga II	68	Semestral	1º ano 2º semestre	Concepção de essência e de substância. Física e conhecimento científico em Aristóteles. Noções de filosofia helenística. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Lógica II	68	Semestral	1º ano 2º semestre	Lógica proposicional. Tabela de verdade. Dedução natural. Lógica de predicados. Teoria da quantificação. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Metodologia da Pesquisa Filosófica I	68	Semestral	1º ano 2º semestre	Organização do trabalho acadêmico. Estrutura do texto argumentativo. Modelos de interpretação. Leitura, explicação e comentário de textos filosóficos. Redação filosófica. Ética e legalidade na pesquisa: a questão do plágio. Desenvolvimento da prática de formação do professor de filosofia.
Política Educacional	68	Semestral	1º ano 2º semestre	LDB; PNE; ECA. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Instituição de leis e reformas nos sistemas de educação com a inclusão de conteúdos sobre a diversidade (étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa e de faixa geracional), cultura afro-brasileira e africana, educação inclusiva e educação ambiental. Políticas de formação do professor da Educação Básica. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Filosofia Geral: Problemas Metafísicos II	68	Semestral	2º ano 1º semestre	Mundo e Experiência. Metafísica versus ciência positiva. Superação da metafísica. As questões metafísicas como trans epocais. Desenvolvimento da prática do professor de filosofia.

29/12/2019

Toledo - Portal Unioeste

Descrição	Carga Horária (horas)	Oferta	Série	Ementa
Filosofia do Ensino de Filosofia	68	Semestral	2º ano 1º semestre	Filosofar, ensinar e aprender filosofia. Orientações Curriculares Nacionais. A História da Filosofia e seu ensino. Reflexões de professores filósofos sobre o ensino de Filosofia: ensinar Filosofia e ensinar a filosofar. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
História da Filosofia Medieval I	68	Semestral	2º ano 1º semestre	Contextualização histórica, concepção, autores e correntes principais: patrística e escolástica. Tempo e eternidade. Conhecimento humano e conhecimento divino. O problema dos universais. Os transcendentais. Mística medieval. Desenvolvimento da prática de formação do professor de filosofia.
Teoria do Conhecimento I	68	Semestral	2º ano 1º semestre	Origem, natureza, possibilidade e limites do conhecimento. Racionalismo: ideias; método; verdade e evidência. Empirismo: origem das ideias; associação de ideias; razão e experiência; causalidade. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Ética I	68	Semestral	2º ano 1º semestre	Introdução geral à Ética. Ética aristotélica. Ética helenística. Ética medieval. Ética do sentimento moral. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
História da Filosofia Medieval II	68	Semestral	2º ano 2º semestre	Teoria do conhecimento e do juízo na escolástica. Provas da existência de Deus: argumentos ontológico, cosmológico e teleológico. Debate acerca do critério de verdade na reforma e Contrarreforma. Especificidade filosófica do Renascimento. Humanismo. Revolução científica. O pensamento político do Renascimento e a gênese da modernidade. Desenvolvimento da prática de formação do professor de filosofia.
Metodologia do Ensino de Filosofia	68	Semestral	2º ano 2º semestre	A história do ensino da filosofia no Brasil. As especificidades da atividade docente em Filosofia. Filosofia para/com crianças e adolescentes. Didáticas para o Ensino de Filosofia. Uso das Tecnologias de Comunicação e Informação na Educação. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Psicologia da Educação	68	Semestral	2º ano 2º semestre	Teorias psicológicas do desenvolvimento e da aprendizagem a partir de seus fundamentos epistemológicos. Análise da multideterminação da personalidade nos diversos processos de aprendizagem e na consequente postura docente. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Teoria do Conhecimento II	68	Semestral	2º ano 2º semestre	Origem, natureza, possibilidade e limites do conhecimento. Antecedentes da filosofia crítica. Criticismo: conhecimento a priori e a posteriori; estética transcendental; analítica transcendental; dialética. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Ética II	68	Semestral	2º ano 2º semestre	A ética kantiana. A ética utilitarista. Éticas procedimentais. Comunitarismo em Ética. Ética prática. Ética aplicada: meio ambiente, vida, gênero, etnia e cultura. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.

Descrição	Carga Horária (horas)	Oferta	Série	Ementa
Estágio Supervisionado em Filosofia I	200	Anual	3º ano	Investigação e análise da estrutura e funcionamento da escola e de seu Projeto Político Pedagógico. As diferentes dimensões da atuação profissional docente. Conhecimento e análise das práticas docentes e dos recursos didáticos existentes para o ensino de filosofia. Relação entre o ensino e a aprendizagem na escola. O ensino de filosofia e a docência em filosofia na Educação Básica. Planejamento e execução de diferentes estratégias didáticas para trabalhar o ensino de filosofia no Ensino Fundamental e Médio. Planejamento e execução de Oficinas com conteúdos de educação ambiental e diversidade étnico-racial, cultura afro-brasileira e africana, bem como conteúdos referentes à História do Paraná.
Estética	68	Semestral	3º ano 1º semestre	Reflexão filosófica acerca da gênese e natureza da arte e do gosto estético. Mimesis e expressão. Relação sujeito-objeto na experiência estética. Concepções filosóficas acerca do trágico. O belo e o sublime na filosofia. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Filosofia da Ciência	68	Semestral	3º ano 1º semestre	Empirismo lógico, racionalismo crítico, filosofia histórica da ciência. O problema da demarcação entre ciência e outros saberes. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
História da Filosofia Moderna I	68	Semestral	3º ano 1º semestre	Caracterização geral: Empirismo, racionalismo e idealismo. Contextualização histórica, teorias do sujeito e fundamentos metafísicos da filosofia moderna. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Optativa I	68	Semestral	3º ano 1º semestre	...
Filosofia Política II	68	Semestral	3º ano 2º semestre	O contratualismo moderno. Teorias políticas hegeliano-marxistas. Teorias contemporâneas da Justiça. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
História da Filosofia Moderna II	68	Semestral	3º ano 2º semestre	Vontade e liberdade. Filosofias da história. Razão e entendimento. Idealismo. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Metodologia da Pesquisa Filosófica II	68	Semestral	3º ano 2º semestre	Delimitação do problema de pesquisa; indicações de como elaborar uma revisão de bibliografia; análise de procedimentos metodológicos e redação conforme normas técnicas.
Optativa II	68	Semestral	3º ano 2º semestre	...
Estágio Supervisionado em Filosofia II	200	Anual	4º ano	Experimentação docente e capacitação à prática de ensino: observação de aulas de filosofia na escola em que a regência será realizada; planejamento da proposta de trabalho da docência compartilhada sob a orientação do supervisor na escola e do orientador. Reflexões sobre o ensino de filosofia e a docência em filosofia na Educação Básica. Experimentação docente: desenvolvimento da docência compartilhada (regência de classe); Reflexões e avaliação da formação para a docência no curso de filosofia.
Trabalho de Conclusão de Curso	152	Anual	4º ano	Pesquisa e elaboração individual orientada do Trabalho de Conclusão de Curso.

29/12/2019

Toledo - Portal Unioeste

Descrição	Carga Horária (horas)	Oferta	Série	Ementa
Filosofia da Linguagem	68	Semestral	4º ano 1º semestre	Pensamento e palavra. Teorias do significado. Linguagem, cultura e sociedade. Sintaxe, semântica e pragmática. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
História da Filosofia Contemporânea I	68	Semestral	4º ano 1º semestre	Contextualização histórica. Crise da razão. Dialética. Filosofia da vida. Fenomenologia. Hermenêutica filosófica. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Optativa III	68	Semestral	4º ano 1º semestre	...
Teoria das Ciências Humanas e Sociais	68	Semestral	4º ano 1º semestre	Natureza, objeto e método das ciências humanas e sociais. Problemas epistemológicos relacionados às ciências humanas e sociais. Crítica da razão histórica. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Filosofia da Mente	68	Semestral	4º ano 2º semestre	Contextualização histórica, concepções, autores e correntes principais. Conceito de mente. Identidade pessoal. A relação mente-corpo. O problema dos qualia. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
História da Filosofia Contemporânea II	68	Semestral	4º ano 2º semestre	Filosofia analítica. Pragmatismo. Estruturalismo. Filosofias da diferença. Desenvolvimento da prática de formação do professor de Filosofia.
Libras	68	Semestral	4º ano 2º semestre	Concepção da Língua Brasileira de Sinais e sua contribuição na sociedade inclusiva. Conceitos e habilidades necessárias para a aquisição da LIBRAS. Conteúdos gerais para comunicação visual, baseadas nas regras gramaticais da Língua de Sinais e do Segmento das Pessoas Surdas. Estudo para encaminhamentos teóricos e metodológicos de estudantes surdos incluídos na educação básica.
Optativa IV	68	Semestral	4º ano 2º semestre	...

Docentes

Nome	Titulação	Telefone Institucional	Email	Lattes
Ana Karine Braggio	Doutorado		ana.braggio@unioeste.br	lattes.cnpq.br/1712426299672608 (http://lattes.cnpq.br/1712426299672608)
Bernardo Alfredo Mayta Sakamoto	Doutorado	55 45 33797058	bernardo.sakamoto@unioeste.br	lattes.cnpq.br/8926952894973760 (http://lattes.cnpq.br/8926952894973760)
Cesar Augusto Battisti	Doutorado	55 45 33797127	cesar.battisti@unioeste.br	
Douglas Antonio Bassani	Doutorado	55 45 33797000	douglas.bassani@unioeste.br	lattes.cnpq.br/0009805351056260 (http://lattes.cnpq.br/0009805351056260)
Edson Luis Medeiros Andrade	Doutorado	55 45 33797058	edson.andrade@unioeste.br	lattes.cnpq.br/2837860010381465 (http://lattes.cnpq.br/2837860010381465)